

UNIVERSIDADE DE S. PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

BOLETIM LXXV

PSICOLOGIA

N. 1

OTTO KLINEBERG — Introdução à Psicologia Social



SÃO PAULO-BRASIL
1946

UNIVERSIDADE DE S. PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Reitor da Universidade de São Paulo:
PROF. DR. BENEDICTO MONTENEGRO

Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
PROF. DR. ANDRÉ DREYFUS

Professor da Cadeira de Psicologia:
PROF. DR. OTTO KLINEBERG

Assistentes:

DRA. ANNITA DE CASTILHO E MARCONDES CAERAL

DR. CICERO CHRISTIANO DE SOUSA

Auxiliar-técnico:

D. MARIA DA PENHA CALDEIRA

Toda correspondência relativa ao presente
Boletim e as publicações em permuta
deverão ser dirigidas a

All correspondence relating to the present
Boletim as well as exchange publications
should be addressed to

CADEIRA DE PSICOLOGIA
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS — UNIVERSIDADE DE S. PAULO

Caixa Postal 105-B — São Paulo — Brasil

UNIVERSIDADE DE S. PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

BOLETIM LXXV

PSICOLOGIA

N. 1

OTTO KLINEBERG — Introdução à Psicologia Social



SÃO PAULO-BRASIL

1946

Introdução

Este é o primeiro Boletim apresentado pela Cadeira de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Representa o sumário de um campo da Psicologia, mais que um Boletim de pesquisa propriamente dito, mas o autor espera que a natureza do conteúdo, particularmente a síntese da Psicologia social e das ciências sociais correlatas como a Etnologia e a Sociologia, seja suficientemente nova para merecer publicação. O autor encontrou entre muitos cientistas sociais que escrevem no Brasil — por exemplo, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Roger Bastide, Emilio Willems, Herbert Baldus, Donald Pierson, entre outros — um ponto de vista substancialmente semelhante ao seu próprio, mas com campos diferentes de aplicação e conteúdo, e tem a esperança de que este Boletim achará um lugar dentro da tradição que eles tão dignamente representam.

Uma parte considerável do material deste Boletim foi apresentada anteriormente no livro do autor "Social Psychology", publicado por Henry Holt and Co., em New York, em 1940. Este Boletim inclui, entretanto, os resultados de numerosas pesquisas que apareceram no campo da Psicologia social durante os últimos anos.

O autor apresenta este Boletim, com respeito e admiração, a seus colegas na Faculdade, e a seus alunos, que também tornaram tão feliz sua estadia em São Paulo. Pede permissão para destacar para menção especial o Dr. André Dreyfus, Diretor da Faculdade, por sua valiosa e constante cooperação, e os dois Professores-Assistentes de Psicologia, Dra. Annita de Castilho e Marcondes Cabral e Dr. Cicero Christiano de Sousa, por seu auxílio em todas as ocasiões, particularmente na tradução deste trabalho, que foi originalmente apresentado como lições de Psicologia social, em 1945. Além disso a Dra. Annita Cabral teve a gentileza de rever a linguagem do Boletim e as provas tipográficas.

Otto Klineberg

São Paulo, Dezembro de 1946.

Índice de Materias

Introdução	5
CAP. I — Definição e Historia	9
CAP. II — Comunicação	16
CAP. III — Motivação Humana	22
CAP. IV — Motivação Humana (continuação)	33
CAP. V — Comportamento Emocional	45
CAP. VI — Fatores Sociais na Percepção Sensorial e na Memoria	51
CAP. VII — Hereditariedade e Meio	60
CAP. VIII — Diferenças entre os Sexos	75
CAP. IX — Diferenças Raciais	81
CAP. X — O Individuo na Situação Grupal	96
CAP. XI — Atitudes e Opinião Pública	102
CAP. XII — Propaganda	111
CAP. XIII — Preconceito Racial	117
CAP. XIV — Fundamentos Biológicos da Personalidade	123
CAP. XV — Fatores Sociais na Personalidade	129
CAP. XVI — Psicopatologia Social	135

CAPÍTULO I

Definição e Historia

Se a Psicologia pode ser definida como o estudo científico das atividades do individuo, então a Psicologia social é o estudo científico das atividades do individuo em situação coletiva, ou em relação com as atividades de outros individuos. Esta definição é, em teoria, perfeitamente satisfatória, mas na prática é difícil distinguir a Psicologia social propriamente dita da Psicologia individual, de uma parte, e da Sociologia e da Antropologia cultural, de outra.

Darei um exemplo desta dificuldade. Suponhamos que estamos realizando um experimento de laboratorio sobre a emoção do medo. Criamos uma situação amedrontadora para o paciente, e observamos e medimos suas reações, tanto internas (isto é, fisiológicas), como externas (seu comportamento). Suponham que desejamos repetir esta experiencia com dois individuos diversos, um deles residindo toda a vida na cidade de Nova York, e o outro, um indio de Mato-Grosso. Haveria certas semelhanças, naturalmente, sobretudo fisiológicas, mas haveria certamente diferenças notáveis. Teríamos de usar situações completamente diversas para obter o medo nos dois casos, e também sua expressão — tanto a intensidade como o carater — difeririam acentuadamente. Mesmo que usassemos estímulos aparentemente básicos para o medo, como um ruído intenso, as reações difeririam porque o habitante de Nova York estaria muito mais acostumado a ruídos intensos do que o indio, e o ruído repentino de um automovel não agiria sobre ele, enquanto que o indio seria vítima de verdadeiro pânico. Propositadamente, escolhi um exemplo obvio, mas veremos ulteriormente que as mesmas considerações podem aplicar-se a toda uma categoria de atividades psicológicas. Mesmo isolado, o individuo mostra a influencia do ambiente social e cultural no qual viveu.

Deveremos ir ao extremo de dizer, como alguns psicólogos, que: “toda a Psicologia é uma Psicologia social?” Penso que não. Há, indubitavelmente, algumas reações psicológicas que são determinadas pela biologia e pela fisiologia humanas e que não são sociais em sua origem. Por exemplo, tanto o nosso indio como o Nova-Yorkino, depois de olharem fixamente para um estímulo verde, se fixarem seu olhar num fundo cinzento ou neutro, verão uma post-imagem vermelha, se sua visão for normal. Ambos, se forem pessoas incultas, ficarão provavelmente surpreendidos pelo resultado. Sua experiencia social não interferirá neste caso. Devo ajuntar, entretanto, que mesmo neste caso, nossos dois individuos *interpretarão* diferentemente o resultado, e terão reações emocionais completamente diversas, conforme sua interpretação.

Assim, podemos pois dizer — que embora nem *toda* a Psicologia seja Psicologia social, certamente a maior parte dela o é; na realidade muito mais do que geralmente se pensa. No passado, muitos psicólogos não se deram conta de que, quando falavam da Psicologia *geral* ou *humana*, tudo o que eles realmente *sabiam*, em parte ou mesmo completamente, era a psicologia daquela especie de gente entre a qual viviam. Isto é, tratava-se principalmente da psicologia do homem ocidental “civilizado”, de fundo europeu ou americano. Pode-se mesmo dizer que era a psicologia dos estudantes de collegios e universidades ocidentais, pois estes constituíam a grande maioria dos sujeitos empregados nos experimentos de laboratorio!

Tudo isto torna claro que a Psicologia social, e a Psicologia em geral, devem levar em consideração todas as informações relativas a outras sociedades diferentes da nossa propria. Por esse motivo é difficil traçar a linha de demarcação entre a Psicologia social e as ciencias mais propriamente sociais como a Sociologia, a Historia, e (a mais importante de todas) a Etnologia ou Antropologia cultural. Devemos saber “como os outros vivem” para poder determinar em que aspectos *toda* a humanidade se assemelha, e em que respeitos os seres humanos e as sociedades humanas diferem. É por esta razão que, em nossas futuras discussões, usaremos abundantemente o material obtido pelos antropólogos sociais; em outras palavras, nossa Psicologia social será uma Psicologia social *comparativa*.

Por conveniência, faremos esta distinção. A Psicologia tratará das atividades do *indivíduo*; a Sociologia e a Etnologia lidarão com *grupos* ou com instituições sociais. A Psicologia social tratará do *indivíduo*, da maneira pela qual é ele afetado por outros indivíduos, pelos grupos e pelas instituições sociais. Praticamente, será difícil se não impossível, manter sempre esta distinção. Por isto não precisamos nos desculpar. As linhas de demarcação entre as ciências são usualmente artificiais. O nosso intento é a solução de problemas, e usaremos importante material da Biologia e da Fisiologia de uma parte, e da Sociologia e da Etnologia de outra, a juntar aos nossos materiais especificamente psicológicos, sempre que isto nos parecer conveniente.

* * *

Não gastarei tempo com traçar detalhadamente a historia de nossa ciencia. Num sentido é ela tão velha como a Filosofia, pois certos problemas como, por exemplo, o da importancia relativa de herança e do ambiente, foram tratados por Aristóteles e por Platão. Noutra sentido é ela uma disciplina relativamente recente, visto que o primeiro livro intitulado "Psicologia social" apareceu em 1908, e visto que esta ciencia foi completamente transformada pelo desenvolvimento dos últimos vinte ou vinte e cinco anos.

Penso que, se olharmos o conteúdo da Psicologia social de nossos dias, encontraremos os seguintes principais temas ou tendencias:

1. Uma ênfase biológico-fisiológica estimulada pelo aparecimento da "Origem das Especies" de Darwin, e recebendo a sua aplicação mais notavel para a Psicologia, nos escritos de McDougall e sua teoria dos instintos. A primeira linha de demarcação entre a vida mental do homem e dos animais (por exemplo na teoria de Descartes) foi substituida pelo conceito de instinto, aplicavel tanto ao homem quanto aos animais. Os instintos, disposições *inatas* para a atividade, são considerados como os fatores primarios na vida mental, e nesta base, toda a Psicologia social, ao ver de McDougall, deve ser explicada. McDougall definiu o instinto "como uma disposição psico-fisica herdada ou inata, que determina o seu possuidor a perceber e dar atenção a objetos de uma certa classe, a experimentar uma excitação emocional de uma qualidade especial pela percepção de tal objeto, e a agir em

face a este de uma maneira particular, ou, pelo menos, a experimentar um impulso para tal ação". Como exemplos, podemos mencionar os seguintes: instinto de fuga e emoção de medo; instinto combativo e emoção de cólera; instinto de reprodução e emoção sexual; etc. Grande controversia surgiu relativamente a esta teoria, que foi tão severamente atacada que o uso do termo "instinto" por um psicólogo de hoje é quasi o equivalente de cometer um suicídio acadêmico!

Penso, ao mesmo tempo, que ele tinha razão, chamando a atenção para a necessidade de entender os fundamentos biológicos do comportamento, e de observar as semelhanças e as diferenças entre o comportamento dos animais e do homem.

2. Um segundo ponto de maior importancia foi assinalado por um grupo de sociólogos franceses — Gabriel Tarde, que chamou a atenção sobre a importancia da imitação e da sugestão, sobre cuja base E. A. Ross, nos Estados Unidos, desenvolveu sua propria Psicologia social; Emile Durkheim, para quem o individuo só existia como membro da sociedade; Gustave Le Bon, que encarava as multidões e os grupos como tendo uma mentalidade propria, distinta daquela dos individuos componentes, etc. Esta ênfase geral era importante, mas quasi certamente exagerada, como veremos depois. Uma ênfase mais sadia, embora em muitos respeitos correlata, é encontrada no trabalho antropológico de Franz Boas e de seus discipulos, que afirmaram o valor dos fatores sociais e culturais, sem esquecer que o homem é, tambem, um animal biológico.

3. Um terceiro elemento de maior significação é a crescente importancia dos métodos experimentais na Psicologia social. Parte deste trabalho é já antiga, como os trabalhos de Binet sobre a sugestão e a sugestibilidade, pelos fins do último século. Isto é naturalmente Psicologia social, já que se refere à influencia de um individuo sobre outros. Mais recentemente, Moede na Alemanha e Floyd Allport nos EE. U.U., fizeram experiencias sobre os efeitos da competição e da "facilitação social" sobre o comportamento do individuo. Para tomar exemplos ainda mais recentes, o trabalho sobre a modificação experimental das atitudes, ou seja, em outras palavras, estudos experimentais sobre a propaganda; e a demonstração dos efeitos de um "clima social" autoritario e democrático sobre os membros de clubes de meninos, mostra outras novas aplicações do método experimental a pro-

blemas de grande complexidade. De tudo isto, pretendo tratar mais minuciosamente mais tarde. Por enquanto, um rápido olhar através das mil e cem páginas da “Psicologia Social Experimental” de Murphy e Newcomb, na edição revista de 1937, dará uma boa idéia de como o método experimental se desenvolveu neste domínio.

Em suma, pois, três acentos principais — o biológico-fisiológico, sociológico-etnológico e o experimental-psicológico — deram à Psicologia social seu atual conteúdo e caráter.

* * *

É, naturalmente, bem conhecido que muitos animais são gregários; a vida social animal foi minuciosamente descrita por muitos escritores. Como dado indiscutível, grande número de fenômenos da vida social humana encontra-se também no comportamento animal. Aí existe agressão e cooperação; cortejamento, e “casamento” — muitas vezes, como em certas aves, relativamente monógamo; cuidados maternos para com a prole; liderança; brinquedo; etc... Há o fenômeno de luta entre indivíduos de um grupo contra os de outro grupo ou, em outras palavras, forte coesão entre os membros de uma comunidade e hostilidade contra os de fora. É preciso ter em mente, entretanto, que este sentimento de um grupo não se restringe necessariamente aos membros de uma mesma família ou tronco biológico. Aqueles que viram no fenômeno de agrupamento dos animais a contraparte biológica da guerra entre os homens, interpretaram mal os fatos. O fenômeno de agrupamento animal é, em larga medida, baseado na familiaridade. Segundo meu conhecimento, com a exceção das lutas entre duas colônias de formigas, não há no comportamento animal nenhum fenômeno paralelo à guerra entre duas sociedades humanas.

Um dos fenômenos sociais mais notáveis dentre os descritos entre os animais, está o da *dominancia* e da *submissão*. Isto foi notado principalmente entre as aves, mas foi observado também entre os animais de outros grupos. O cientista norueguês Schjelderup-Ebbe assinala que não há duas aves da mesma espécie, quando colocadas juntas, que rapidamente não descubram qual é dominante e qual submetida. Chamou ele ao fato a “hierarquia de bicadas”. Esta hierarquia mostra-se, como o nome indica, bicando, tomando o alimento, ocupando maior porção da

gaiola ou do quintal, e por comportamentos agressivos em geral. Se um grupo de aves está reunido, o arranjo usual é, para a ave dominante A, bicar B, C, D e E; B, submetida a A, domina C, D, E, e assim por diante. Em certas ocasiões há o curioso fenômeno de uma hierarquia circular, no qual A bica B, B bica C e C bica A.

As vezes, também, a hierarquia se muda como resultado da experiência. Maslow cita um caso no qual um bugio A era dominante e muito agressivo contra B e C. Em certa ocasião os três estavam colocados juntos numa gaiola, e B e C combinaram dar em A uma grande surra. Desde então B e C, *separadamente*, eram dominantes sobre A. Como vemos, são possíveis relações relativamente obscuras e complicadas entre outros animais além do homem.

Há facilitação social entre os animais. O psicólogo alemão David Katz realizou a seguinte experiência, há muitos anos. Colocou diante de um pinto grande porção de grãos — muito maior do que o pinto poderia comer. O pinto comeu até ficar saciado e então parou. Katz nesta ocasião introduziu um segundo pinto esfaimado, e quando o primeiro viu o segundo comer, voltou novamente aos grãos. O comer, entre os animais como entre os homens, pode ser resposta a condições sociais, tanto quanto a necessidades fisiológicas.

Existe também certo grau de comunicação entre os animais, uma espécie de linguagem vocal, particularmente entre os macacos. Carpenter, trabalhando com macacos gritadores, Nissen com chimpanzés, Yerkes com chimpanzés e Zuckerman com bugios, todos, independentemente, puderam identificar certo número de sons significativos, indicando fome, medo, excitação sexual, curiosidade, repreensão para os filhotes, e outros semelhantes. Numa interessante experiência, um macaco foi colocado numa plataforma da qual podia alcançar uma banana. Quando ele apanhava a banana, entretanto, isto soltava um balde de água que caía sobre outros macacos situados abaixo e *que ele não podia ver*. Depois de um ou dois ensaios, ele não mais apanhou a banana. Evidentemente, seus colegas comunicaram-lhe seu desprazer (como, não sabemos) e ele desistiu.

Há também certa forma de cultura entre alguns animais. O psicólogo Warden estabeleceu que a cultura tem três condições — invenção, comunicação e habituação social, e decidiu que a

cultura era exclusivamente humana. Entretanto, como fato, seus três criterios aparecem ao menos em algumas sociedades animais. O antropologista Linton, que visitou o Brasil há pouco tempo, escreveu em seu livro "O estudo do homem" que há uma especie de leões da colonia de Kenya que sempre faziam suas caçadas sozinhos. Recentemente o método mudou, e estes leões atualmente caçam em grupos. Alguns leões impelem a presa para outro que fica à espera até que a presa se aproxime e então ele salta. Há também uma antiga observação de Scott relativa a aves americanas conhecidas como "Baltimore orioles" que é interessante. Scott separou um grupo destas aves logo depois do nascimento, antes de aprenderem a cantar. Quando elas cantaram, uma nova música de "orioles" estava criada e isto continuou na geração seguinte. Isto é cultura, naturalmente, só no sentido mais rudimentar, mas neste sentido limitado, ela existe.

BIBLIOGRAFIA

1. CHARLES DARWIN, *The Origin of Species*. 1859.
2. WILLIAM MCDUGALL, *An Introduction to Social Psychology*. 1908.
3. GABRIEL TARDE, *Les Lois de l'imitation*. 1890.
5. EMILE DURKHEIM, *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. 1912.
6. GUSTAVE LE BON, *La Psychologie des Foules*. 1895.
7. FRANZ BOAS, *The Mind of Primitive Man*. 2.º Ed. 1938.
8. ALFRED BINET, *La Suggestibilité*. 1900.
9. W. MOEDE, *Experimentelle Massenpsychologie*. 1920.
10. FLOYD H. ALLPORT, *Social Psychology*. 1924.
11. MURPHY, MURPHY, e NEWCOMB, *Experimental Social Psychology*. Ed. rev. 1937.
12. T. SCHJELDERUP-EBBE, "Social Life of Birds", *Handbook of Social Psychology*. (C. Murchison, ed.). 1935.
13. A. H. MASLOW, "The Role of Dominance in the Social and Sexual Behavior of Infra-Human Primates", *Journal of Genetic Psychology*. 1936, v. 48, pp. 261-277.
14. DAVID KATZ, *Hunger und Appetit*. 1932.
15. C. R. CARPENTER, "A Field Study of the Behavior and Social Relations of Howling Monkeys", *Comparative Psychology Monographs*, No. 10, 1934.
16. H. W. NISSEN, "A Field Study of the Chimpanzee", *ibid*, No. 8, 1931.
17. YERKES e YERKES, "Social Behavior in Infrahuman Primates", *Handbook of Social Psychology*, (C. Murchison, ed.) 1935.
18. S. ZUCKERMAN, *The Social Life of Monkeys and Apes*. 1932.
19. C. J. WARDEN, *The Emergence of Human Culture*. 1936.
20. RALPH LINTON, *The Study of Man*. 1936.
21. W. E. D. SCOTT, "Data on Song in Birds", *Science*, 1901, v. 14, pp. 522-526.

CAPÍTULO II

Comunicação

Parece, entretanto, existir uma diferença fundamental entre as sociedades humanas e animais; isto é, na natureza da comunicação humana. Os animais se comunicam, como já indiquei, mas a linguagem animal parece ser estritamente limitada. Aparentemente, pode referir-se somente ao “aqui” e ao “agora”, ao que está imediatamente presente no meio exterior ou interno. Digo meio *exterior* ou *interno*, porque a comunicação animal pode se referir à fome ou à dor tanto como ao perigo ou ao objeto sexual. Mas o estímulo precisa estar presente. Tanto quanto posso afirmar, os animais não são capazes de falar do que fizeram ontem ou do que planejam amanhã. Eles são, portanto, estritamente limitados em sua capacidade de passar de uma geração para outra os resultados de sua experiência acumulada. Há alguma cultura, mas esta não pode sofrer nenhum desenvolvimento apreciável porque não há meio adequado de comunicação. É a linguagem humana que é em larga medida responsável pelo fato de que uma geração não precisa (ainda que frequentemente o faça) repetir os erros de suas predecessoras. É a linguagem humana que constitui o característico diferenciador essencial da sociedade humana. Ao mesmo tempo, a origem da linguagem humana ainda permanece um mistério. Há muitas teorias acerca de como surgiu a comunicação, mas pouco ou mesmo nada se sabe quanto aos fatos. Uma teoria sustenta que os primeiros sons produzidos pelo homem foram imitações dos sons da natureza. Esta é a teoria da onomatopéia. Em inglês as palavras “hiss” (assobio de vapor), “gargle” (gargarejar), e em português “gaguejar”, “sussurrar”, “cicio”, podem ser tomados como exemplos. Esta teoria parece dar conta da origem de certas palavras, senão da linguagem em geral. Parece provável que em muitos casos a qualidade fonética das palavras tenha alguma coisa que ver com seu sentido.

O antropólogo Sapir usou a expressão “simbolismo fonético” para indicar este fenômeno. Num experimento simples ele disse a seus sujeitos que imaginassem que os sons “mil” e “mal” se referissem a um objeto semelhante, diferindo apenas em tamanho, e pediu-lhes que decidissem qual era o maior. Numa maioria esmagadora os sujeitos concordaram em que “mal” era maior que “mil”. Esta decisão pode ser devida às experiências musculares ou cinestéticas associadas com estas duas sílabas. Em outro experimento feito na Universidade de Columbia, empregando-se pares de palavras reais das linguas chinesa, japonesa, húngara e uma lingua africana, os sujeitos foram capazes de adivinhar os significados num grau consideravelmente acima do acaso. Onomatopéias ou simbolismo fonético podem, portanto, desempenhar uma parte definida na atribuição de significados específicos a sons específicos em uma certa proporção dos casos.

Uma segunda teoria sustenta que as palavras surgiram principalmente como interjeições. Sons como Ah! Oh! Olé! Xô!, etc., são considerados por esta teoria como os primeiros sons usados em comunicação. A teoria tem a vantagem de estar de acordo com o que sabemos da comunicação animal, que sugere que as interjeições são linguagem primaria ou primitiva. A maior dificuldade reside em que há tão poucas palavras que caibam nesta categoria.

Uma terceira teoria sugere que os primeiros meios de comunicação humana tenham sido os gestos. O filólogo inglês Paget sustenta esta concepção. Ele mostra que o gesto é muito mais simples, muito mais facil de compreender sem conhecimento previo.

Mas, apesar da relativa clareza da linguagem por gestos, não posso crer que ela fosse a forma primaria de comunicação humana, principalmente porque já temos indicações dos começos de uma linguagem *falada*, ainda que rudimentar, entre os animais. Não parece provavel que o homem tenha recommçado tudo de novo outra vez, usando gestos antes de acertar com um meio vocal de comunicação.

Em conexão com o problema da comunicação, é util fazer uma distinção entre a linguagem ativa e passiva. Esta distinção emerge claramente de um interessante estudo feito pelo Sr. e Sra. Kellog e relatado em seu livro, “THE APE AND THE CHILD” (O macaco superior e a criança). Os Kellog estavam interessados em descobrir em que medida as diferenças no com-

portamento do antropóide superior e do homem eram devidas ao equipamento biológico, e em que medida poderiam ser explicadas por diferenças em criação. Acontece que tinham um filhinho, Donald, que nesse tempo tinha cerca de oito meses de idade. Assim eles "adotaram" uma jovem fêmea chimpanzé chamada Gua, que tinha mais ou menos a mesma idade. Durante todo um ano os Kellog e Gua viveram num lugar isolado na Flórida, sem qualquer contacto com outras pessoas e vivendo juntos como uma família. Tiveram todo o cuidado em que as duas "crianças" fossem tratadas exatamente da mesma maneira; não mostraram mais afeição para uma do que a outra; eles educaram as duas a fazer as mesmas coisas do mesmo modo. As duas "crianças" brincavam juntas todo o tempo, e naturalmente eram muito apegadas uma à outra. A muitos respeitoos Gua provou ser superior; ela aprendeu a beber num copo mais depressa e mais eficientemente; ela era mais dotada para muitas atividades que requeriam dextreza motora e manual. Ela também aprendeu mais depressa do que Donald a reagir a um grande número de diferentes instruções verbais; em outras palavras, sua linguagem *passiva* era mais altamente desenvolvida. Por volta do fim do ano, entretanto, Donald mostrou um evidente tipo de superioridade. Ele estava começando a usar palavras por si mesmo; ele estava começando, portanto, a dominar seu ambiente, pela comunicação com outros nele; ele estava usando linguagem *ativa*. Há muitos animais que são capazes de desenvolver um vocabulário "humano" passivo bastante extenso, mas no uso ativo da linguagem, evidentemente, não ha dúvida acerca da superioridade humana. Posso acrescentar que isso não é devido a qualquer diferença na estrutura orgânica de aparelho vocal de Donald e Gua; o chimpanzé era capaz de produzir todos os sons requeridos na linguagem humana. Gua parecia ser incapaz de usar estes sons de uma maneira humana. A diferença está no sistema nervoso central, não na laringe.

A linguagem humana é, portanto, o fato central da psicologia social humana. Ela torna possível a sociedade humana. Ao mesmo tempo ela é um produto das relações entre individuos humanos e se desenvolve somente em resposta a situações sociais. Conheçam-se casos de seres humanos que, por uma ou outra razão cresceram em isolamento ou foram criados por animais, sem a mínima comunicação com outros seres humanos. Estes às vezes têm sido chamados de casos de "homens-feras". Há mui-

tos anos atrás o naturalista sueco Lineu descreveu o “homem-fera” como possuidor dos três característicos seguintes: ele era “hirsutus” (hirsuto), “tetrapus” (andava de quatro) e “mutus” (mudo). O primeiro destes característicos, naturalmente, não se tem verificado. No mais famoso desses casos, conhecido como o “Menino Selvagem de Aveyron”, estudado pelo psiquiatra francês Itard, o menino era incapaz de se comunicar com outros de qualquer maneira, e os únicos sons que emitiu foram alguns grunhidos sem sentido para os outros. A linguagem, repito, é o fato social por excelência.

Os psicólogos têm estado muito interessados na relação entre a linguagem e pensamento. O behaviorista John B. Watson chegou mesmo a identificar pensamento com linguagem; pensamento era linguagem sub-vocal. Ele foi capaz de demonstrar por experimentos que numa grande maioria de casos o pensamento era acompanhado de movimentos muito pequenos da língua, dos lábios e de outras partes do aparelho fonador. Considerou isso como prova a favor de uma teoria de que a linguagem e pensamento são idênticos. Na realidade, tudo o que estes resultados provaram, é que o pensamento geralmente faz uso da linguagem, o que é uma coisa muito diferente do que dizer que pensamento não passa de linguagem. Posso acrescentar que mesmo os fatos que Watson usou para apoiar sua teoria têm sido questionados.

Do ponto de vista das diferenças de cultura humana, um estudo das formas de linguagem, e particularmente do vocabulário, pode ser muito instrutivo. Se a respeito de um povo nada conhecessemos além de seu vocabulário, ainda assim poderíamos reconstruir com alto grau de êxito pelo menos alguns dos característicos desse povo. Por exemplo, há muitos milhares de palavras em Árabe, relativas ao camelo — variedades, comportamento, característicos de temperamento, etc.. Há do mesmo modo muitas palavras relativas à neve na língua Esquimó, e muitas referentes a estados de introspecção, em Sânscrito. Unicamente pelo vocabulário, portanto, poderíamos ter uma idéia de certas das principais preocupações dos árabes, dos esquimós e dos hindús, respectivamente. Se algum historiador no futuro devesse tentar reconstruir a civilização ocidental a partir do conteúdo do vocabulário das linguas européias, ele concluiria, provavelmente, que maquinismo e aparelhos mecânicos em geral desempenha-

ram uma parte muito grande em nossa vida, e, naturalmente, não estaria muito errado.

Outro aspecto da relação entre a linguagem e o pensamento é representado pelo desenvolvimento de um campo de investigação conhecido por semântica. Não gastarei tempo para descer a minúcias deste problema, a não ser para mencionar que a semântica se ocupa com a maneira pela qual o pensamento se desencaminha pelo mau uso e pelo abuso de linguagem; conforme esta concepção, muitas das dificuldades das relações humanas surgem do fato de ser usada uma linguagem incorreta. Nós somos enganados pelos símbolos que usamos. Tratamos as palavras como se fossem alguma coisa real, em lugar de compreender que muito frequentemente elas são abstrações muito distantes da realidade. Falamos de "empresas privadas", "grande indústria" (big business), "fascistas", "líderes sindicais", muitas vezes sem saber exatamente o que estas palavras significam. É por isso que um dos fundadores da semântica, C. K. Ogden, inventou a frase: "encontrar o referente" como um freio contra o uso da linguagem sem saber a que a linguagem se refere.

Numa reformulação popular do conteúdo da semântica por S. I. Hayakawa, chamada "Linguagem em Ação", é dado o exemplo da tremenda diferença entre o que acontece quando um homem diz a si mesmo: "Eu fracassei três vezes" e o que acontece quando ele diz "Eu sou um fracasso". Na realidade, os estudantes da semântica consideram tão importante o efeito das palavras, que acreditam que as doenças mentais possam muitas vezes ser curadas ensinando-se os pacientes a usar corretamente as palavras e os símbolos. Num relatório apresentado por um psiquiatra num congresso internacional de semântica, alguns anos atrás, em Chicago, foi sustentado que numerosos psicopatas foram curados por esse meio. Em outro relatório, no mesmo congresso, afirmou-se que o quociente de inteligência de várias crianças um pouco abaixo do normal em inteligência foi consideravelmente elevado pelo exercício semântico. Ainda que as afirmações feitas pelos defensores da semântica sejam indubitavelmente exageradas, não há dúvida que o uso correto da linguagem é um requisito fundamental para uma atividade mental adequada.

Esta discussão da psicologia da linguagem de modo algum está completa; ela tocou somente em alguns dos que me parecem

ser os aspectos mais importantes. Muito trabalho de pesquisa ainda se torna necessário, e parece provável que estudos experimentais no campo do simbolismo fonético e sobre os problemas da semântica se revelarão muito úteis.

BIBLIOGRAFIA

1. E. SAPIR, "A Study in Phonetic Symbolism", *Journal of Experimental Psychology*, 1929, v. 12, pp. 225-239.
2. R. PAGET, *Human Speech*. 1930.
3. KELLOGG e KELLOGG, *The Ape and the Child*. 1933.
4. J. B. WATSON, *Behaviorism*. 2.º Ed. 1930.
5. OGDEN e RICHARDS, *The Meaning of Meaning*. 1930.
6. S. I. HAYAKAWA, *Language in Action*. 1941.



Motivação Humana

É hábito incluírem os manuais e artigos de Psicologia social uma lista das características da *natureza humana*. Nossas decisões sobre a natureza humana têm consequências tanto práticas quanto teóricas. Por exemplo, as discussões sobre possíveis mudanças em nosso sistema econômico frequentemente se concentram sobre se a tendência a adquirir é natural ao homem ou se ele poderia trabalhar em outro sistema no qual não houvesse competição. A possibilidade da abolição da guerra é frequentemente posta em dúvida sob a alegação de que a "agressividade" é um traço humano fundamental. Torna-se, pois, da máxima importância, por múltiplas razões, descobrir quais as características essenciais do comportamento humano, bem como os limites de sua variabilidade.

Muitas discussões sobre a natureza humana dizem respeito à questão da motivação, e mais especificamente, à teoria do instinto. Já me referi aos escritos de McDougall sobre este assunto, e dei sua definição de instinto. Fazendo sua lista dos instintos, teve em mira, de um lado, o comportamento dos animais, e de outro, o exagero dos instintos encontrados em indivíduos psicopáticos; segundo seus críticos, ele voltou-se para "o viveiro de animais e o asilo de insanos" afim de obter seu material.

Muitos psicólogos aceitaram a teoria dos instintos com uma ou outra modificação, e deram suas próprias listas de instintos, às vezes mais longas, às vezes mais curtas que a de McDougall. Entretanto, também não faltaram as críticas. Assim, um psicólogo, E. B. Holt, de Harvard escreveu: "O homem é impelido à ação por instintos, diz-se. Se anda com seus amigos é o "instinto gregário" que atua sobre ele; se passeia sozinho, é o "instinto anti-social"; se briga, é o "instinto combativo"; se é deferente com os outros, é o instinto de rebaixamento de si mesmo.

Assim, tudo se explica com a facilidade da magia — a magia da palavra”.

Como já disse antes, as críticas à teoria do instinto fizeram quasi desaparecer a palavra “instinto” do vocabulário científico da Psicologia e das outras ciências sociais. A única exceção importante a este fato é encontrada nos escritos de Freud e de seus seguidores, que se referem ao “instinto sexual”, ao “instinto de auto-preservação”, ao “instinto agressivo”, e outros. Mesmo entre os psicanalistas, entretanto, houve importante reação contra a orientação biológica e “instintiva” de Freud, com uma crescente acentuação da importância de fatores determinantes sociais e culturais.

Entretanto, mesmo que o termo instinto tenha mais ou menos desaparecido, parece ainda ser costume, entre os psicólogos, o falar de certos fatores motivantes subjacentes no comportamento comum aos seres humanos em geral. O termo difere, mas o conceito permanece. Entre os termos substitutivos estão os seguintes: desejos, motivos, motivos imperiosos, impulsos, necessidades, tendências, etc.. De outra parte, um recente livro de Psicologia social de J. F. Brown, escrito do ponto de vista da “teoria de campo” de Kurt Lewin, desafia qualquer tentativa de definir as características fundamentais da natureza humana independente da estrutura existente do campo social. Ele acha que não há nenhuma forma de reação inerente ao ser humano como tal.

Embora muitas das críticas de Brown sejam justificadas, ainda assim parece-me justificado pesquisar a natureza do animal humano, que é uma parte do “campo”. Num curioso livrinho de Clarence Day, o autor especula sobre o que poderiam ser os entes humanos se tivessem descendido dos grandes felinos, ou dos insetos sociais, em lugar de descender dos macacos antropóides. Muitas características deste “mundo simiano” só podem ser entendidas à luz de nossos ancestrais biológicos.

Gostaria agora de examinar aquelas formas de comportamento que foram, no passado, consideradas como fundamentais ou imperativas. Para chegar a uma decisão relativa aos “impulsos”, há três criterios que podem utilmente aplicar-se. O primeiro é a *continuidade* entre uma forma particular de comportamento e o de outras espécies biológicas, particularmente o dos macacos antropóides. À luz da estreita relação biológica entre estes animais e o homem, parece razoável que essa conti-

nuidade seja um argumento em favor de um comportamento humano *não aprendido*. De outra parte, a descoberta de uma *base bioquímica* ou *fisiológica* para qualquer atividade específica evidenciará também sua imperiosidade; demonstrará que existe no organismo uma condição predisponente para tal atividade. Finalmente, um critério significativo será o da *universalidade*. A descoberta de uma forma de comportamento comum a todos os indivíduos e a todas as sociedades, apesar das variações em sua cultura, constituirá forte argumento em favor de sua imperiosidade.

Em conexão com este terceiro critério, espero fazer grande uso do material antropológico mostrando algumas variedades do comportamento humano determinadas pela cultura. É importante assinalar que os exemplos de comunidades primitivas não são empregados num sentido evolucionista; isto é, não devem ser considerados como estágios de comportamento precedendo o nosso próprio. Usarei o material dos "primitivos" como ilustrativo de *variedades* do comportamento humano e não de *estágios*.

A palavra "cultura" merece algum comentário. Pode ser definida como consistindo nas capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade. Para o especialista em ciências sociais ela não é, em absoluto, restricta àqueles aspectos de realização literaria ou artistica que frequentemente se dizem "culturais". No sentido em que usamos o termo, a cultura norte-americana por exemplo, tanto incluye o uso de goma de mascar como os arranha-céus e a Opera Metropolitana; e a cultura brasileira de nossos dias incluye não somente a música de Villa Lobos mas também o fazer filas para esperar ônibus. O modo pelo qual a cultura formou e se desenvolveu não nos interessa aqui. As diferenças na cultura podem dever-se a diferenças no ambiente físico, a fatores econômicos, a contactos com outros povos, à natureza dos indivíduos que compõem o grupo, e talvez também a fatores acidentais. Linton afirma que há um clan entre os Tanala em Madagascar que proibe tomar irmãs como esposas plurais, enquanto todos os outros clans permitem e mesmo encorajam esta prática; essa proibição resultou de um caso de envenenamento entre irmãs que eram esposas múltiplas neste grupo, há uns cinquenta anos. Mas quaisquer que possam

ter sido suas causas, a nós interessam as variações do comportamento humano, pelas quais são elas responsáveis.

Antes de tentar a aplicação de nossos três criterios a estes impulsos específicos, gostaria de descrever uma importante serie de experimentos realizados por Warden e colaboradores na Universidade de Columbia, na esperança de determinar a força relativa dos varios impulsos ou motivos no rato branco. A força dos impulsos era medida por meio de um aparelho composto de três compartimentos, sendo o central constituido por uma grade elétrica. O animal de experiencia era colocado no compartimento de um lado da grade, e o objeto representando o fim a atingir, do outro lado. Por exemplo, poderia ser um animal faminto num compartimento e alimento no outro; uma mãe amamentando de um lado e seu filhote de outro. O número de vezes que o animal cruzava a grade media diretamente o castigo por ele recebido e, portanto, indiretamente, a força de seu impulso para atingir o objetivo. É preciso notar que a "força" neste caso significa a força sob condições ótimas. Os resultados foram os seguintes:

Impulso	Número medio de cruzamentos
Materno	22,4
Sede	20,4
Fome	18,2
Sexo	13,8
Explorador	6,0
Sem incentivo	3,5

Naturalmente, há a questão do quanto este resultado pode aplicar-se aos seres humanos.

Voltemo-nos agora para a classificação que tivemos sugerido. Em nosso primeiro grupo colocaremos os motivos que são absolutamente imperiosos; têm eles uma base fisiológica definida e não admitem nenhuma exceção em seres humanos normais através do mundo. Os fatores sociais têm uma parte em sua expressão, mas não são responsáveis por sua existencia. O mais simples exemplo de um impulso desta categoria é a fome. É obvio que a fome mostra continuidade com o resto do mundo biológico. É também sabido que a fome tem uma base orgânica. A explicação mais aceitável da fome é que ela seja devida a contração rítmica da parede do estômago resultante da diminuição do açúcar no sangue. Estas contrações aparecem muito tem-

po antes do organismo estar esgotado, e constituem uma especie de sinal de perigo, indicando que as reservas de energia do corpo estão diminuindo. Ao mesmo tempo é evidente que os fatores sociais têm uma parte importante na expressão, mesmo de uma necessidade tão somente orgânica como a fome. O fato de comermos ao menos três vezes por dia com intervalos fixos não é devido a nenhum ritmo orgânico originariamente existente. A especie de alimento que comemos é também, em larga medida, devida a fatores sociais. Em interessante artigo sobre os "Preconceitos alimentares", Townsend dá muitos exemplos de variações na preferéncia de alimentos em diferentes partes do mundo. Na Inglaterra e nos Estados Unidos existem diversas especies de peixe chato que são consideradas como prato delicado e bom; em Gaspé, Terra Nova e Labrador, são eles usados como fertilizante da terra. Os indios algonquianos apreciavam muito a doninha, que os europeus estabelecidos na América não considerariam comestível. Como o antropologista Malinowski exprimiu, "o apetite e mesmo a fome, é determinado pelo meio social. Nunca em parte alguma, nem mesmo os primitivos, comeram indiscriminadamente as frutas de seu ambiente. O homem sempre selecciona e rejeita, produz e prepara. Ele não depende do ritmo fisiológico da fome e da saciedade. Seus processos digestivos são regulados e treinados pela rotina diaria de sua tribo, nação ou classe".

Os outros impulsos deste primeiro grupo também entram na categoria geral das necessidades orgânicas ou viscerogénicas (Murray). Além da fome eles incluem a sede, a necessidade de sono e de repouso, a eliminação do corpo dos produtos dos desgastes, e outras exigências orgânicas semelhantes. Eles incluem também os "impulsos de atividade", pelos quais entendo a necessidade de alguma forma de ação muscular ou de movimento; e também os impulsos estéticos, nos quais a palavra estético é usada em seu sentido primitivo de resposta a estímulos sensoriais tais como a luz e o som, e não em seu sentido mais usual de experiência artística. As mesmas considerações aplicam-se a todos estes motivos. Todos eles encontram-se em grupos biológicos além do homem. Todos eles possuem uma base orgânica visceral. A sensação da sede, por exemplo, aparece como resultado da dessecação dos tecidos da parte baixa da garganta, e indica que o organismo necessita mais fluido. No caso

da necessidade do sono, parece que é devida ao acúmulo de certos produtos químicos no líquido cérebro-espinhal e na corrente sanguínea, e que a quantidade destas substancias diminue durante o sono. Mas, imperiosos como são, não admitindo exceções, preciso repetir que a forma exata em que estes impulsos se expressam está, muito clara e definidamente, sob o controle de fatores sociais e culturais.

* * *

Há um segundo grupo de motivos que têm uma base fisiológica definida, que são encontrados em todas as sociedades, mas que admitem exceção na maneira de sua expressão; também podem, em certas circunstancias, de todo não aparecer. Eu colocaria nesta categoria os impulsos sexuais, maternos e de auto-preservação. O sexo é renunciado nos conventos, o impulso maternal no infanticídio, e a auto-preservação no Hara-Kiri. Para dizer em outras palavras, a fome e a sede não podem ser sublimadas; o sexo pode sê-lo.

A maioria dos autores não tem dedicado uma atenção particular às variações do grau de segurança dos diferentes motivos humanos. Por exemplo, em recente discussão deste problema, Malinowski escreveu: "Tomando o homem como uma entidade biológica, é claro que certas condições mínimas podem ser estabelecidas como indispensáveis ao bem estar pessoal do individuo e à continuidade do grupo. Todos os seres humanos têm de se alimentar, de se reproduzir, e requerem a manutenção de certas condições físicas". Na realidade, entretanto, para cada individuo a necessidade de nutrição tem um grau de imperiosidade muito maior do que a necessidade de reprodução. A continuação do grupo depende, evidentemente, da atividade sexual, mas alguns individuos do grupo podem, em certas condições, dispensar esta forma de comportamento, provavelmente sem nenhum prejuizo fundamental para o seu bem estar pessoal. A fome e o sexo têm diferentes graus de certeza; não é possível a sublimação da fome. Pode-se acrescentar que com toda probabilidade, a maior importancia ligada ao impulso sexual pelos psicanalistas é devida, não ao fato de ter ele maior força do que a fome, mas antes ao fato de sofrer ele mais frequentemente interferencias das condições de nossa sociedade.

Há muitos modos pelos quais as condições sociais e culturais podem ter influencia sobre o impulso sexual, apesar de sua indubitável base orgânica. Em nossa sociedade, por exemplo, alguns dos mais importantes tabús ou proibições são ligados, direta ou indiretamente, ao comportamento sexual. Em partes da Melanésia, por exemplo em Buka, os tabús relativos à comida são muito mais serios. Duas pessoas da mesma geração aparentadas por casamento e de sexo oposto, podem dormir na mesma choça, mas não podem comer na presença uma da outra. As atitudes também diferem relativamente à castidade pre-marital e às mães solteiras. É importante ver que em muitíssimos casos a linha entre o direito e o errado é determinada culturalmente. O antropólogo norte-americano Lowie faz um instrutivo comentário a este respeito: "Um interprete Crow uma vez criticou-me pela indecência dos caucasianos que ousam reprovar os índios pela frouxidão de moral enquanto que eles próprios são tão despidos de vergonha ao ponto de falar livremente com suas próprias irmãs".

Relacionado com este está o problema das variações em padrões de beleza. Há, por exemplo, uma casa-de-engorda para moças na África Central, onde a beleza feminina é praticamente identificada com a obesidade. Aí é segregada uma moça na puberdade, às vezes durante anos, alimentada com comidas gordurosas e doces, e seu corpo é assiduamente friccionado com óleos. Sua reclusão acaba com uma exibição de sua corpulência, que é seguida de seu casamento com o noivo orgulhoso. Conta-se que um servo do rei da Cochinchina falou com desprezo da esposa do embaixador britânico, porque ela "tinha dentes brancos como um cão, e uma cor rosada como as flores de batata".

Em conexão com as relações sexuais, um dos problemas que têm atraído bastante atenção é o tabú do incesto. Alguns autores consideraram este tabú como instintivo, mas ele não satisfaz nosso critério de continuidade biológica, nem tem base orgânica. O historiador latino Plínio conta de um cavalo que ao descobrir que havia sido, sem saber, culpado de incesto, suicidou-se atirando-se de um penhasco. Esta anedota isolada não chega a ser convincente. No que se refere à universalidade do tabú, parece certo que em todas as comunidades de que temos conhecimento existem certas restrições na escolha do parceiro matrimonial. Estas restrições variam, entretanto, em seu caráter específico.

Em uma tribo da Melanesia por exemplo, o incesto entre mãe e filho é considerado uma grande contaminação, mas o de pai e filha não é tomado muito seriamente. Em uma outra há numerosas mulheres a quem um homem chama “irmã”, ainda que de nosso ponto de vista não haja relação biológica alguma entre eles. O tabú contra estas “irmãs” é tão severo quanto contra as verdadeiras irmãs. É difícil explicar estas atitudes contraditórias em uma base instintiva ou biológica. A explicação mais aceitável parece ser que o incesto interfere com as relações sociais prescritas no interior de um grupo, e é, portanto, desaprovado, adquirindo mais tarde o caráter de um tabú rígido.

Em vista do grande interesse que tem despertado a aplicação da psicanálise aos materiais etnológicos, eu gostaria de dizer uma palavra relativamente à explicação de Freud do tabú do incesto. Ele parte da hipótese de Darwin acerca da horda primitiva, concebida segundo uma analogia com a sociedade gorila, em que um pai violento e ciumento (o macho dominante) guarda todas as fêmeas para si e afasta os filhos crescidos. Estes jovens machos ressentem o poder do pai e, naturalmente, desejam possuir algumas fêmeas. Um dia, diz Freud, os irmãos expulsos matam o pai e põem, assim, um fim à horda do pai. Eles tinham, entretanto, como no caso de todo filho, uma atitude ambivalente para com o pai; eles o odiavam e ressentiam sua autoridade, mas também o amavam e admiravam. Este amor tomou a forma de remorso e de um sentimento de culpa. Tentaram desfazer o que tinham feito, negando-se a si mesmos as mulheres do pai. Esta seria a origem da proibição do incesto, como resultado da qual todo homem renuncia às mulheres de seu próprio grupo familiar. A tendência às relações incestuosas ainda permanece, entretanto, e constitui a base de um dos mais significativos dos conceitos de Freud, isto é, do complexo de Édipo.

Não é possível, nesta rápida discussão, aprofundar-me neste importante problema. Quero apenas chamar a atenção para o fato de ter o antropólogo Malinowski feito um estudo muito cuidadoso deste complexo, ou antes de um semelhante a ele, nas ilhas Trobriand, da Melanesia. Ele salienta que a família Trobriandesa difere a certos respeito fundamentais da nossa própria. O pai tem uma relação puramente social com seus filhos; ele é seu amigo, mas não tem autoridade alguma sobre eles. Toda a autoridade sobre a criança está nas mãos do irmão mais

velho da mãe. Por outro lado, o mais rígido tabú dessa sociedade é o entre irmão e irmã, que são separados em tenra idade e que não estão jamais juntos na sociedade com qualquer grau de intimidade. Como resultado desta constelação familiar, diz Malinowski, o “complexo nuclear” é bem diferente da nossa sociedade. “No complexo de Édipo há o desejo reprimido de matar o pai e casar com a mãe, ao passo que na sociedade matrilinear das Trobriand o desejo é de casar com a irmã e matar o tio materno”. Esta atitude se revela particularmente nos sonhos e mitos que Malinowski analisou. Tem havido considerável discussão sobre a interpretação de Malinowski; pode ser de interesse notar que o psiquiatra e antropólogo brasileiro, Artur Ramos, embora tenha sido grandemente influenciado pela psicanálise, ainda aceita a interpretação de Malinowski como, com toda a probabilidade, mais correta.

Espero que esta discussão tenha mostrado, pelo menos até certo ponto, a maneira e o grau em que um motivo que é claramente orgânico em natureza, pode ainda ser largamente controlado por fatores culturais.

No que se refere ao comportamento maternal, parece útil fazer uma distinção entre dois motivos separados, isto é, o desejo de ter filhos, de um lado, e a tendência a cuidar deles, por outro lado. Eu me referi a isto em outro lugar como os impulsos “pré-maternal” e “post-maternal”. Destes, é o segundo que tem um muito maior grau de certeza e que eu poria na mesma categoria que sexo e auto-preservação. Aqui, também, temos continuidade com o animal, tanto quanto base fisiológica, consistente principalmente nas mudanças orgânicas que têm lugar no organismo materno antes e imediatamente após o nascimento. Mas aqui também, como no caso do sexo, fatores culturais e sociais podem transformar e em alguns casos, aparentemente, eliminar o comportamento maternal, ao menos como o conhecemos em nossa própria sociedade. Há, por exemplo, a muito larga prevalência da adoção em certas comunidades, onde pode ser uma questão completamente indiferente, pelo menos na medida em que podemos julgar, uma mulher criar seu próprio filho ou de alguma outra mulher. O antropólogo britânico Rivers relata que era muito difícil obter genealogias na ilha Murray, no Estreito de Torres, por causa de preponderância de adoção. Era prática comum adotar uma criança, sendo o arranjo, em alguns

casos, feito antes do nascimento, e era costumeiro, então, manter a criança ignorante de seus verdadeiros pais. Um antropólogo que visitou os habitantes das Ilhas Andaman, relata que é considerado elogio e também prova de amizade para um homem casado após fazer uma visita, pedir aos seus hospedeiros a permissão de adotar um de seus filhos. Este pedido é, usualmente, atendido.

Esta prevalência da adoção foi interpretada por Lowie como devida ao fato de terem os selvagens um amor genérico pelas crianças, independentemente de consanguinidade. Entretanto, esta interpretação está em conflito com a existência de um outro padrão de comportamento muito comum entre os povos primitivos, isto é, o infanticídio. Isto ocorria frequentemente, embora as razões variassem. Às vezes era praticado apenas quando as condições econômicas eram tão más que se tornava impossível criar todas as crianças; provavelmente era este o caso da China. Nas Ilhas Murray, por outro lado, era considerado correto ter o mesmo número de meninos e meninas na família, e se houvesse muito mais de um sexo do que do outro, alguns eram mortos. Em alguns casos, conforme os antropólogos, o infanticídio parecia ocorrer sem quaisquer sinais perceptíveis de emoção.

Quanto à auto-preservação, há problemas especiais de interpretação. Não é apenas um motivo por si mesmo, mas também o objetivo geral que muitos outros motivos têm em comum. A fome, a fuga, a agressividade, e muitos outros podem contribuir para a preservação do indivíduo. Se o considerarmos como um motivo, por seu próprio direito, vemos que também ele, como os outros do mesmo grupo, pode às vezes desaparecer, como no caso de suicídio. O acabar com a própria vida é determinado por fatores sociais e culturais, tanto como por fatores individuais, como há muito tempo já foi salientado por Durkheim. Em um estudo recente sobre a predominância e causas de suicídio, os autores norte-americanos Dublin e Bunzel mostram que, ao passo que ele é desconhecido em algumas regiões, em outras é comum e em conformidade com o padrão geral de cultura. Nos povos da Austrália central e ocidental, por exemplo, jamais se registrou um caso de suicídio, enquanto que o suicídio era frequente entre certas tribos do norte da Sibéria. Muito provavelmente, a cultura que mais encorajou o suicídio foi a do Japão antigo, e as atitudes que se desenvolveram persistiram em grau um pouco menor até a atualidade. Conta-se que um príncipe japonês mostrava

tanta indiferença pela instrução que lhe era dada por seu professor, que este se suicidou como uma confissão de insucesso. Felizmente, nem todos os professores têm de reagir de maneira semelhante! No antigo Japão, a morte era considerada a solução de muitos problemas complexos, especialmente aqueles que envolviam uma questão de honra. Para o que nos interessa, basta salientar que a auto-preservação, apesar de sua natureza biológica, pode, em certas circunstâncias, subordinar-se a outras forças motivadoras, e que ela pode, dentro de certos limites, ser controlada pelos costumes da comunidade.

BIBLIOGRAFIA

1. E. B. HOLT, *Animal Drive and the Learning Process*. 1931.
2. J. F. BROWN, *Psychology and the Social Order*. 1936.
3. KURT LEWIN, *Principles of Topological Psychology*. 1936.
4. CLARENCE DAY, *This Simian World*. 1936.
5. RALPH LINTON, *The Study of Man*. 1936.
6. C. J. WARDEN e outros, *Animal Motivation*. 1931.
7. C. W. TOWNSEND, "Food Prejudices", *Scientific Monthly*, 1923, v. 26, pp. 65-68.
8. B. MALINOWSKI, "The Group and the Individual in Functional Analysis", *American Journal of Sociology*, 1939, v. 44, pp. 938-964.
9. H. A. MURRAY, e outros, *Explorations in Personality*. 1939.
10. R. H. LOWIE, *The Crow Indians*. 1935.
11. SIGMUND FREUD, *Totem and Taboo*. Trad. ingl., 1927.
12. B. MALINOWSKI, *Sex and Repression in Savage Society*. 1927.
13. ARTUR RAMOS, *Introdução à Psicologia Social*. 1936.
14. W. H. R. RIVERS, *Report of the Cambridge Anthropological Expedition to Torres Straits*. 1904, v. 5.
15. R. H. LOWIE, "Adoption, Primitive", *Encyclopaedia of the Social Sciences*, 1930, v. 1, pp. 459-460.
16. EMILE DURKHEIM, *Le Suicide*. 1912.
17. DUBLIN e BUNZEL, *To Be or Not To Be*. 1933.

CAPÍTULO IV

Motivação Humana

(Continuação)

Num terceiro grupo de motivos, eu colocaria aqueles que têm uma base fisiológica indireta, mostram continuidade com as outras espécies animais e ocorrem com grande frequência no homem, mas admitem exceções tanto nos grupos como em indivíduos. Inclue a agressividade, a fuga e a auto-afirmação.

Destes, aquele em que eu gostaria de despende mais tempo é a agressividade, por causa da importância prática evidente deste motivo, particularmente em relação com a psicologia da guerra. Haveria provavelmente acordo em que a guerra e a ameaça da guerra constituem o pior aspecto de nossa sociedade, aquele que pode mesmo conter os germes da destruição de nossa civilização inteira. Frequentemente se diz que a guerra nunca poderá abolir-se, porque sua raiz é o instinto de pugnacidade que é natural ao homem. É importante verificar o que a Psicologia e a Etnologia têm a dizer sobre este problema.

Há clara continuidade com os outros animais relativamente a este motivo e não há a mínima necessidade de dar exemplos de agressividade através do mundo biológico. Do ponto de vista fisiológico, entretanto, ao que sabemos, não há nenhuma base para a existência da agressividade como tal. É verdade que, na cólera, (Cannon) há muitas mudanças bioquímicas e fisiológicas, que dependem da ação do sistema nervoso simpático e das glândulas suprarrenais. Estas mudanças preparam o organismo para uma emergência; entre elas está a libertação de glicogenio pelo fígado, pois sob a forma de glicose ele pode ser usado como fonte de energia; desaparecimento mais rápido dos produtos da fadiga; a mais rápida coagulação do sangue, de tal forma que as feridas serão menos perigosas, etc.. O resultado destas trans-

formações é que, em presença do perigo, pode o organismo responder com um inusitado rendimento de energia, durante um tempo muito maior. É preciso notar que, embora estas mudanças ocorram na cólera, ocorrem elas também no medo e em outras emoções violentas. É por isso que falo da agressividade como tendo uma base fisiológica somente indireta.

No que concerne ao comportamento agressivo nos seres humanos, o material etnológico mostra-nos que, tanto no caso de indivíduos como de grupos, o comportamento agressivo pode reduzir-se notavelmente e mesmo desaparecer em certos casos, ou pelo menos, tomar formas que não são absolutamente destrutivas. No caso de conflitos individuais, por exemplo, conhecemos muitas comunidades em que é praticamente desconhecido o combate físico. Entre os índios da Colômbia Britânica por exemplo, as disputas eram reguladas pela instituição do "pottatch". Se dois homens têm uma rixa, um deles deve dar um pottatch ou festa, no qual o objetivo é desperdiçar ou destruir uma quantidade de propriedade tão grande quanto possível. Como consequência, o rival fica humilhado. Um chefe índio disse uma vez: "O homem branco luta com suas mãos, mas nós lutamos com a propriedade". Entre os esquimós, um homem injuriado, usualmente comporá uma canção satírica, zombando de seu inimigo e o convidará para uma resposta cantada em público.

Em relação com a guerra, foi notado por numerosos investigadores que absolutamente ela não é universal e que há muitas sociedades para as quais ela é estranha. Muitos escritores sugeriram também que os povos mais simples e mais primitivos não eram amantes da guerra, e que a guerra só se desenvolveu quando a sociedade se tornou mais complicada. Além disso, quando ocorrem as guerras, devem elas ser entendidas em termos de motivos muito definidos. Evidentemente, muitos povos devem defender-se quando atacados, e muitos têm de lutar por alimento ou por despojos. Algumas tribos norte-americanas iam à guerra especialmente para obter cavalos; o inimigo era morto unicamente quando absolutamente necessário. Entre muitos grupos de índios norte-americanos, particularmente entre os índios das Planícies, a guerra era feita em resposta ao desejo de prestígio ou renome militar. A posição de um homem era proporcional a seus feitos na guerra, e, nas reuniões tribais, ele contava suas aventuras e recebia honras de seus companheiros. No sistema de guerra dos índios das Planícies, geralmente matar um inimigo era re-

lativamente pouco importante. O ato de maior bravura consistia em tocar ou ferir um homem vivo e são, com um pequeno bastão de madeira, sem matá-lo. Outra causa importante de guerra no passado foi a presença de certas crenças religiosas. Por exemplo, no México dos Aztecas, uma crença desta natureza era a de que os deuses, particularmente o sol, morreria se privado de alimentos e a única nutrição satisfatória consistia em corações humanos. Havia uma guerra quasi perpetua com os povos vizinhos com o único proposito de obter cativos para servir de vítimas nestas cerimoniaes religiosas.

Estas variações no grau e na natureza da agressividade em varias comunidades são dificeis de se reconciliar com a tese de um simples instinto agressivo. Em escritos psicológicos recentes, entretanto, há uma variação desta teoria que merece uma palavra de comentario. Refiro-me aqui a dois livros, um dos quais denominado "Frustração e Agressão", escrito pelo sociólogo americano Dollard e seus colegas; o outro "Agressividade pessoal e guerra", por dois psicólogos britânicos, Durbin e Bowlby. Embora diferindo em detalhes, a tese essencial dos dois livros é semelhante. Eles não consideram a agressão como realmente inevitavel, mas como consequencia da frustração. Como Dollard diz: "Toda agressão é o resultado da frustração, e toda frustração leva à agressão". Muitas experiencias interessantes foram lembradas para comprovar esta hipótese. Numa destas, um grupo de individuos avaliava um certo número de traços de carater de seus companheiros. Pouco depois, eram eles colocados numa situação que leva a frustração, isto é, tinham que realizar tarefas desagradaveis em vez de ir ao cinema, como esperavam. Imediatamente depois, eles avaliavam novamente outro grupo de companheiros, e, neste caso as avaliações eram positivamente desfavoraveis. Em outro tipo de estudo, os autores achavam que depois de um periodo de seca no Oeste-Médio norte-americano o partido político no poder era quasi sempre derrotado nas eleições seguintes. Em outras palavras, a agressão não é dirigida necessariamente contra a fonte da frustração, mas procura algum meio de vasão.

Aplicada à guerra, a teoria admite que o simples fato do crescimento numa sociedade leva inevitavelmente à frustração; estamos rodeados por uma massa de restrições e proibições. Usualmente não podemos exprimir a agressão que resulta de todas

estas frustrações. A agressão, entretanto, fica latente dentro de nós, esperando por uma ocasião conveniente para exprimir-se. Tal oportunidade é naturalmente a guerra contra um inimigo. Parece-me existir uma objeção fundamental a esta interpretação da guerra, e é que a grande massa de indivíduos presumivelmente frustrados não está em absoluto ansiosa por ir à guerra. Em todas as grandes nações, em tempos recentes, foi necessário usar alguma forma de coerção para organizar um exército. É difícil reconciliar este fato com a noção de uma agressividade latente, à espera de um meio conveniente de se exprimir. Ao mesmo tempo, parece ser verdade que um povo com alto grau de frustração, pode fazer a guerra com mais facilidade.

Durbin e Bowlby fazem certas aplicações da Psicologia, e mesmo da Psicanálise à guerra, de uma forma que me parece significativa. Por exemplo, o mecanismo de projeção torna possível a um povo entrar numa guerra agressiva persuadido de que são os outros que têm sentimentos agressivos contra eles. O mecanismo da racionalização dá ao agressor razões altamente nobres para a guerra em vez de outras mais materiais que são realmente as responsáveis. E o mecanismo de identificação resulta no sentimento, da parte dos indivíduos, que qualquer insulto ou injúria, reais ou imaginários, a seu Estado, são realmente insultos a eles próprios e precisam ser vingados.

Parece-me existir um interessante problema de pesquisa no campo da Psicologia etnológica em conexão com a hipótese da frustração-agressão. Se a frustração leva à agressão, nas sociedades em que há menos frustração, particularmente na infância, deveria haver menos agressividade. Parece haver certas provas desta relação. No livro de Dennis sobre "A criança Hopi", por exemplo, está assinalado que as crianças Hopi são quasi inteiramente livres de fazer o que bem desejam. As duas únicas proibições que ele pôde descobrir eram as de tocar num forno quente e de chegar muito perto de um despenhadeiro. Pode ser significativo o fato de que nesta sociedade relativamente livre de frustrações, quasi não há agressões, tanto dentro da comunidade como contra outras tribos. Em conexão com isto, Durbin e Bowlby sugerem que em nossa própria sociedade, uma redução do número de frustrações envolvidas na criação das crianças seria um bom caminho para reduzir o perigo da guerra. Em minha própria opinião, não se pode deixar de encarecer

ao máximo a importância das frustrações durante a infância, mas é preciso notar que as da vida do adulto podem ser também muito importantes, e muitas vezes mais, mesmo, por levarem a tentativas violentas de melhorar o ambiente por métodos agressivos. Deste ponto de vista, as frustrações relacionadas com a insegurança econômica e pessoal podem ser mesmo mais influentes do que as que acompanham o processo de socialização das crianças.

Em suma, portanto, parece razoável concluir que, embora o comportamento agressivo mostre continuidade com os animais e tenha uma base fisiológica indireta, não é universal nos seres humanos, tendo entretanto uma distribuição muito ampla. A exata natureza de sua expressão varia de um grupo a outro, e nenhuma forma particular de agressão, por exemplo a guerra, deve ser considerada como inevitável. Fatores sociais determinam a intensidade, a natureza e, em larga medida, a própria existência da agressividade.

O problema do impulso de fuga é muito semelhante ao da agressividade e muitas das considerações acima aplicam-se a ele. Talvez não seja necessário dar maior extensão ao estudo deste impulso.

O problema da auto-afirmação é algo mais complicado. A questão de sua existência entre os animais é difícil de ser respondida. É verdade que os estudos sobre a dominação e a submissão referidos em capítulo anterior falam em favor de uma aparente tendência de auto-afirmação entre alguns animais. Entretanto, desde que este tipo de auto-afirmação significa ordinariamente que o animal dominante obtém para si mesmo certos privilégios especiais relativos à alimentação e à posse de fêmeas, parece provável que o comportamento de auto-afirmação deva ser interpretado como um meio de alcançar estes fins. Do lado orgânico, não conhecemos nenhuma base direta para o comportamento auto-afirmativo. Alfred Adler, entretanto, indicou a possibilidade de uma base indireta que em sua opinião explica a universalidade desta tendência. A afirmação de si mesmo, para ele, é uma reação ou uma compensação para um sentimento de inferioridade, real ou imaginária. Um dos mais notáveis exemplos de uma tal inferioridade orgânica de que ninguém pode escapar é o de ter sido, uma vez, criança. Isto pode ser demasiado evidente para ser mencionado, mas para os Adlerianos tem um significado es-

pecial. O sentimento de inferioridade e os hábitos formados nestas condições continuam a ter uma parte importante na vida do individuo, muito tempo depois que a inferioridade tenha sido removida pelo processo natural do crescimento. A auto-afirmação tornar-se-ia, pois, um fenômeno universal.

Deste ponto de vista, a sugestão que fiz acima sobre uma pesquisa sobre as crianças, necessita mais uma palavra que acentue sua importancia. Parece certo que a dependencia e a inferioridade das crianças são muito mais marcadas em nossa sociedade do que em muitas outras. Entre muitos indios americanos, por exemplo, é habitual encarar a criança como completamente dona de qualquer propriedade que se lhe tenha dado. Se um homem branco desejava comprar algo pertencente a um indiozinho, os pais encaravam a questão de se o objeto podia ou não ser vendido e de seu preço, como pertencendo exclusivamente à criança. Se a criança não queria vender, estava liquidado o assunto. Outro fator relatado é a raridade com que as crianças são punidas em muitas comunidades. Estes e outros aspectos de desenvolvimento da criança dariam provavelmente como resultado um sentimento de inferioridade muito menos marcado, e em termos adlerianos, consequentemente menor impulso de superioridade nestes grupos.

A demonstração do carater "aprendido" da competição e da auto-afirmação pode ser dada pelo fato de que esta tendencia não existe em crianças muito novas em nossa propria sociedade. Num estudo experimental, não ficou evidenciada a existencia de competição na idade de dois anos, enquanto que, aos cinco anos, 75,4 por cento e aos seis anos 86,5 por cento das crianças mostraram esse traço. Isto sugere que a criança precisa ser bem socializada antes que o impulso do prestigio, pelo menos em seu aspecto de competição, tenha um papel importante.

No que diz respeito à universalidade do motivo, Bunzel assinala que os indios Zuni do Novo-México não recebem com satisfação demonstrações de habilidades ou originalidades de seus membros. A melhor cousa que se pode dizer de qualquer pessoa é que ninguém nunca ouviu nada a seu respeito. A competição em geral é reduzida a um mínimo.

Por estas razões, parece justificavel, apesar do relevo dado ao assunto pela Psicologia adleriana, incluir a auto-afirmação neste terceiro grupo.

. . .

Os motivos que discuti até agora diferem entre si a muitos respeitos, mas têm um característico comum. Quero dizer, no caso de cada um deles os fisiólogos foram capazes de revelar alguma base orgânica, direta ou indireta, que ajuda a dar conta do grau de imperiosidade que esses motivos possuem. No caso da fome, as contrações das paredes do estômago; no caso da cólera, as modificações fisiológicas resultantes da atividade do sistema nervoso simpático e das cápsulas suprarrenais, e assim com todos os outros. Sob um ponto de vista, portanto, aqueles motivos efetivamente possuem uma base que pode justificar o uso de termo "instintivo" no caso deles, ainda que por muitas razões eu prefira não usar o termo.

Chegamos agora a um quarto e último grupo de motivos, que não têm nenhuma base fisiológica conhecida, mas que ocorrem com certa frequência, ou por causa de fatores comuns à maioria das comunidades humanas, ou como meio de satisfação de interesses práticos. São eles primariamente meios para atingir certos fins, mas podem tornar-se fins em si mesmos. Estes incluem o impulso gregario, o impulso paterno, o motivo pre-maternal, o motivo filial, os motivos de aquisição e de submissão.

Para o sociólogo inglês Trotter, a agregação é um fenômeno de profunda significação biológica. É um dos instintos fundamentais, sendo os outros auto-preservação, nutrição e sexo. Em um livro intitulado "INSTINCTS OF THE HERD IN PEACE AND WAR" ("Instintos do Rebanho na Paz e na Guerra"), ele escreve: "O único meio em que a mente humana pode funcionar satisfatoriamente é o rebanho, o qual, portanto, é, não somente a fonte de suas opiniões, suas crenças, suas descrenças, e de suas fraquezas, mas de seu altruísmo, sua caridade, seu entusiasmo e seu poder". Se, no entanto, aplicarmos nossos criterios a este impulso, a natureza deste motivo não será tão clara. No que se refere à continuidade biológica, sabemos que a atividade gregaria é levada a elevados graus de complexidade em certas comunidades de insetos; mas em muitos grupos mamíferos, que são naturalmente muito mais próximos do homem, o comportamento gregario pode ser sensivelmente reduzido, e muitos animais podem ser encontrados solitarios ou em pares. Pelo lado fisiológico, não conhecemos base para este impulso. Do ponto de vista da universalidade, parece claro que um certo mínimo de interação entre individuos é necessario, mas sua extensão é muito variavel.

Certos grupos têm sido descritos como "atomísticos", no sentido de que indivíduos ou pequenos grupos familiares vivem praticamente em isolamento. Afirma-se ser este o caso de muitas tribos no Saara e em Madagascar, como também dos Índios Jibaro, do Equador. Nestes casos as tendências gregárias parecem ser limitadas aos membros da família de cada um, e isto sugere que em outros grupos também, pode ser que a vida familiar seja a base real do comportamento gregário. A família é, pelo menos até as crianças se tornarem adultos, a unidade social irredutível. Neste caso, entretanto, o que se observa de comportamento gregário é determinado pelo sexo e pela relação pais-filho, e não é, aparentemente, devido à existência de um instinto gregário, como tal. À medida que a sociedade se torna mais complexa, haverá crescente número de situações, por exemplo, relativas à vida econômica, à religião, etc., em que agrupamentos mais amplos cooperarão. Podemos acrescentar aqui que Darwin era também de opinião que "o sentimento de prazer de viver em sociedade é provavelmente uma extensão da afeição parental ou filial". Alguma prova adicional corroboradora deste ponto de vista nos vem dos cuidadosos estudos sobre as irmãs Dionne, as famosas quintuplas, feitos pelo psicólogo canadense Blatz. Ele observou a maneira pela qual as quintuplas, à medida que cresceram aumentaram gradualmente seus contactos sociais uma com a outra, e conclue que tais contactos não são imperativos no começo. "O comportamento social e a experiência de indivíduos são inteiramente derivados, e não podem ser considerados básicos".

O desejo de pais terem filhos, ainda que possa tornar-se um poderosíssimo motivo em muitas sociedades, não tem base fisiológica conhecida. Ele tem, é claro, uma base indireta na existência do impulso sexual, mas em muitos casos os dois não são relacionados. Se há continuidade com animais, não o podemos saber, pois não há meio de saber como os animais sentem em relação a seus filhos antes de tê-los. Por outro lado, entre os seres humanos, o desejo de ter filhos é certamente muito espalhado. Há entretanto, muitos fatores sociais que nos auxiliam a compreender este desejo sem qualquer apelo a instinto. Há as forças da opinião pública; o encorajamento e, em muitos casos, o subsídio de famílias numerosas, como na Alemanha nazista; o fato de em muitas comunidades, como entre os Esquimó, ser a ri-

queza avaliada em termos do número de filhos, que são o principal modo de obter segurança na velhice; o encorajamento de crenças religiosas, tais como a necessidade que os chineses têm de ter filhos que possam queimar incenso em sua memória. O padrão é aqui o mesmo para o pai-em-perspectiva que para a mãe-em-perspectiva. Naqueles casos em que a riqueza é expressa em termos do número de filhos, encontramos casos em que o marido reclamará todos os filhos de sua mulher, mesmo quando sabe que ele não é o pai. Isto tem sido referido relativamente a numerosas comunidades da Africa, Siberia e alhures. Em uma das tribos de Madagascar o preço da noiva é consideravel e em casos de divorcio não há restituição nem substituição. A esposa divorciada, entretanto, não pode tornar a casar-se sem permissão de seu marido anterior, que geralmente entra em acordo com o novo marido, pelo qual ele recebe os três primeiros filhos da nova união. O fato de serem os filhos um bem econômico indubitavelmente explica esta atitude, mas mostra também que o impulso parental não deve ser explicado em termos de simples causas biológicas.

Quanto ao que foi chamado por alguns psicólogos motivo ou instinto filial, isto é, atitude afetuosa dos filhos para com seus pais, parece claro que deve ser compreendido como uma consequencia secundaria do cuidado e afeição que os pais mostraram para com seus filhos. Há tantos casos em que a afeição filial deixou de se desenvolver por causa de maus tratos, reais ou imaginarios, recebidos pelos filhos, que parece desnecessario discutir este ponto.

Um motivo em conexão com o qual se tem discutido furiosamente é o conhecido como o de aquisição (aquisitividade). Mencionei acima que o decidir se o comportamento aquisitivo é ou não, inato, pode ter uma certa significação prática. A mais completa análise desta forma de comportamento foi feita pelo antropólogo nova-zelandês Beaglehole em seu livro "Property" (Propriedade). Beaglehole mostra que o comportamento aquisitivo é encontrado em animais, mas em quasi todos os casos ele foi capaz de descobrir que os animais se apropriam de objetos somente quando estes são requeridos para certos objetivos especificos. É verdade que há certas aves que colecionam por razões desconhecidas, mas com estas raras exceções, os casos de aquisi-

tividade animal são devidos à operação dos impulsos mais poderosos de fome, sexo e cuidado da prole. Pelo lado fisiológico, não se descobriu base para o comportamento aquisitivo. Entre os seres humanos parece claro que a cultura pode determinar qualquer grau de ênfase do princípio de propriedade privada, desde sua quasi completa ausencia em uma sociedade até sua total penetração em outra. A crença de alguns antropólogos, por exemplo, L. H. Morgan, de que todos os povos primitivos eram comunistas, não é, entretanto, fundamentada. Nas ilhas do Estreito de Torres, p. ex., a propriedade privada era presente em uma forma extrema. Cada rochedo ou buraco de agua tinha seu proprietario, sendo a rua da aldeia a única porção de solo comum.

As atitudes relativas à propriedade variam largamente. Em muitas comunidades parece ser regra que os objetos adquiridos ou feitos por esforço pessoal sejam considerados propriedade privada, mas para esta regra, como para todas as referentes a este assunto, as exceções são numerosas. Uma dessas exceções é referida para os Indios Kaingang do Brasil, descritos pelo antropólogo Jules Henry. Quando um caçador abate um tapir, ele nem guarda a carne nem a distribue; dá todo o animal a um parente próximo, que o carneia, dando uma parte ao caçador, outra parte a outros membros do acampamento, guardando a maior parte para seu proprio uso. Considerando-se a longo termo, o produto da caçada é partilhado uniformemente. Um dos mais notaveis exemplos da variabilidade de atitude em relação à propriedade é o "potlatch" na Colombia Britânica, ao qual foi feita referencia acima. Neste caso é claramente o prestigio que é importante. Há um tremendo, poder-se-ia dizer hipertrofiado, interesse em propriedade, mas não em aquisição; a propriedade era apenas um meio para um fim, sendo este fim o prestigio. Outra notavel variação relativamente ao nosso proprio padrão é referida para as ilhas Marquesas, onde o comercio era feito pela troca de objetos de valor equivalente. Não havia coisa alguma semelhante a lucro; havia somente intercambio de presentes. O objeto tinha de ser exatamente do mesmo valor. Se um homem desse demais, seria culpado de ostentação. Se desse muito pouco, isto significaria estar menosprezando o valor do "presente" de outrem. Ambos eram erros sociais, mostrando que o culpado não era familiarizado com o uso correto, e expondo-o ao ridículo.

A conclusão parece ser clara de que o comportamento aquisitivo não deve ser considerado como inato ou instintivo, e por mais importante que possa ser para certas sociedades, sua natureza e extensão são culturalmente determinadas.

Finalmente, o chamado instinto de submissão tem sido um alvo especial para os críticos de McDougall, pois aparentemente ele existe lado a lado com seu oposto, o instinto de auto-afirmação. É, certamente, levar demasiado longe o conceito quando usamos a palavra “instinto” para explicar dois tipos contraditórios de comportamento. Ao mesmo tempo não podemos negar a existência de uma tendência bastante disseminada para os indivíduos se submeterem voluntariamente à vontade de outrem. A explicação mais provável pareceria ser que o comportamento submisso é um meio para um fim. Nós nos submetemos quando, fazendo-o, nos é dada proteção, segurança econômica ou qualquer outra vantagem que de outra forma poderia ser mais difícil obter. Há uma interessante discussão de semelhante atitude em um livro de Erich Fromm chamado “Escape from Freedom” (Escapar à Liberdade). Neste livro, Fromm tenta explicar porque tantos alemães estavam dispostos a desistir de sua liberdade e independência em favor de Hitler e do partido nazista. Fromm procura mostrar que numa sociedade em que tinha havido difíceis problemas econômicos e políticos para o indivíduo resolver ele era em muitos casos perfeitamente feliz por escapar às suas responsabilidades, deixando que outro tomasse todas as decisões. Era mais fácil, mais cômodo, e, frequentemente, mais seguro. A liberdade, como salienta Fromm, traz consigo responsabilidades que o indivíduo não está, muitas vezes, disposto a carregar em seus ombros, e, em consequência, ele se submete; ele “escapa à liberdade”. Parece desnecessário salientar que Fromm não está desta maneira pleiteando em favor do sistema nazista; ele acentua a falta de visão desta política, bem como o fato de que um sistema democrático é necessário para o completo desenvolvimento do indivíduo. De todo modo, parece não haver um impulso para submissão, como tal.

Isto termina a discussão da motivação humana, e eu gostaria de salientar que muitas das minhas conclusões devem ser consideradas como tentativas. Elas podem requerer considerável modificação à luz de futuras pesquisas, — etnológicas, fisiológicas e

psicológicas. Mas as mudanças necessárias deveriam ser feitas em relação à acumulação de novos fatos. Creio que os três critérios que usamos ainda serão aplicáveis, mesmo que os novos fatos requeiram certas modificações na ordem específica da im- periosidade dos motivos particulares.

BIBLIOGRAFIA

1. W. B. CANNON, *Bodily Changes in Pain, Hunger, Fear, and Rage*. 1928.
2. JOHN DOLLARD e outros, *Frustration and Aggression*. 1939.
3. DURBIN e BOWLBY, *Personal Aggressiveness and War*. 1939.
4. WAYNE DENNIS, *The Hopi Child*. 1940.
5. R. L. BUNZEL, "Introduction to Zuni Ceremonialism". *Bureau of American Ethnology*, 1932, v. 47, pp 467-544.
6. W. D. TROTTER, *Instincts of the Herd in Peace and War*. 1919.
7. CHARLES DARWIN, *The Expression of the Emotions in Man and Animals*. 1873.
8. W. E. BLATZ, "The Individual and the Group". *American Journal of Sociology*, 1939, v. 44, 829-838.
9. E. BEAGLEHOLE, *Property*. 1931.
10. L. H. MORGAN, *Ancient Society*. 1907.
11. JULES HENRY, *Jungle People: A Kaingáng Tribe of the High Lands of Brazil*. 1941.
12. ERICH FROMM, *Escape From Freedom*. 1941.

CAPÍTULO V

Comportamento Emocional

Desde que este Boletim é principalmente dedicado aos aspectos sociais da Psicologia, deveremos passar rapidamente sobre os fatores fisiológicos envolvidos nas emoções. Já me referi às mudanças fisiológicas descritas por Cannon como devidas ao efeito do sistema nervoso simpático-suprarrenal. Além disso, foi bem estabelecido por Bard, em cães, que o impulso para a cólera e também provavelmente para outras atividades emocionais provem da região do mesencéfalo conhecida pelo nome de hipotálamo. Os fatos referentes à fisiologia das emoções foram abundantemente descritos nos manuais de Psicologia geral e fisiológica. Quando nos voltamos para os aspectos sociais do comportamento emocional, achamos que há pelo menos três vias distintas nas quais são eles importantes. Primeiramente podem tomar parte na determinação de *situações* nas quais uma emoção ou outra pode aparecer; em segundo lugar, eles podem condicionar a *intensidade* de comportamento emocional explícito que ocorre em tais condições; finalmente, podem eles influenciar a *maneira* pela qual as emoções se manifestam.

Há marcantes diferenças entre as comunidades no que diz respeito às situações que dão nascimento às varias emoções. Tomamos como primeiro exemplo as respostas emocionais que se seguem ao nascimento de gêmeos. Entre os Murngin da Austrália, a mãe mata um dos gêmeos porque ele a faz sentir-se como um cão por ter uma ninhada em vez de uma só criança. O nascimento de gêmeos é uma fonte de vergonha. No caso de uma tribo negra do Congo, entretanto, a mãe de gêmeos é objeto de honra e veneração através de sua vida.

A morte é uma fonte de pesar, não somente entre nós mesmos, mas provavelmente na maioria das culturas conhecidas; há casos, entretanto, em que é ocasião de alegria. Entre os insulares das Fidji, por exemplo, os individuos estão ansiosos por morrer

antes de se tornarem muito velhos. Sua crença é que a vida atual é apenas o prelúdio de uma vida eterna na qual possuirão as capacidades físicas e mentais com as quais deixarão este mundo. Se viverem até se tornarem decrepitos, ficarão assim para sempre. Por esta razão um filho cumpridor de seus deveres matará seus pais, na convicção de que está lhes prestando o maior favor possível. Muitos outros exemplos poderiam dar-se destas variações nas emoções que resultam de situações sociais específicas.

Em relação com o nosso segundo ponto, devemos dizer que as culturas diferem amplamente umas das outras na quantidade de expressão emocional permitida. Falamos, por exemplo, da impassibilidade do índio norte-americano, da impenetrabilidade do oriental, da reserva do inglês, e no outro extremo, da expressividade do negro ou do siciliano. Embora haja sempre certo exagero em tais "clichês", é provável que eles correspondam a modelos culturais aceitos, ao menos em certo grau. Há também a clara possibilidade de que diferenças anatômicas entre grupos raciais possam tomar parte nisso. Um anatomista chinês cita algumas peculiaridades por ele observadas na anatomia facial dos chineses, distintas das dos europeus. Uma das mais importantes é o fato de um músculo conhecido como "quadratus labii superioris" ser, na face do europeu, dividido em três partes, cada uma das quais pode agir semi-independentemente das outras. Em sua opinião isto permite um jogo muito mais livre das contrações musculares na face dos brancos, e dá à face dos chineses sua aparência de imobilidade. Embora possa haver alguma verdade nesta afirmativa, não há dúvida de que fatores culturais e educacionais têm um papel predominante. A educação dos meninos chineses inclui auto-controle como um fator importante. Aconselha-se a uma menina chinesa: "Não mostre sua infelicidade facilmente e não sorria facilmente", e, "não mostre seus dentes quando sorrir". Os meninos são ensinados muito precocemente que é mal educado mostrar cólera e ser tempestuoso. De nosso ponto de vista, é mais importante a observação do Professor Romanzo Adams da Universidade de Havaí, que teve a oportunidade de entrar em relação, não só com os japoneses do Havaí, mas também com seus parentes do Japão. Referindo-se aos japoneses do Japão escreve ele: "Suas faces, especialmente as das meninas, eram menos expressivas do que as dos japoneses do Havaí. Pareceria que os pequenos músculos circum-buciais e

circum-oculares eram relativamente pouco desenvolvidos por falta de uso”. Adams faz uma observação semelhante no caso dos chineses do Havai, que são muito mais livres na expressão de suas emoções do que os chineses da Califórnia; Adams atribue esta diferença ao fato de que no Havai os chineses são aceitos em plano de igualdade, e por isso tendem a assimilar os costumes daqueles entre os quais vivem.

É importante notar que a quantidade de expressão permitida numa cultura será muito variável, de acordo com a emoção considerada. Os chineses sentem que a exibição de cólera nunca se justifica, e que a afeição só pode ser mostrada em estrita intimidade, mas insistem na manifestação pública de certas formas da tristeza. Um conselho para as meninas diz: “Se seu pai ou sua mãe está doente, não se afaste de seu leito. Não perca tempo nem em se despir. Experimente todos os remédios você mesma. Peça aos seus deuses por eles. Se acontecer uma desgraça, *chore amargamente*”. Dos homens, esperava-se também que mostrassem abertamente seu pesar.

Uma experiência recente, que permite julgar a expressão facial das emoções, indica a menor quantidade de expressão no chinês quando comparado com o norte-americano. Chineses e norte-americanos posaram para a ilustração de diferentes emoções, e estas fotografias foram dadas a estudantes chineses e norte-americanos para serem julgadas. Os resultados mostraram que ambos os grupos de juizes tinham êxito um pouco maior com as fotografias de norte-americanos do que com as dos chineses. Parece justificada a conclusão de que o americano é mais expressivo que o chinês.

No que diz respeito à expressão das emoções, há uma grande literatura experimental relativa às mudanças fisiológicas que acompanham as emoções, por exemplo, na pressão sanguínea, na respiração, nas pulsações, nos fenômenos elétricos, etc.; estudos de reconhecimento de expressões emocionais em fotografias de faces; julgamento da expressão da voz, da posição, da disposição das mãos, etc. Um importante problema é o da relação entre a expressão emocional no homem e nos antropóides. Se a expressão emocional é amplamente biológica e determinada inatamente, deveríamos esperar consideráveis semelhanças entre estas duas espécies tão próximas. Se, de outra parte, a cultura é largamente responsável pela expressão, deveríamos esperar marcadas diferenças. Köhler, que estudou chimpanzés durante anos na ilha de

Tenerife, conta que era capaz, sem grande dificuldade, de entender as emoções que os animais estavam exprimindo. Da mesma forma, Kohts, em Moscou, encara a expressão emocional dos chimpanzés e dos seres humanos como essencialmente a mesma. Esta questão foi recentemente sujeita a uma experimentação por Foley, que usou as fotografias de Kohts como base de estudo para o reconhecimento da expressão do chimpanzé. As fotografias declaradamente representavam os seguintes estados emocionais: agitação, choro, riso, medo, repugnância, espanto. Elas foram apresentadas a um grupo de estudantes que julgavam cada fotografia, escolhendo uma entre dezesseis emoções numa lista mimeografada. Embora o resultado mostrasse grandes diferenças individuais, o número de julgamentos corretos pelo grupo como um todo era exatamente o que poderia ser esperado *pelo acaso*. Em outras palavras, os juizes não foram capazes de reconhecer a expressão emocional na face do chimpanzé; havia confusão particularmente entre dor física, cólera e alegria. É preciso acrescentar que o êxito de Köhler pode ser explicado por sua larga experiência com o chimpanzé, mais do que como o resultado de uma semelhança entre as expressões do chimpanzé e do homem. De qualquer modo, a experiência de Foley fala em favor da determinação cultural e social da expressão das emoções, ou pelo menos de alguns de seus aspectos.

A expressão emocional deve ser encarada não somente como resultado espontâneo de processos fisiológicos internos, mas também como um meio de comunicação social, uma linguagem. Isto foi reconhecido há muitos anos pelo psicólogo francês Dumas, que assinalou que a expressão emocional é usada, como linguagem, para dar informações aos outros. Uma criança que se feriu gritará na presença de um adulto com quem simpatize; ficará quieta se não houver ninguém por perto para ouvi-la. Como adultos, fazemos a expressão de interesse, mesmo quando estamos aborrecidos e mostramo-nos entristecidos quando ouvimos más notícias sobre alguém, mesmo que não tenhamos absolutamente nada a ver com o caso. Existe outro aspecto em que a expressão da emoção é comparável à linguagem falada: é que, ela também, deve ser aprendida. Isto não é verdade na mesma extensão, mas é fora de dúvida que mecanismos adquiridos têm uma parte na expressão. Há certas expressões que são tão claramente culturais que não apresentam nenhum problema especial. Isto inclui o hábito norte-americano de por o polegar no

nariz como sinal de desprezo ou desconfiança, ou a mãe chinesa esfregando a face com o dedo em vez de dizer “vergonha”. Variações ocorrem, entretanto, mesmo no caso de expressões mais fundamentais. As lágrimas, por exemplo, embora sejam um sinal provavelmente universal de tristeza, podem também aparecer sob condições não relacionadas com estas emoções. Entre os insulares das Andaman e os Maori da Nova-Zelandia, lágrimas são derramadas quando duas pessoas encontram-se depois de longa ausencia, ou quando a paz é feita entre dois partidos em guerra. O antropólogo Man escreveu o seguinte sobre os insulares das Andaman: “Os parentes, depois de uma ausencia de algumas semanas ou meses, mostram sua alegria no encontro, sentando-se um com os braços em volta do pescoço do outro, chorando e uivando de tal forma que um extranho poderia supor que uma grande tristeza os atingiu; e, de fato, não há diferença observavel entre suas demonstrações de alegria nestas ocasiões e as demonstrações de pesar pela morte de um dos seus.”

A expressão da cólera entre os chineses mostra interessantes variações relativamente ao nosso proprio comportamento. As novelas chinesas são ricas de exemplos de expressões literarias de cólera que não seriam facilmente entendidas por um leitor não familiarizado com elas. Encontramos, por exemplo, “seus olhos tornaram-se redondos e abriram-se largamente” ou “ele arredondou seus dois olhos e fixou-o”. Mais notavel ainda, podemos ler “ele estava tão colérico que, muitas vezes, desmaiou de raiva”. Isto pode parecer-nos estranho, mas os leitores chineses ficam também surpreendidos pela frequencia com que as senhoras européias desmaiavam na literatura do periodo medio-victoriano. Um escritor assinala que “os livros da etiqueta ensinavam-lhes a maneira correta de desmaiar elegantemente.” A conclusão parece clara que o desmaio, como as lágrimas, podem, como resultado de costume social, aparecer em ocasiões inteiramente diferentes.

No que diz respeito à alegria e à felicidade, o sorriso e o riso parecem ser uma expressão universal. Ao mesmo tempo, não há completo acordo no porquê rimos e no porquê achamos certas cousas mais engraçadas do que outras. Há muitas teorias, como a de Thomas Hobbes que acredita que a hilaridade nasce de um sentimento de repentina gloria provocada pelas desventuras alheias, e a consequente convicção de nossa propria superioridade; de Schopenhauer, para o qual a hilaridade é devida à percepção de incongruencias; de Herbert Spencer, que pensava

que o riso é devido a excesso de energia; de Bergson, que acreditava que rimos quando vemos algo vivo, agindo como se fosse mecânico ou morto. Freud encara ao menos uma forma de espírito ou humor como meio de expressar, de uma maneira aceitável, nossas críticas aos outros. Mas qualquer que seja a explicação do riso e do sorriso, é claro que esta expressão pode ter um sentido completamente diferente daquele com que estamos acostumados, em certos grupos e em certas circunstâncias. No caso dos japoneses, por exemplo, o sorriso era a expressão apropriada da parte de um empregado repreendido por seu patrão, e também no caso de um inferior forçado a relatar suas infelicidades a um superior. Hearn relata que, na relação de inferior para superior "uma submissão sombria era uma ofensa; uma obediência meramente passiva inadequada; o grau apropriado de submissão devia manifestar-se por um sorriso alegre e por um tom de voz macio e feliz". Não há dúvida de que desentendimentos frequentes e serios surgiram entre os europeus e orientais porque os primeiros eram incapazes de entender o sentido do sorriso dos chineses e japoneses. Para compreender o comportamento de um povo, necessitamos conhecer não somente sua linguagem falada mas também sua linguagem de expressão corporal.

BIBLIOGRAFIA

- 1 P. BARD, "Emotion", *Handbook of Experimental Psychology* (C. Murchison, ed.), 1934.
- 2 R. ADAMS, *Interacial Marriage in Hawaii*. 1937.
- 3 WOLFGANG KOHLER, *The Mentality of Apes*. (Trad. ingl.) 1925
- 4 N. KOHLS, *Infant Ape and Human Child*. 2 vols. 1935.
- 5 J. P. FOLEY, "Judgment of Facial Expression of Emotion in the Chimpanzee". *Journal of Social Psychology*, 1935, v. 6, pp. 31-67.
- 6 GEORGES DUMAS, *Traité de Psychologie*. 2 vols. 1923-1924.
- 7 E. H. MAN "On the Aboriginal Inhabitants of the Andaman Islands" *Journal of the Anthropological Institute*, 1882, v. 12, pp. 69-116, 327-434.
8. THOMAS HOBBS, *Human Nature*. 1840.
- 9 A. SCHOPENHAUER, *The World as Will and Idea*. (Trad. ingl.) 1906
- 10 HERBERT SPENCER, "The Physiology of Laughter" *Essays*. 2 vols. 1893.
- 11 HENRI BERGSON, *Laughter*. (Trad. ingl.) 1911.
- 12 S. FREUD, *Wit and its Relation to the Unconscious*. (Trad. ingl.) 1917.
- 13 LAFCADIO HEARN, "The Japanese Smile". *Glimpses of Unfamiliar Japan*. 2 vols 1894

CAPÍTULO VI

Fatores Sociais na Percepção Sensorial e na Memória

Não se reconhece, em geral, que a percepção sensorial é, em grande parte, um problema de Psicologia social. À primeira vista, pareceria ser um fenômeno puramente individual, cuja natureza é determinada pelo sistema de neurônios que trazem impulsos do mundo exterior para o sistema nervoso central. Assim, poderia talvez parecer de pequena importância para o psicólogo social. No entanto, há muitas provas que indicam que os fatores sociais precisam ser também considerados para que os fenômenos de percepção sensorial possam ser completamente compreendidos.

Malinowski dá um exemplo interessante da influência cultural sobre a experiência visual. Entre os Trobriandeses, a idéia de semelhança entre os pais e a prole, ou entre os filhos dos mesmos pais, é controlada por normas sociais estritas. A semelhança de uma criança com seu pai é encarada como natural e correta, e tal aparência é sempre considerada como existente. É uma grande ofensa insinuar que o filho se parece com a mãe, e ainda mais séria sugerir que se parece com sua irmã. Em segundo lugar, é tido como natural que os irmãos não se parecem uns com os outros. Como é bem conhecido em Psicologia que, em larga medida, nós vemos aquilo que estamos procurando ver, parece provável que os Trobriandeses deixam de notar qualquer semelhança entre irmãos e irmãs porque não querem ou não esperam encontrá-la.

Um significativo experimento sobre o efeito dos fatores sociais na experiência visual, foi realizado por Sherif. O estudo foi feito para provar a importância das normas sociais, ou quadros de referência, isto é, os padrões que servem como meio de julgar a experiência em questão, ou colocá-la em uma moldura adequada. Ele estava interessado em ver o que aconteceria à experiência visual quando não houvesse esse quadro de referen-

cia, e quando, portanto, o sujeito tivesse que criar um. Experimentou com o fenômeno auto-cinético, produzido quando se olha um único ponto luminoso visível em um aposento completamente escuro; este ponto não tem, assim, quadro algum de referência que determine sua posição no campo visual, e, consequentemente, é visto como movendo-se, provavelmente devido a fatores puramente fisiológicos. A distancia através da qual ele se move varia consideravelmente de um sujeito para outro. Sherif verificou que quando dois sujeitos eram colocados juntamente na situação experimental (após ter determinado a distancia média em que um ponto se tinha anteriormente movido para cada um deles separadamente), havia uma clara tendencia para convergencia de suas opiniões. Em parte, o efeito pode ser explicado pela sugestão, visto que as primeiras palavras faladas por um dos sujeitos influenciam o outro, mas, de todo modo, uma norma social de percepção era estabelecida em tais condições. Mais significativo ainda é que os sujeitos, uma vez tendo estado na situação grupal, e depois experimentados separadamente, continuavam a ter mais ou menos a mesma opinião. Em outras palavras, a norma do grupo é efetiva mesmo quando o sujeito é depois experimentado em isolamento. Em certos respeito este resultado é paralelo ao dos efeitos de modelamento cultural da percepção sensorial do individuo, e é um significativo ensaio de trazer esse modelamento para dentro do campo das experiencias de laboratorio.

O estudo de Sherif é, frequentemente, considerado como reduzido em suas aplicações, porque lidou com uma forma de experiencia sensorial inteiramente subjetiva. Um experimento muito recente por Schonbar mostrou, entretanto, que resultados semelhantes, ainda que não tão acentuados, são obtidos mesmo em casos onde uma experiencia sensorial real é envolvida. Ela usou a estimativa do comprimento de linhas e de distancias em que uma luz efetivamente se movia, e achou as mesmas tendencias à convergencia e a persistencia de uma norma social.

Um experimento de Zillig tambem demonstra a extensão em que atitudes sociais podem determinar o que se vê. Em uma verificação preliminar das amizades em uma sala de aula, ela descobriu que certas crianças eram quasi universalmente queridas, enquanto outras eram malquistas no mesmo grau. No experimento propriamente dito, ela tomou um número igual de

alunos destes dois grupos extremos, e fê-los ficarem de pé na frente da classe e fazer exercícios ginásticos sob sua direção. Ela havia previamente instruído as crianças “gostadas” a fazerem erros e tinha treinado as “não-gostadas” a seguirem exatamente as instruções do exercício. No fim do experimento, pediu à classe que indicasse que grupo tinha realizado os exercícios corretamente, e a maioria dos votos foi para o grupo popular. Zillig acredita que, a julgar pelas conversas com as crianças, elas efetivamente “viram” as diferenças como as relataram.

Um dos experimentos clássicos neste campo foi realizado por “Sir” Charles Goring, o famoso criminologista britânico, que foi, durante toda a sua vida, um crítico e rival do igualmente famoso criminologista italiano Cesare Lombroso. Goring fez que os internados de uma prisão de Londres fossem julgados por sua inteligência, e pela altura de suas testas. Os juizes eram um dos administradores, o médico da prisão e um outro funcionario da prisão, que conheciam bem os homens. Os resultados mostraram que os homens que foram julgados mais inteligentes foram também aqueles julgados ou “vistos” terem a testa alta. Goring procedeu então, à medida real da testa dos mesmos prisioneiros e encontrou, em vez disso, uma leve tendência para uma relação negativa. Isto quer dizer que aqueles que foram julgados mais inteligentes tinham de fato a testa ligeiramente mais baixa do que o restante do grupo. Este é um caso em que um estereótipo socialmente determinado ou “retrato em nossas cabeças” realmente deforma nossas experiências visuais. Um estudo como esse tem implicações muito reais em todo o campo das relações entre grupos nacionais e raciais.

Fatores sociais também desempenham um papel considerável nos fenômenos auditivos. Sabemos que a combinação de sons em varios intervalos pode ser considerada como consonante em uma comunidade e dissonante em outra. Um antropólogo relatou a ocorrência de um canto a duas vozes na Melanesia em que as melodias entoadas pelos dois cantores estavam separadas pelo intervalo de um tom; este intervalo é, naturalmente, extremamente dissonante para nossos ouvidos. Até na historia de nossa propria música a mesma discrepancia pode ser observada, e é bem conhecido que as harmonias de Beethoven foram consideradas como desagradabilíssimas quando ouvidas pela primeira vez. Parece claro que o fenômeno de consonancia

não é inteiramente devido às relações físicas existentes entre os sons. É provável que muitos dentre os leitores tenham tido um pouco dessa mesma experiência ao ouvir alguns mais recentes exemplos de criação musical dos Estados Unidos. Considerações semelhantes podem aplicar-se às variações das sensações de gosto, cheiro e cor. Em conexão com todo este campo, um psicólogo americano, Freeman, escreveu recentemente. "Num sentido muito literal, tendemos a observar mais segundo a maneira de nossa própria natureza do que fotograficamente segundo as propriedades do mundo exterior. Este fato explica não somente por que indivíduos de diferentes classes da sociedade não podem pensar, sentir e crer do mesmo modo, mas também por que eles não podem em princípio, nem mesmo perceber igualmente." Isto não quer dizer que não haja aspectos da percepção comuns a todos os indivíduos normais, como resultado da natureza de nosso mecanismo neurológico, mas não devemos desprezar aqueles fatores sociais que criam as diferenças acima descritas.

. . .

Ainda que indubitavelmente muitos dos fatos acumulados pelos psicólogos em seus estudos experimentais sobre a memória possam também ser explicados pela natureza do sistema nervoso, os fatores sociais parecem entrar claramente na determinação daquilo que lembramos. Em uma parte do experimento de Zillig acima referido, um número de sujeitos, masculinos e femininos, escutaram uma série de afirmações feitas em ocasiões variadas acerca da natureza das mulheres. Algumas dessas eram favoráveis, outras, principalmente de escritos de Schopenhauer, e Oscar Wilde, eram distintamente desfavoráveis. Uma semana depois desta apresentação, os sujeitos foram convidados a registrar de memória as afirmações que lhes haviam sido anteriormente apresentadas. Os resultados mostraram uma decidida tendência para as mulheres lembrarem relativamente mais dos itens que as favoreciam e para os homens relativamente mais dos itens desfavoráveis. Este simples, mas conclusivo, experimento demonstra claramente que a memória pode ser determinada por outros fatores além dos neurológicos. Um recente estudo por Clark também mostrou que meninos e meninas de "high school", ou de escola secundária, relataram muito diferentemente um trecho literário que haviam lido uma semana antes, relativo à situação de conflito entre um homem e uma mulher. A diferença apareceu mais claramente na

maneira de identificação com os caracteres da historia; os meninos, por exemplo, muitas vezes fizeram uso da primeira pessoa ao descrever as reações do homem embora a historia original se referisse a ele na terceira pessoa. Este tipo de experimento tem uma clara relação com a Psicologia freudiana e com o fenômeno de projeção, sendo desejaveis ulteriores experimentos da natureza deste.

O mais claro reconhecimento do fenômeno da memoria como um problema de Psicologia social é encontrado no trabalho de William Stern, e, mais recentemente, de Bartlett. Stern empreendeu uma serie de experimentos sobre a psicologia do boato e do testemunho, dos quais um dos resultados foi demonstrar a frequencia de erros ao relatar o que efetivamente se viu ou leu. Mesmo quando o sujeito estava disposto a jurar sobre seu depoimento, ainda ocorriam erros, tanto de omissão como de distorsão. É desnecessario salientar a importancia deste resultado para a Psicologia jurídica, já que a fidedignidade de uma testemunha dependerá, claramente, não apenas de sua honestidade geral, mas de sua capacidade de relatar corretamente o que testemunhou. Vou mesmo ao ponto de sugerir, que em certos tipos de questões jurídicas uma verificação preliminar da fidedignidade psicológica, alem da fidedignidade moral de uma testemunha, seria um processo valioso em relação com a aceitação de seu testemunho.

Stern estudou as influencias sociais pelo método de cadeias de reproduções, sendo uma historia transmitida através de varios sujeitos, cada um dos quais tenta repetir a narração que lhe foi dada por seu predecessor na cadeia. Os resultados mostram admiravelmente como, mesmo com poucas transmissões (apenas cinco, em um experimento), o boato se torna extraordinariamente indigno de confiança. Em outro experimento foi feita a comparação entre a fidedignidade do testemunho quando o sujeito dava seu proprio depoimento coerente, e quando era submetido a re-pergunta. A exatidão é muito diminuida neste último caso, porque quando a testemunha não tem a resposta correta em sua mente, prefere dar uma incorreta antes que admitir que não sabe. Aqui a relação social entre o “advogado” e a “testemunha” desempenha um papel importante.

Bartlett empreendeu extensas series de experimentos segundo linhas semelhantes, mas apresentando em maior detalhe as modificações especificas que ocorrem em reproduções em cadeia.

Os resultados indicam o que acontece no caso do boato ou maledicência, em que uma história original é deformada irreconhecivelmente. Bartlett também salienta que em diferentes comunidades — neste caso, duas tribos diferentes de Negros Sul-Africanos — a memória funciona diferentemente, não somente em termos do que é lembrado, mas também em relação à vivacidade e à excitação emocional que acompanha certos tipos de evocação. Bartlett acentua, a este respeito, a importância da participação em grupo na determinação da experiência mnemônica.

Dizem que uma das tribos da África do Sul, estudada por Bartlett, possui uma memória notável. Bartlett sujeitou este assunto a experimentos e não achou que a sua capacidade de retenção fosse superior à dos brancos. Entretanto eles se recordam extraordinariamente bem de certas coisas como, por exemplo, as características do gado que possuem ou que estão guardando, por causa da importância que isto tem para sua vida social e econômica, e por causa do seu treino anterior. Devo acrescentar também, que foi demonstrado não ter fundamento a alegação de uma acuidade sensorial superior dos chamados povos primitivos; neste caso também, a aparente superioridade não é devida a uma capacidade inata, mas a treino especial e à experiência.

Mesmo a maneira de rememorar pode ser socialmente determinada em grau considerável. Bartlett conta que quando falou a um Zulú sobre as primeiras façanhas militares de seu povo, o Zulú reviveu suas memórias com a maior vivacidade e excitação emocional. Um Swasi teria falado de incidentes semelhantes duma maneira estulta e fria. Não era uma questão de diferença de temperamento, porque o Swasi também poderia ficar violentamente interessado por outras questões, mormente aquelas relacionadas com gado, mulheres, casamento e crianças. As recordações mostraram uma marcada diferença nos dois casos.

Outra característica da maneira do Swasi lembrar-se pode ser interessante. O Swasi mostra uma tendência definida de evocar sob a forma de recapitulação ou decoração, introduzindo uma grande quantidade de detalhes aparentemente sem importância. Isto pode ser particularmente evidenciado para todos os leitores no caso de um processo judicial durante o qual a testemunha Swasi insistiu em contar a história com todos os

seus detalhes, sem se importar absolutamente com o tempo gasto. Com efeito, parece que ele é incapaz de chegar ao fim de seu relato sem passar por todos os passos intermediários.

Um antropologista britânico, Nadel, aplicou alguns métodos experimentais de Bartlett ao estudo da mentalidade de duas tribos oeste-africanas, os Nupe e os Yoruba. Os seus sujeitos eram alunos de escolas do governo, de 12 a 18 anos de idade. Tinha ele sessenta sujeitos no primeiro grupo e vinte no segundo. Num primeiro experimento, leu uma história do tipo de um conto popular. Ela foi lida aos sujeitos do experimento às 8 horas da manhã, e eles deveriam reproduzi-la na tarde do mesmo dia e novamente depois de uma semana. Os resultados mostraram uma marcada diferença entre as duas tribos. Os Yoruba fizeram um relato muito mais lógico e coerente; frequentemente acrescentaram novos elos lógicos ao material de maneira a torná-lo uma história mais unificada; no processo, muitas vezes deixaram de lado muitos detalhes da história original. Os Nupe, de outra parte, eram muito mais precisos; seus relatos incluíam maior número de detalhes, mas frequentemente com o sacrifício da unidade lógica. O mesmo tipo de diferença apareceu num segundo experimento, no qual os sujeitos olharam um desenho, e depois tentaram descrever o seu conteúdo. Nadel refere-se às descrições feitas pelos Yoruba como sendo “orientadas pelo sentido” e às do Nupe como sendo “enumerativas”. Isto quer dizer que os Nupe alinham os detalhes do desenho, usualmente sem preocupação alguma em estabelecer qualquer relação entre os detalhes; os Yoruba, de outra parte, dão histórias globais adaptando as diversas partes a um modelo. Nadel acredita que estes resultados experimentais são acordes com a natureza geral da cultura dos dois grupos. A religião dos Yoruba, por exemplo, inclui a narração sistemática das interrelações das várias divindades, sua origem, natureza, função, etc., enquanto que a dos Nupe, consiste largamente na atribuição de “mana”, ou poder mágico a indivíduos ou objetos desconexos.

Este estudo parece-me de especial importância, não por causa de sua demonstração de “variedades de memória”, mas sobretudo porque ele representa uma das poucas tentativas que conheço de aplicar os métodos da Psicologia experimental em conexão com o campo de estudo da Etnologia. A grande maioria dos estudos feitos por antropólogos no campo das atividades psicológicas dos chamados povos primitivos, repousa sobre a

observação feita por um único indivíduo. Este pode ser inteligente e bem treinado em seu próprio campo, mas é demasiado esperar que ele possa ser capaz de relatar acuradamente reações psicológicas no tempo relativamente curto que pode despende numa cultura alheia. Talvez a melhor maneira de colocar a questão seria dizer que se ele está relatando acertadamente, não temos meio de julgar o fato. No caso de uma pesquisa quantitativa como a de Nadel, temos uma diferença entre dois grupos relatados não somente como um julgamento pelo investigador, mas também em termos de resultados obtidos por meio de um experimento controlado. Uma tal investigação mostra-nos, além disso, que há grandes variações entre indivíduos de ambos os grupos. Alguns dos Yoruba, por exemplo, deram resultados semelhantes aos dos Nupe; a diferença foi encontrada na frequência com que os dois tipos de respostas ocorrem nas duas tribos. O método experimental parece ser o único capaz de dar resultados comparáveis, e que, ao mesmo tempo, dá alguma indicação sobre diferenças individuais dentro de uma comunidade.

Numa revisão das aplicações potenciais dos métodos psicológicos na Antropologia, escreve Bartlett: "Quando o psicólogo — tanto como nós — lê estudos de Antropologia, encontra uma massa de material extremamente atraente, e é estimulado a pensar em muitos problemas, mas ele fica muitas vezes embaraçado por uma aparente falta de controle na maneira pela qual o material foi coletado. Um treino nos métodos experimentais da Psicologia pode dar ao estudante uma sensação de prova, uma demonstração das dificuldades da observação humana, e uma espécie de consciência científica que nenhum outro campo de estudo pode bem exprimir". Naturalmente, isto se aplica não somente aos estudos sobre a memória, mas a todo campo de estudo psicológico relacionado com a Etnologia. A recente aplicação do método de Rorschach e de outras técnicas projetivas representa um passo na boa direção. Por exemplo, a aplicação do Rorschach a um grupo de adultos em Marrocos por Bleuler mostrou uma notável característica no caso deste grupo. Como é bem sabido, um dos aspectos das respostas no Rorschach é o grau em que se referem a uma figura como um todo ou a detalhes. A proporção entre respostas globais e de detalhe é importante para o diagnóstico. Os investigadores relatam que os marroquinos mostraram uma tal preponderância de respostas de pequenos detalhes, que em europeus só se poderia encontrar em

casos de esquizofrenia ou de debilidade mental extrema. É altamente improvável que os marroquinos mostrem algum marcado grau de psicopatia sob este aspecto. A explicação deve antes ser relacionada com o fato de que sua cultura acentua os detalhes. Isto é especialmente evidente em sua arte, por exemplo, na arquitetura, na lenda, etc. Os investigadores concluem também que os marroquinos mostram certas características do sonhador esquizofrênico, mas esta interpretação é muito sujeita a controversia. Entretanto, não pode haver dúvida que o Rorschach pode ser um padrão objetivo da atividade psicológica, em conexão, de um lado, com os registros de tipo comum, e, de outro, com o registro das variações individuais dentro destes tipos.

Um outro estudo no campo da memória deve ser mencionado. Recentemente Seeleman estudou o problema de memória para fisionomias, usando como sujeitos um grupo de estudantes americanos de Universidade; o experimento foi repetido com dois grupos de fotografias, um de Negros e outro de Brancos. Os resultados confirmaram a atitude popular representada pela afirmação de que "todos os chineses me parecem iguais", salvo o fato de que neste caso é aplicado a negros e não a chineses; eles mostraram positivamente que a memória para faces brancas é melhor do que para pretas. Seria interessante repetir este experimento numa comunidade em que a linha de demarcação entre Negros e Brancos seja menos pronunciada.

BIBLIOGRAFIA

1. B. MALINOWSKI, *Sex and Repression in Savage Society*. 1927.
2. MUZAFER SHERIF, *The Psychology of Social Norms*. 1936.
3. H. A. SCHONBAR, "The Interaction of Observer-Pairs in Judging Visual Extent and Movement: The formation of social norms in "structured" situations", *Archives of Psychology*. No. 299, 1945.
4. M. ZILLIG, "Einstellung und Aussage", *Zeitschrift für Psychologie*, 1928, v. 106, pp. 58-106.
5. CHARLES GORING, *The English Convict*. 1913.
6. ELLIS FREEMAN, *Social Psychology*. 1936.
7. K. B. CLARK, "Some Factors Influencing the Remembering of Prose Material". *Archives of Psychology*, No. 253, 1941.
8. WILLIAM STERN, *Beiträge zur Psychologie der Aussage*. 2 vols. 1903-1906.
9. F. C. BARTLETT, *Remembering*. 1932.
10. S. F. NADEL, "Experiments on Culture Psychology", *Africa*, 1937, v. 10, pp. 421-435.
11. F. C. BARTLETT, "Psychological Methods and Anthropological Problems", *ibid.* pp. 401-420.
12. BLEULER e BLEULER, "Rorschach's Ink Blot Test and Racial Psychology: Mental Peculiarities of Moroccans", *Character and Personality*, 1935, v. 4, pp. 97-114.
13. V. SEELEMAN, "Influence of Attitude upon the Remembering of Pictorial Material", *Archives of Psychology*, No. 258, 1941.

CAPÍTULO VII

Hereditariedade e Meio

Voltamo-nos agora para um ramo diferente do campo da Psicologia social. Nos capítulos precedentes discutimos o problema do "humano comum", e passámos em revista parte do material referente à questão do que constitui a natureza humana. No decorrer desta discussão tivemos que dar atenção também às diferenças entre grupos e culturas, mas sobretudo com o fim de distinguir entre o que é comum e o que é variável. Agora nos preocuparemos mais diretamente com o problema das variações entre seres humanos — um campo que recebeu o nome de Psicologia diferencial.

Este campo é relativamente novo. A preocupação dos primeiros psicólogos era com o estabelecimento de leis psicológicas que pudessem valer para todos os indivíduos. Na medida em que os indivíduos diferem, seu comportamento e suas introspecções não podem ser estabelecidos facilmente em termos de princípios gerais, e, conseqüentemente, estas diferenças foram durante longo tempo consideradas como fora de escopo da ciência psicológica. Elas poderiam ser de interesse prático para o "engenheiro social" ou talvez para o gerente de uma fábrica, mas não de interesse imediato para o psicólogo, como tal.

Nos desenvolvimentos mais recentes neste campo, a Psicologia diferencial vem adquirindo uma posição cada vez mais importante. Os trabalhos iniciais de Galton sobre as diferenças individuais em relação às imagens, tanto como seu estudo da genealogia dos homens de génio, foram seguidos pelo trabalho de Binet sobre a medida da inteligência, pelo de Cattell no estudo das capacidades motoras e sensoriais, do de Thorndike sobre o desenvolvimento das medidas estatísticas e do de William Stern em sua análise dos problemas relativos à Psicologia diferencial como um todo. O material neste campo é, agora, extenso.

O problema das diferenças individuais em Psicologia não pode ser adequadamente discutido à parte da questão geral de herança e meio. Sendo este um livro de Psicologia social e não de Biologia ou Genética, nenhuma tentativa será feita para dar uma análise adequada deste complicado problema. Há, entretanto, alguns aspectos do problema que não podemos esquecer. Em primeiro lugar, é importante notar que não se pergunta mais se um característico humano particular é devido à hereditariedade ou ao meio. A estatura, por exemplo, tem sido geralmente considerada como principalmente genética em sua origem, mas ainda assim sabemos que a natureza das condições de vida pode fazer sensível diferença a este respeito. Um estudo pelo antropólogo norte-americano Shapiro mostrou que os japoneses nascidos em Havai atingem maior estatura do que seus próprios parentes nascidos no Japão. Foi também provado que a presente geração de estudantes de Harvard é mais alta do que eram os pais dos mesmos rapazes quando frequentaram a mesma Universidade. A botânica está cheia de exemplos em que a mesma planta mostra característicos externos muito diferentes se se fazem variar as condições de solo, luz e humidade. Inversamente, o meio não pode agir a menos que haja um organismo que reaja a ele e por ele seja afetado, e é obvio que a natureza da reação diferirá de um organismo para outro. Se estas considerações se aplicam no caso de característicos puramente físicos, parece evidente que deveriam aplicar-se ainda em maior grau às atividades psicológicas. Em outros termos, qualquer qualidade específica, ou aspecto de comportamento, é devido, não somente à hereditariedade e meio, mas à interação entre estes dois fatores.

Um segundo fato de considerável importância para a Psicologia é que os característicos humanos são quasi sempre determinados por um grande número de "gens", os quais, conforme as mais recentes teorias genéticas, são fatores dos característicos herdados. Esta multiplicidade e complexidade dos fatores hereditários torna difícil a aplicação direta à hereditariedade humana dos simples princípios Mendelianos de caracteres dominantes e recessivos, por exemplo, que são ensinados nos cursos elementares de Biologia. Há somente uns poucos característicos humanos, tais como cor dos olhos, em que a hereditariedade Mendeliana em sua forma mais simples parece ser operante. Isso significa que em estudos de populações humanas precisamos fa-

zer uso de método mais indireto, frequentemente de natureza estatística, na tentativa de separar a importância da hereditariedade e do meio na determinação das variações encontradas entre os seres humanos.

Entre os problemas de genética que são mais importantes para o psicólogo, está o usualmente mencionado como de transmissão dos caracteres adquiridos. Se os caracteres adquiridos podem ser herdados, os resultados da educação e do adexramento podem ser transmitidos, não somente através do meio social, mas também na constituição genética das gerações futuras. Isto significaria, por exemplo, que crianças criadas em um ambiente social e econômico inferior não somente sofreriam as desvantagens desse ambiente, mas conteriam em seus genes os resultados de semelhantes desvantagens de gerações prévias. Isto tornaria o processo de aperfeiçoar ou elevar seu nível de resultados psicológicos muito mais difícil do que no caso oposto, que pressuporia que não tivesse havido tal transmissão.

O problema da herança de caracteres adquiridos tem uma história longa e dramática. Uma de suas primeiras manifestações se encontra no suposto efeito sobre uma criança das experiências que sua mãe teve durante o período de gestação. Esta é uma crença comum ainda hoje, mas é apoiada somente por anedotas e não por qualquer prova científica que seja. Em conexão com esta crença, o geneticista norte-americano T. H. Morgan, em "As Bases Científicas da Evolução" escreve o seguinte: "A doutrina das impressões maternas poderia ser relegada ao limbo das superstições ignoradas pelos biólogos, não fosse ela ter-se arrastado insidiosamente junto às nossas tradições humanas. Muita pobre mulher tem ficado atemorizada pela crença generalizada de que a visão de alguma pessoa malformada ou de um sério acidente afetará o caráter de seu filho ainda não nascido. Torna-se um dever dos biólogos contradizer, em termos os mais fortes possíveis, esta abominável tradição".

Em um nível mais científico, tem havido numerosas tentativas de determinar a maneira e a extensão da herança de caracteres adquiridos. Os primeiros experimentadores experimentaram cortar o rabo de sucessivas gerações de ratos, mas cada geração nascia sem nenhuma mudança evidente resultante desta experiência por parte de seus antepassados. Mais recentemente, o trabalho do biólogo austríaco Kammerer atraiu gran-

de atenção; ele acreditou ter provado a herança de caracteres produzidos nos pais por modificações na composição química de seu meio. As tentativas de outros investigadores para reproduzir os resultados de Kammerer foram, entretanto, infrutíferas. Mais tarde foi revelado que um dos auxiliares de Kammerer, talvez em seu zelo de provar que seu mestre estava certo, tinha introduzido semelhantes modificações no ambiente de cada geração sucessiva, de maneira que os efeitos eram ambientais, antes que hereditários. Diz-se que Kammerer se suicidou quando este fato se tornou conhecido. O grande fisiólogo russo Pavlov relatou a aplicação de seu método de reflexo condicionado a este problema. Um reflexo condicionado simples foi estabelecido em uma geração de ratos e estes ratos foram então cruzados; a geração seguinte adquiriu a reação condicionada após um menor número de tentativas, e assim por diante com cada geração seguinte. Este espantoso resultado está rodeado de certo misterio, já que em suas publicações posteriores Pavlov não se referia mais a ele e se recusava a responder qualquer pergunta sobre ele.

Mais recentemente, McDougall relatou a herança de caracteres adquiridos em ratos, relativamente à capacidade de resolver um labirinto aquático simples. Cada geração de ratos era ensinada a percorrer o labirinto e depois cruzada, e para cada geração seguinte o número medio de tentativas, tanto como o tempo medio requerido para percorrer o labirinto com sucesso eram sensivelmente reduzidos. Tem havido entretanto, serias críticas ao método de McDougall. A principal objeção tem sido de que, visto que em cada geração era obviamente impossível inter cruzar todos os ratos, McDougall escolhia entre eles um número limitado para este fim; levanta-se a questão de se, inconscientemente mesmo, ele não teria escolhido em cada geração aqueles ratos que tinham superior capacidade de correr pelo labirinto. Nesse caso os resultados teriam sido devidos não a herança de caracteres adquiridos, mas ao cruzamento seletivo. Em um estudo posterior Tryon mostrou ser esta uma possibilidade cruzando separadamente ratos com superior capacidade para percorrer o labirinto e os que eram inferiores. Após diversas gerações, obteve duas "raças" distintas de ratos, claramente diferentes na capacidade de percorrer o labirinto. Isto mostra que um resultado semelhante ao de McDougall pode ser obtido sem a intervenção de qualquer herança de capacidade adquirida.

A possibilidade de cruzamento seletivo no caso de animais levanta a importante questão da aplicabilidade de um programa eugênico ao homem. Podemos distinguir duas formas de eugenia. Eugenia positiva é a tentativa de aperfeiçoar a qualidade de "stock" (estirpe) pelo acasalamento seletivo de seus exemplares superiores. A objeção mais importante a isto é, naturalmente, o fato de serem o casamento e a criação dos filhos rodeados de tantas considerações sentimentais e emocionais, que relativamente poucos homens e mulheres se prestariam a um experimento de cruzamento desta especie. Há, além disso, a dificuldade de achar um padrão aceitável do que é superior e do que é inferior nos seres humanos; tal padrão varia com a historia e com os caprichos dos que estão no poder. O programa de eugenia negativa pretende principalmente a eliminação dos inferiores em uma população, evitando sua procriação. Aqui temos a mesma dificuldade de determinar com segurança qué é capaz ou incapaz. Em qualquer programa eugênico, positivo ou negativo, a comunidade está à mercê daqueles que estabelecem o padrão de capacidade. Em segundo lugar, ha tantos casos relatados de homens de notavel capacidade e até genios que provieram de familias que parecem ser inferiores, que em seu caso a perda resultante de um programa eugênico teria sido incalculavelmente maior do que qualquer ganho imaginável. Em terceiro lugar, e, na minha opinião, mais importante, a redução do grau de defeito por esse método seria tão pequena que levaria muitas gerações para efetuar um aperfeiçoamento perceptível. Isto é devido a que a grande maioria dos defeitos provém de pais que são na aparência perfeitamente normais tanto quanto as provas disponiveis tornam possível determinar. Isto não significa que a eugenia negativa deva ser inteiramente desacreditada; significa, porem, que não podemos esperar demasiado de sua aplicação. À luz de nosso conhecimento presente, parece muito mais razoavel aplicar todas as nossas técnicas disponiveis ao aperfeiçoamento de um ambiente que em muitos casos sabemos ser defeituoso, em vez de nos aventurarmos em um programa eugênico baseado em um conhecimento inadequado da maneira em que a genética afeta o comportamento humano.

. . .

Voltamo-nos agora para um balanço dos estudos especificamente psicológicos que tentaram responder à pergunta sobre a importancia relativa da hereditariedade e do meio na determinação das diferenças entre individuos. Neste campo, os primeiros estudos de alguma importancia foram provavelmente os de Galton sobre o genio hereditario; seus resultados mostram que há uma clara tendencia para a capacidade andar em familias, de modo que homens eminentes têm parentes eminentes em uma proporção muito maior do que a que se poderia esperar pelo acaso. Este estudo inspirou numerosas investigações norte-americanas sobre a herança da inferioridade; os resultados mostraram a frequencia com que defeitos de natureza mental ou fisica ocorriam entre os descendentes de individuos que eram eles proprios defeituosos. Todos estes estudos, entretanto, sofrem de um defeito metodológico fatal, isto é, que estas familias eram relativamente homogeneas, não somente em sua hereditariedade, mas tambem em seu meio. As historias de familias deste tipo deixam de separar os dois fatores e são de pouco valor neste problema.

Podemos obter a informação necessaria por um destes dois modos: ou estudamos individuos da mesma hereditariedade e de diferentes meios, ou estudamos individuos de diferente hereditariedade vivendo no mesmo meio. Em outras palavras, nós separamos os dois fatores que desejamos estudar. Para por em termos mais científicos, mantemos um fator constante e permitimos que o outro varie. Todos os trabalhos mais recentes neste campo têm tentado satisfazer este importante requisito.

O estudo de gemeos pode ser tomado como um exemplo notavel. Como é bem conhecido, faz-se uma distinção entre gemeos idênticos (uni-ovulares ou monovitelinos), que se originam da divisão de um único óvulo fertilizado, e gemeos não idênticos (diovulares), que se desenvolvem de dois óvulos fertilizados separados. No caso dos primeiros, presume-se que a hereditariedade seja completamente igual; nos casos dos últimos, ela é tão semelhante quanto no caso de irmãos e irmãs comuns. O diagnóstico de indentidade é geralmente feito baseado na semelhança geral muito próxima; mas há também varios criterios específicos que têm sido usados. Estes incluem as impressões dos dedos e da palma das mãos; mesma tonalidade de cor dos olhos e formato da iris; formato das orelhas; formato,

tamanho e arranjo dos dentes; grupo sanguíneo; estudo das membranas fetais pelo obstetricista, etc.. Com todos esses, entretanto, o diagnóstico é muito difícil, já que a semelhança pode ser muito próxima e ainda assim não bastante próxima para resultar em qualquer confusão dos dois indivíduos. Ao mesmo tempo a maioria dos investigadores aceita a distinção entre os dois tipos de gêmeos, embora em certos casos individuais possa haver incerteza.

Baseados nesta distinção, podemos colocar a problema deste modo. Se as diferenças em hereditariedade são mais importantes do que as diferenças do meio, os gêmeos idênticos deveriam parecer-se muito mais do que os não idênticos em quaisquer medidas psicológicas que usemos para fins de comparação; se as variações do meio são mais importantes, os resultados deveriam ser os mesmos para os dois grupos, desde que o meio é presumivelmente idêntico em ambos os casos.

Tallman aplicou os testes Binet-Simon a 162 pares de gêmeos, e obteve os seguintes resultados:

<i>Gêmeos do sexo oposto</i>	84 pares, diferença média	8,48
<i>Do mesmo sexo</i>	78	6,42
<i>Idênticos</i>	63	5,08
masculinos	29	5,82
femininos	34	4,22
<i>Não-idênticos</i>	39	7,37
masculinos	17	7,56
femininos	22	7,14

Tallman conclue que entre os gêmeos do mesmo sexo, aqueles que parecem iguais (gêmeos idênticos) são muito mais parecidos em seu Q. I. do que aqueles que parecem distintamente diferentes. Ela considera seus resultados, portanto, como indicativos de uma maior significação dos fatores hereditários.

Esta interpretação é, porém, um tanto contrariada pelo fato de os gêmeos não-idênticos, quer sejam do mesmo sexo ou de sexo oposto, se parecerem muito mais em seus resultados de testes que os irmãos e irmãs comuns. Neste último caso, Tallman obteve uma diferença média de 13,14 nos Q. I.. Por definição, a semelhança hereditária é a mesma nos dois casos. Este resultado, portanto, indica a significação dos fatores ambientais. Parece haver somente a pequena diferença entre 5,08 (para os ge-

meos idênticos) e 7,37 (para os não-idênticos), isto é, um pouco mais do que dois pontos em Q. I., o que poderia ser seguramente atribuído a maior semelhança em hereditariedade. Este estudo pode, portanto, ser interpretado como indicativo de que a hereditariedade efetivamente tem um efeito sobre o resultado de testes de inteligência, mas o efeito não parece ser acentuado. Outros estudos deram resultados semelhantes.

Uma das mais marcantes investigações neste campo é a de Lange, que encontrou nas prisões da Bavaria trinta homens com irmãos gêmeos. Havia 13 que eram gêmeos idênticos, e destes, dez tinham irmãos gêmeos também na prisão. Dos 17 pares não-idênticos, somente dois homens tinham irmãos gêmeos em prisão. Lange afirma que mesmo nos detalhes de sua carreira criminosa havia grande semelhança entre cada par de gêmeos idênticos. Ele conclue que o crime é primariamente devido ao "destino", que tem sua base no plasma germinal, e não no meio. Resultados semelhantes foram obtidos por Rosanoff e outros em conexão com as semelhanças de gêmeos na ocorrência de esquizofrenia e de psicose maniaco-depressiva. Os resultados indicam uma base hereditária na determinação das anormalidades de comportamento. Isto não quer dizer que a anormalidade em-si seja herdada, mas é possível que certas tendências da personalidade sejam devidas à hereditariedade e que, em certas condições sociais, estas levem prontamente ao crime ou à doença mental.

Nos casos até agora discutidos, (com exceção de alguns dos sujeitos de Lange), os gêmeos idênticos foram criados juntos, e é claro que algumas das notáveis semelhanças entre eles possam ser explicadas nesta base. Por essa razão, o interesse dos investigadores deste campo foi particularmente despertado pelos casos de gêmeos idênticos criados separadamente. Ao todo dezenove destes pares foram localizados e cuidadosamente estudados por Newman e seus colaboradores. A diferença média em Q. I. entre estes pares idênticos criados à-parte foi de 7,5 ao passo que a diferença entre irmãos e irmãs comuns criados em separado era de 15,5. Estes resultados falam, certamente, em favor da existência de um fator hereditário. Por outro lado, Newman atribuiu um índice ambiental ou educacional aos lares em que os gêmeos separados estavam então vivendo, e achou que em muitos casos o ambiente dos dois membros de um mesmo par podia ser consideravelmente diferente. Ele fez, portanto, uma com-

paração entre o Q. I. de gêmeos com essas diferenças ambientais. Havia seis pares cujo meio era muito semelhante, e estes pares diferiam somente de 4,7 pontos em seu Q. I.. Havia oito pares que mostravam uma diferença ambiental mais acentuada, e em seu caso a diferença de Q. I. era de 6,5. Finalmente, havia quatro em que a diferença ambiental era muito acentuada, e estes diferiam uns dos outros de 18 pontos no Q. I.. No caso de um par, a diferença no Q. I. atingia 24 pontos. Já que por definição, devemos admitir que os dois membros deste par eram idênticos em hereditariedade, precisamos atribuir à diferença no meio esta acentuadíssima discrepância no nível intelectual dos dois membros do par. Tomados juntamente, os resultados indicam a presença de influências tanto hereditárias como ambientais na determinação das diferenças individuais, com as últimas evidentemente desempenhando a parte mais importante.

Deve ser admitido, entretanto, que há muitos resultados em todo este campo de estudos que são de difícil interpretação. Por exemplo, ainda que a diferença média entre os indivíduos de cada par de gêmeos idênticos criados juntos seja somente de 5,3 pontos no Q. I., a amplitude das diferenças é de 0 a 20. Por que haveria uma diferença de 20 pontos de Q. I. entre dois indivíduos cuja hereditariedade e meio são presumivelmente idênticos ou quasi idênticos, é difícil de explicar. No famoso caso das quintuplas Dionne, o psicólogo canadense Blatz também relata nítidas variações individuais, apesar de sua "identidade" biológica e ambiental. De acordo com Blatz, Ivone é a mais inteligente e a maior; Maria é a menor e a menos inteligente; Annette tem a índole mais irascível; Ivone é a mais popular, e Maria a menos popular com as irmãs. Emilia é a mais independente e usualmente brinca sozinha, enquanto que Annette e Cecilia fazem par e brincam juntas. A lista das diferenças poderia ser consideravelmente aumentada. Naturalmente, é provável que o meio social difira em uma certa medida para cada indivíduo até mesmo neste grupo fechado, mas é um tanto difícil imaginar que ele difira suficientemente para explicar todas as variações observadas. Resta a possibilidade de que houvesse diferenças no ambiente intra-uterino, relativamente a posição, condições de alimentação, etc., que tivessem iniciado as quintuplas segundo diferentes linhas de desenvolvimento. No que se refere ao ambiente depois do nascimento, o que todo este campo

requer é uma análise muito mais cuidadosa das maneiras sutis pelas quais o ambiente pode diferir mesmo quando parece, superficialmente, ser igual.

Outra importante maneira de abordar este campo é em termos das acentuadas diferenças nos resultados de testes mentais entre os membros de diferentes grupos ocupacionais no interior de uma comunidade. Estas diferenças foram encontradas tanto para o caso de adultos, como de crianças.

Há um grande número de estudos neste campo, todos concordando em que as diferenças ocupacionais são acentuadas. Um estudo de Collins pode ser tomado como representativo.

<i>Ocupação</i>	<i>N.º de famílias</i>	<i>50 % centrais</i>	<i>Q. I. mediano</i>
Profissões liberais	90	106-126	116
Escriturarios	131	105-122	113
Funções diretivas	161	104-123	112
Comercio	413	100-120	110
Chefes de oficina	106	98-118	109
Operario qualificado	569	94-114	104
Operarios inexperientes	377	85-108	95

Esta hierarquia ocupacional, embora diferindo em detalhes, emerge claramente em cada estudo. Os resultados são claros, mas sua interpretação é muito difícil. Há pelo menos dois modos de explicar os dados. Poder-se-ia argumentar que estas diferenças indicam variações na inteligencia hereditaria nos grupos ocupacionais, que aqueles individuos de niveis socio-econômicos superiores aí estão devido à sua superior inteligencia, que é transmitida a seus filhos. Por outro lado, poderia ser argumentado que as diferenças em “inteligencia”, tais como são medidas pelos testes, não são causa, mas efeito, das variações socio-econômicas, e que o ambiente superior do lar e da escola dos grupos mais favorecidos é responsavel por seus resultados superiores. Defrontamos aqui, novamente, o mesmo problema das semelhanças entre pais e filhos, que poderiam ser devidas à hereditariedade ou ao meio, visto que os filhos se parecem com seus pais em ambos os respeitos. Novamente, se torna necessario manter um dos fatores constante.

Uma abordagem direta deste problema é a investigação do grau em que uma mudança no meio causará uma modificação nos resultados dos testes. Aqui nós mantemos a hereditariedade

constante, estudando os mesmos indivíduos em diferentes épocas, e medimos o efeito de uma modificação no ambiente.

Um método que foi usado é o estudo do efeito de uma mudança no ambiente, relacionado com os resultados obtidos na escola. Neste domínio são talvez os trabalhos mais significativos os de Wellman e seus associados da Universidade do Estado de Iowa. Um de seus estudos trata do efeito da escola maternal; o experimento consistiu em comparar um grupo de crianças que tinham frequentado estas escolas, com um grupo de controle semelhante ao primeiro em tudo, menos no fato de não ter tido essa frequência. Os resultados mostraram que um ano na escola maternal elevou o Q. I. de 7,0 pontos, em média, enquanto o grupo de controle durante o mesmo período mostrou uma pequena perda. Os ganhos do grupo experimental foram mantidos durante um período de vários anos durante o qual as crianças foram estudadas. Wellman conclue: "uma mudança no nível intelectual pode efetivar-se de um ano a um ano e meio, permanecendo de quatro a oito anos". Outro grupo de estudos de Wellman foi relativo a um grupo de crianças de orfanato. Aqui temos o caso de um ambiente relativamente pobre agindo sobre um grupo de crianças por um período de anos. Estas crianças do orfanato foram divididas em dois grupos, um dos quais foi enviado a uma boa escola maternal, enquanto o outro não foi. Aqueles que não foram à escola, tendo de início um Q. I. de 80 ou mais, mostraram, durante os três anos em que durou o estudo, um decréscimo de 16,2 pontos. Aquelas que foram à escola maternal mostraram durante o mesmo período um ganho médio de 0,5. O que parece ter acontecido aqui é que, no caso do último grupo, o ambiente pobre do orfanato foi exatamente equilibrado pelas vantagens de ir à escola maternal. No primeiro grupo, o ambiente pobre ocasionou uma notável queda dos resultados médios. Em outros estudos relatados por Wellman, nos quais crianças tomadas individualmente eram repetidamente submetidas a testes durante um período de anos, havia muitas vezes notáveis mudanças no nível mental apreciadas pelas provas; em um caso a mudança ia de um Q. I. de 89 a outro inusualmente alto de 149.

Levantou-se grande controversia relacionada com estes estudos, e algumas tentativas de verificação dos resultados não conseguiram estabelecer uma mudança semelhante. Há, entre-

tanto, outros estudos que tendem a corroborar os resultados obtidos por Wellman. Um antigo estudo de Gordon relativo a 76 crianças inglesas filhas de barqueiros, as quais, quasi sempre embarcadas, só frequentaram a escola durante mais ou menos 5 % do tempo usual. Na média, estas crianças, como se poderia esperar, tiveram um Q. I. relativamente baixo. Entretanto, o resultado importante da investigação foi que as crianças de menos de seis anos de idade tiveram um Q. I. médio um pouco inferior a 100, enquanto as de mais de nove anos tiveram um Q. I. médio abaixo de 70. Gordon interpreta esta progressiva piora com a idade, como sendo devida ao fato de, nas crianças mais novas, o ambiente escolar inferior ainda não ter tido tempo de exercer muita influencia; ao se tornarem mais velhas a influencia do ambiente se faz sentir. Nos Estados Unidos, um estudo semelhante foi feito por Asher numa região das montanhas do sudeste do Kentucky; seus resultados mostram que o Q. I. mediano para cada idade cronológica decresce gradualmente e continuamente de 83,5, na idade de 7 anos, até 60,6 na de 15. Quando tomamos o conjunto destes resultados, eles parecem indicar de maneira claramente definida que um bom ambiente escolar pode elevar o Q. I., e um outro pobre pode abaixá-lo. Poderá haver muitas discussões relativamente à extensão desta mudança, mas não se pode duvidar do fato de que mudanças realmente ocorrem.

Outra maneira de encarar o problema e que atraiu consideravel atenção é o estudo de filhos adotivos. Se as crianças são levadas de um lar pobre para outro bom, ou ao menos melhor, poder-se-á obter uma indicação direta da extensão do efeito ambiental. Tal estudo foi feito por Freeman e seus colaboradores, em Chicago. Uma parte deste estudo foi realizada com 130 casais de irmãos, que tinham sido separados há quatro anos ou mais. As casas para as quais estas crianças foram levadas foram julgadas pelos pesquisadores e diferiam consideravelmente. Os resultados mostram que a média do resultado do teste para as crianças em casas pobres é de 85,7 e para aquelas em casas melhores é de 95,0 — uma diferença de 9,3. Desde que se considere que a inteligencia média dos irmãos deva ser mais ou menos semelhante, a diferença apresentada no teste deve ser atribuido ao ambiente familiar. Em outra parte do estudo, 74 crianças foram novamente submetidas a testes depois de terem vivido quatro

anos em seus novos lares. No primeiro teste a média dos resultados era de 91,2 e no segundo 93,7 — um pequeno ganho de apenas 2,5 pontos. A análise ulterior mostrou, entretanto, que as crianças que foram para melhores lares ganharam 5,3 pontos, enquanto que aquelas que foram para casas mais pobres não mostraram nenhuma diferença.

Um outro aspecto deste estudo de Freeman precisa ser mencionado. Os resultados dos testes dos filhos adotivos foram comparados do ponto de vista das ocupações dos pais adotivos, com os seguintes resultados:

Ocupação	Q. I. médio	N. de casos
Profissionais liberais	108,8	61
Semi-profissionais e negociantes	101,1	160
Trabalho qualificado	91,6	149
Trabalho semi-qualificado ou fracamente qualificado	84,9	19

O quadro mostra uma hierarquia semelhante à que existe para os grupos profissionais em geral, mas os números são um pouco mais baixos quando se referem a filhos adotivos do que quando se referem a filhos nascidos em lares de correspondente qualidade. A existencia da hierarquia fala em favor de fatores ambientais, mas o fato de os filhos adotivos não atingirem geralmente o mesmo nível que os filhos "verdadeiros" é um argumento de que podem existir também fatores hereditarios. Em relação com este último fato, Anastasi lembra que a aprendizagem muito precoce das crianças, antes de terem sido colocadas em lares adotivos, e também prováveis diferenças de atitude por parte dos pais, poderiam ser os responsáveis por estes resultados.

Embora seja difícil ser dogmático num campo tão complicado como este, o peso das provas é em favor de uma explicação ambiental de muitas, senão de todas as diferenças entre grupos profissionais. Precisa ser dito que mesmo os psicólogos que preferem uma explicação em termos de hereditariedade, concordam em que uma mudança no ambiente pode elevar ou abaixar o nível mental de uma criança em 10 pontos ou mais no Q. I. Os resultados de Wellman demonstram que a mudança pode ser muito maior em certas ocasiões. Mesmo que tomemos uma estimativa modesta, as diferenças entre os grupos podem explicar-se muito bem em termos de ambiente. Desde que as diferenças profissionais mostram uma variação de mais ou menos vinte pontos no

Q. I. entre os grupos mais pobres e os mais ricos, a adição de dez pontos àqueles menos favorecidos, e a subtração de um numero igual àqueles mais favorecidos, daria em resultado completo desaparecimento de diferenças entre eles. Se esta análise é correta, é justificada a conclusão de que nada há, na hierarquia profissional que não se possa explicar em termos de ambiente. Naturalmente que a hereditariedade também tem um papel na determinação das variações existentes entre os *individuos* e as *familias*, dentro de um mesmo grupo profissional.

Através desta discussão o criterio usado para a medida de capacidades foi o teste de inteligencia. É importante lembrar que muitos psicólogos não encaram atualmente os testes de inteligencia como uma medida da inteligencia inata independentemente dos fatores ambientais, mas antes como uma medida do resultado final em que colaboram fatores inatos e adquiridos. Se o teste é dado a um grupo de crianças no qual todas tenham tido aproximadamente as mesmas oportunidades ambientais, as diferenças no resultado do teste corresponderão provavelmente sobretudo a diferenças em capacidades inatas. Se, de outra parte, o meio ambiente difere notavelmente, os resultados do teste podem ser afetados em tal grau que nenhuma conclusão relativa à variação de inteligencia inata pode justificar-se. Os testes podem ser também usados na orientação profissional ou na classificação escolar, mas devem então ser interpretados cuidadosamente no que se relaciona com capacidades inatas.

Um último problema neste dominio refere-se às diferenças nos resultados de testes entre comunidades urbanas e rurais. Existem numerosos trabalhos demonstrando a superioridade dos grupos urbanos sobre os rurais a este respeito. Como no caso da hierarquia profissional, há a dificuldade de se saber qual a causa e qual o efeito na explicação destes resultados. É possível afirmar-se que o ambiente da cidade, com suas melhores escolas e mais variadas oportunidades de educação extracurricular, cria as diferenças entre os grupos; de outra parte, pode-se também dizer que houve uma migração seletiva dos individuos superiores do campo para a cidade, daí resultando os melhores resultados do grupo urbano. Há uma investigação feita entre migrantes da zona rural de New-Jersey para os centros urbanos da vizinhança. Havia muitos municipios de New-Jersey nos quais se haviam aplicado testes de inteligencia em escolas rurais durante os anos anteriores, e assim foi possível encontrar um número considera-

vel de crianças migrantes para as quais se possuíam os resultados dos testes. Os resultados de 597 migrantes foram estudados e mostraram ser levemente inferiores aos do grupo migrante geral. Este estudo indica que há uma diferença muito pequena entre o nível médio da população migrante e da população geral, e que, portanto, as diferenças entre os grupos urbano e rural devem explicar-se com toda a probabilidade em termos de oportunidades menores para o último.

BIBLIOGRAFIA

- 1 FRANCIS GALTON *Inquiries into Human Faculty and its Development*. 1869.
- 2 BINET e HENRI, "La Psychologie Individuelle", *Année Psychologique*, 1895, v. 2, pp 411-463.
- 3 J. MC K. CATTELL, "Mental Tests and Measurements", *Mind*, 1890, v 15, pp. 373-380
- 4 E. L. THORNDIKE, *An Introduction to the Theory of Mental and Social Measurements*. 1904.
- 5 WILLIAM STERN, *Die Differentielle Psychologie in Ihren Methodischen Grundlagen*. 1921.
- 6 H. L. SHAPIRO, *Migration and Environment*. 1939.
- 7 T. H. MORGAN, *As Bases Científicas da Evolução*. (Trad. port.) 1944
- 8 P. KAMMERER *The Inheritance of Acquired Characteristics*. (Trad. ingl.) 1924
- 9 I. P. PAVLOV "New Researches on Conditioned Reflexes" *Science*, 1923, v 58, pp. 359-361
- 10 W. MC DOUGALL, "An Experiment for the Testing of the Hypothesis of Lamarck". *British Journal of Psychology*. 1927, v. 17, pp 287-304
- 11 R. C. TRYON, "The Genetics of Learning Ability in Rats" *University of California Publications in Psychology*. 1929, v. 4, pp. 71-86.
- 12 FRANCIS GALTON, *Hereditary Genius*. 1869.
- 13 J. LANGE, *Crime and Destiny*. (Trad. ingl.) 1929.
- 14 A. J. ROSANOFF e outros, "The Etiology of So-called Schizophrenic Psychoses", *American Journal of Psychiatry*. 1934, v. 91, pp 247-286
- 15 H. H. NEWMAN e outros, *Twins: A Study of Heredity and Environment*. 1937.
- 16 W. E. BLATT *The Five Sisters*. 1938.
- 17 J. E. COLLINS, "The Intelligence of School Children and Paternal Occupation", *Journal of Educational Research*. 1928, v 17, pp. 156-169.
- 18 B. L. WELLMAN, "The Effect of Pre-school Attendance upon the I. Q.", *Journal of Experimental Education*. 1937, v 6, pp. 127-138, "Our Changing Concept of Intelligence", *Journal of Consulting Psychology*, 1938, v. 2, pp. 97-107.
- 19 H. GORDON, "Mental and Scholastic Tests among Retarded Children". *London Board of Education Pamphlets*, No 44, 1923
- 20 E. J. ASHER, "The Inadequacy of Current Intelligence Tests for Testing Kentucky Mountain Children" *Journal of Genetic Psychology*. 1935, v 46, pp 480-486
- 21 F. H. FREEMAN e outros, "The Influence of Environment on the Intelligence, School Achievement, and Conduct of Foster Children" *Twenty-seventh Yearbook of the National Society for the Study of Education*. 1928, pp 219-316
- 22 A. ANASTASI, *Differential Psychology*. 1937.



CAPÍTULO VIII

Diferenças entre os Sexos

As evidentes diferenças físicas entre os sexos e seus diversos papéis na sociedade têm sido responsáveis por uma quasi interminável discussão a respeito das diferenças psicológicas entre os sexos. Não há muito tempo, supunha-se geralmente que estas diferenças psicológicas fossem fundamentais e biologicamente determinadas; a literatura do século passado ainda está repleta de juízos referentes à inferioridade intelectual das mulheres, ao seu maior grau de reação emocional, etc.. Só recentemente, por exemplo, é que as mulheres têm sido consideradas como tendo cérebro capaz de aguentar com uma educação superior e que têm sido admitidas em universidades, numa base de igualdade com os homens.

Relativamente ao efeito da cultura sobre as diferenças sexuais, Margaret Mead salienta que, embora a maioria das sociedades suponha tais diferenças psicológicas entre os sexos, a natureza exata desta suposição varia de grupo para grupo. “Nenhuma cultura deixou de apreender de alguma maneira os visíveis fatos relativos ao sexo, quer seja a convenção de uma tribo Filipina de que nenhum homem é capaz de guardar um segredo, a opinião corrente dos Manus de que somente os homens gostam de brincar com criancinhas, a atitude dos Toda de que quasi todos os trabalhos domésticos são demasiado sagrados para mulheres, a afirmação dos Arapesh de que as mulheres têm melhor cabeça do que os homens”.

Uma revista do material etnológico disponível indica que pelo menos *uma* diferença sexual de comportamento é largamente predominante, isto é, que o poder está geralmente na mão dos homens. Há em Antropologia uma teoria de que a sociedade era, originariamente, um matriarcado, com a autoridade investida numa mulher. A opinião dos mais modernos antropó-

logos, entretanto, é contrária a este ponto de vista. Linton afirma que até onde alcançam nossos conhecimentos, nunca existiu uma sociedade em que as mulheres realmente tivessem governado os homens — exceto por meios indiretos! Tem-se sugerido que a razão para o maior poder do homem se encontre em sua superioridade física. Desde que o homem é bastante forte para obrigar a mulher a obedecê-lo, parece natural que ele possa ter mantido a maior autoridade em suas próprias mãos. Há provavelmente outras diferenças fisiológicas que ajudaram a por a mulher em nitida desvantagem. Sumner escreveu: "Não importa quanto se raciocine, queixe ou proteste, não se pode alterar o fato de que a mulher dá à luz filhos, o homem não". Esta observação aparentemente evidente se dirige ao fato de resultar a maternidade em uma periódica fraqueza por parte das mulheres e de deixá-las em desvantagem em qualquer luta com o outro sexo. Que estas incapacidades existem é indubitável, mas é igualmente certo que elas têm sido grandemente exageradas pelo gênero de vida imposto às mulheres por nossos costumes. A maternidade se tornou uma empresa muito mais penosa e complicada do que na maioria das sociedades primitivas e das comunidades camponesas. Os relatos da maneira pela qual as mulheres em tais grupos continuam trabalhando no campo até o último momento possível e retomam seus trabalhos quasi imediatamente após o nascimento da criança, indicam que a incapacidade não precisa ser tão grande quanto se supõe geralmente. Os relatos literários de Knut Hamsun e de Pearl Buck acerca das camponesas norueguesas e chinesas, respectivamente, têm recebido ampla confirmação pelas observações de etnólogos entre outros povos.

O material etnológico revela amplas diferenças sexuais em ocupação; mas uma revista dos fatos disponíveis, por Goldenweiser, revelou pouquíssimas ocupações que são exclusivamente praticadas por um sexo ou pelo outro. A agricultura, por exemplo, é frequentemente trabalho feminino, mas de modo algum invariavelmente. A regra de que os homens fazem o trabalho manual mais difícil e de que as mulheres se ocupam com os trabalhos domésticos, sofre muitas exceções. Nas Marquesas, por exemplo, até cozinhar, tomar conta da casa e cuidar da criança são ocupações masculinas apropriadas. Até a guerra não é exclusivamente praticada pelos homens. Entre algumas das complexas sociedades da África, ocasionalmente são formados regimentos de mulheres, como por exemplo, as famosas guarda-costas do Rei de

Dahomey. No Brasil a lenda das amazonas tem provavelmente como base a participação de muitas mulheres indígenas nas guerras de suas tribos. Poderíamos acrescentar a este respeito os relatos da participação de mulheres russas e francesas nos movimentos de resistência de seus respectivos países. Um exemplo divertido de uma diferença em atitude relativa a ocupação vem da África Central Britânica. Entre estes nativos, costurar era um trabalho de homem, que nenhuma mulher pensou usurpar; houve, portanto, considerável sentimento contra os missionários que instruíram as mulheres em uma arte que "devia" não ser feminina.

O mais completo estudo etnológico das diferenças sexuais é o de Margaret Mead em sua análise da relação entre sexo e temperamento em três sociedades da Melanésia. Ela estava interessada em descobrir se as diferenças em temperamento popularmente supostas verdadeiras para os homens e as mulheres em geral, seriam também encontradas em sociedades com um ambiente cultural inteiramente diferente. Ela desejava, mais particularmente, por em prova a suposição de que os homens são naturalmente mais agressivos e as mulheres mais submissas e passivas em suas reações usuais. Em uma destas tribos, os Arapeh, ela encontrou tanto os homens como as mulheres cooperadores, não agressivos, atenciosos às necessidades e solicitações de outros. Em contraste, entre os Mundugumor, tanto os homens como as mulheres eram desapiedados e agressivos indivíduos, do tipo que em nossa cultura seria encontrado em um indivíduo muito violento e indisciplinado. Em nenhuma destas tribos há qualquer contraste marcante no grau de agressividade mostrado pelos dois sexos. Na terceira tribo, os Tchambuli, ela encontrou uma completa inversão das atitudes sexuais de nossa própria cultura, com a mulher sendo o parceiro dominante, administrador impessoal, o homem a pessoa menos responsável e a mais emocionalmente dependente. Com a inclusão de nossa própria sociedade, seus dados indicam que a agressividade do homem pode ser igual, maior ou menor do que a da mulher, e que ambos os sexos podem parecer-se ou com o tipo masculino ou com o tipo feminino, com os quais estamos acostumados em nossa própria comunidade. Aceitando-se seus resultados, parece que pouco se deixa no temperamento que possa ser seguramente atribuído à influência direta, biológica ou física, do sexo.

Em nossa própria cultura tem havido numerosos estudos demonstrando de uma maneira quantitativa certas diferenças no comportamento costumeiro. Nos primeiros anos, por exemplo, as meninas estão claramente na dianteira quanto ao desenvolvimento da linguagem -- na idade em que começam a falar, no tamanho de seu vocabulário, na estrutura da sentença, etc.. Há algumas indicações de que esta superioridade em capacidade para linguagem possa persistir na vida ulterior. Uma observação interessante foi feita de que a gagueira é muito mais frequente entre os meninos do que meninas, numa razão de dois para um, até dez para um, conforme relatos. Dunlap sugeriu que uma das mais importantes causas da gagueira é o medo por parte da criança de dizer alguma coisa feia ou de usar expressões pelas quais possa ser punida. Já que, em sua opinião, os meninos são mais tendentes a aprender tais expressões do que as meninas, o medo será provavelmente maior em seu caso, e a gagueira, como consequência, muito mais frequente. Esta teoria necessita ulterior verificação.

Entre adultos, estudos quantitativos mostraram serem os homens superiores em capacidade motoras e mecânicas, obtendo em média muito mais elevados resultados em testes espaciais, em labirintos, em testes de construções, testes de aptidão mecânica, etc.. Na maioria dos testes de inteligência geral, as meninas são ligeiramente superiores aos meninos até a idade de 14 anos, além da qual parece haver substancial igualdade. Quando os resultados dos testes são mais minuciosamente analisados, parece haver uma superioridade feminina em capacidade linguística, e uma superioridade masculina em capacidade numérica, espacial e mecânica. A aplicação do Estudo de Valores de Allport-Vernon indica que as mulheres frequentemente obtêm resultados mais elevados em valores estéticos, sociais e religiosos, e os homens, em valores econômicos, políticos e teóricos. Um elaborado estudo feito por Terman e Miles indicou marcantes diferenças em interesses. Os homens se interessavam mais por explorações e aventuras, por ocupações ao ar-livre e fisicamente vigorosas, maquinismo e instrumentos, ciência, fenômenos físicos e invenções, e também em negócios e comércio. As mulheres mostraram mais interesse por objetos e ocupações estéticos, e afazeres domésticos, e em tipos de atividades relacionados com o auxílio aos jovens e aos necessitados. Do lado anormal, as estatísticas mostraram que as mulheres são presas por crimes

muito menos frequentemente que os homens, e também que elas formam uma percentagem um tanto menor de pacientes de hospitais de doenças mentais. Em conexão com os últimos, os homens mostraram um maior incidência de todas as doenças mentais, exceto a melancolia involutiva e as psiconeuroses. Em todo o acima, deve-se notar que os resultados se aplicam a homens e mulheres de nossa sociedade somente (neste caso a sociedade dos E. U.), e que seria altamente desejável obter dados comparáveis de outras regiões. Em segundo lugar, deve-se lembrar que as diferenças relatadas são diferenças entre médias, e que há sempre considerável transvariação no comportamento dos dois sexos.

O material etnológico referido no principio deste capítulo pareceu indicar que a maioria, senão todas, das diferenças de ^{comportamento} ~~temperamento~~ poderiam ser explicadas em termos de treino e costumes. Alguma dúvida quanto a esta conclusão surge das provas zoológicas e da biologia experimental. O trabalho experimental sobre animais, por meio da extirpação das glândulas sexuais ou do enxerto das glândulas do sexo oposto, mostrou que o animal se modifica, não somente em relação ao seu desenvolvimento anatômico, mas também a seu comportamento. Se as glândulas sexuais de um veado são extirpadas, os chifres não se desenvolvem e além disso o animal não revela nenhuma das tendências combativas típicas na presença da fêmea, permanecendo, ao contrario, calmo e pacífico. Se os testículos são enxertados numa cobaia fêmea que foi privada de seus ovários, não somente se desenvolverá uma aparência masculina mas também uma tendência para perseguir as fêmeas, para emitir os sons característicos do macho, e para lutar com os machos. Estes resultados sugerem que algumas reações sociais, incluso a combatividade e a auto-afirmação, podem ter uma nítida base orgânica na natureza do hormônio sexual particular que seja operante. Precisamos lembrar, entretanto, que muitas diferenças mencionadas no caso de animais se referem ao fenômeno do acasalamento, e podem não ser típicas, e também que é perigoso inferir de animais para as diferenças humanas.

Um último problema neste campo requer uma palavra de menção. É frequentemente salientado que entre as pessoas que provam uma capacidade superior e nós denominamos "genios", as mulheres são relativamente raras. Sugeriu-se que embora, em média, não haja diferença em inteligência, as mulheres são

menos variáveis, mostrando poucos desvios em ambos os lados da curva de distribuição. Tal diferença não é substanciada por qualquer prova quantitativa disponível. A explicação mais provável para as diferenças observadas é que elas são devidas às oportunidades relativas de desenvolvimento abertas para os dois sexos. Antigamente as diferenças de oportunidade eram tremendas: agora têm diminuído mas uma desvantagem persiste. Até que esta seja completamente removida, nenhuma inferência, a partir da frequência de "genio", é possível em relação às diferenças inatas de mentalidade.

Para resumir, o material indica que a maioria, senão todas as diferenças psicológicas entre os sexos são devidas às condições culturais. A este respeito um conhecimento de história é de especial auxílio. A delicada, fragil senhora do século passado, desmaiando com facilidade, seus melindrosos ouvidos fechados aos ruídos do mundo exterior, não existe mais. As mulheres estão fazendo coisas que, na opinião de nossos avós, elas simplesmente "não podiam fazer". Talvez a experiência nas fábricas durante a guerra seja a melhor prova que podemos encontrar da insignificância das diferenças psicológicas entre os sexos.

BIBLIOGRAFIA

- 1 MARGARET MEAD, *Sex and Temperament in Three Primitive Societies*. 1935.
- 2 R LINTON. *The Study of Man*. 1936.
- 3 SUMNER e KELLER *The Science of Society*. v. 1, 1927.
- 4 A. A. GOLDENWEISER, *Anthropology*. 1937.
- 5 K. DUNLAP, "The Stuttering Boy". *Journal of Abnormal and Social Psychology*. 1917, v. 12, pp 44-48.
- 5 TERMAN e MILES, *Sex and Personality*. 1936

CAPÍTULO IX



Diferenças Raciais

O problema das diferenças psicológicas entre os grupos raciais e nacionais não interessa só ao cientista social. As crenças sobre raça têm uma aplicação prática e um significado político que afetam a vida dos povos em todo o mundo. Desde que muitas destas aplicações práticas foram justificadas em nome da ciência, é importante conhecer exatamente quais os fatos encontrados pelos cientistas que trabalharam neste campo. É muitas vezes difícil ser objetivo neste campo, mas por esta razão é extremamente importante separar os achados da ciência das crenças resultantes de preconceitos. Neste sentido o Dr. Myrdal, em seu recente e importante livro "Um dilema norte-americano", afirma que, pelo menos no que diz respeito aos Estados Unidos, há um abismo entre os achados da ciência e as crenças de uma grande parte da população. Acha ele que é urgente e importante desencadear uma "ofensiva educacional" que ensine a todo o povo em geral os fatos que foram descobertos pela investigação imparcial.

Para o antropologista, o termo "raça" tem um sentido muito específico. Hooton, por exemplo, define a raça como "uma grande subdivisão da humanidade, cujos membros se distinguem pela posse de combinações semelhantes de traços anatômicos devidos à hereditariedade". Idéia semelhante é expressa por Boas, que encara a raça como um grupo de origem comum e de tipo físico estável. Popularmente acredita-se que essa similaridade do tipo físico também significa similaridade nas características psicológicas, mas veremos que isto não foi provado. Gostei de ver num dicionário brasileiro a seguinte afirmativa: "o conceito de raça supõe a herança de similares variações físicas em vastos grupos do gênero humano, mas suas repercussões psi-

cológicas e culturais, se é que existem, não foram confirmadas pela ciência”.

Em escritos populares, a confusão mais frequente é entre os conceitos de raça e nação, e de raça e lingua. Não há uma única nação que seja suficientemente homogênea do ponto de vista físico para ser considerada uma raça. Como já foi dito há muito tempo pelo antropólogo sueco Retzius, mesmo os suecos, que são considerados como representantes puros do tipo nórdico ou tipo racial norte-europeu, mostram tão marcadas divergências entre eles que só uma minoria possui realmente a combinação de caracteres físicos usualmente considerada como nórdica. Isto é, naturalmente, ainda mais marcado em outras nações européias. Dixon refere o fato de que as pesquisas antropométricas na Alemanha foram suspensas porque revelaram um elevado número de indivíduos que não eram conformes com o alegado tipo germânico. Por causa desta dificuldade, muitos escritores alemães tentaram criar uma Antropologia própria. Um deles insistiu em que muita gente que parece ser nórdica não tem a alma nórdica, e que, inversamente, pode haver uma alma nórdica dentro de um corpo não-nórdico. Na realidade há mais semelhança física inata entre um alemão do norte e um inglês do que entre um alemão do norte e um do sul; e um italiano do Piemonte é racialmente mais parecido com um francês de Auvergne do que com um siciliano. Os Estados Unidos e o Brasil estão entre os melhores exemplos de nações compostas de múltiplos tipos raciais, embora tanto os norte-americanos como os brasileiros frequentemente se refiram a seus povos como “raças”.

A confusão entre raça e lingua é ainda mais frequente. Para o antropólogo, por exemplo, não há uma raça latina, mas um grupo de linguas latinas, e em certa extensão uma cultura, de origem latina. Estas linguas podem ser faladas por povos grandemente diferentes uns dos outros em sua aparência física. Aqui ainda, o Brasil é um dos melhores exemplos do que estou afirmando. O termo semita tem também um significado linguístico. O fato de que as linguas semitas incluem, não somente o hebraico e o árabe, mas também o amhárico, lingua oficial da Etiópia, indica claramente as variações na constituição racial dos semitas. Mesmo os sub-grupos entre os semitas não são racialmente puros; os judeus, por exemplo, em diferentes partes do mundo mostram

variações físicas quasi tão grandes como as existentes entre todos os europeus, tomados em conjunto.

O mais notavel erro no uso do termo raça é o que ocorre em relação aos chamados arianos. O termo ariano foi provavelmente introduzido pela primeira vez no mundo ocidental por "Sir" William Jones, um filólogo britânico que estudou especialmente o sânscrito e outras linguas asiáticas. Pesquisas ulteriores mostraram que há certas similaridades entre estas linguas asiáticas, de um lado, e a grande maioria das linguas faladas na Europa, de outro. Todas estas linguas foram, desde então, consideradas como constituindo a familia de linguas arianas, indo-européias ou indo-germânicas. Max Mueller, professor de Oxford, em seus primeiros escritos, falou de uma raça ariana para referir-se a este grupo de povos que deram origem às linguas arianas, das quais estas outras linguas se derivaram. Em seu último trabalho, entretanto, insistiu ele em que o termo ariano, só poderia ser legitimamente usado num sentido linguístico, e qualquer implicação racial era completamente sem garantias. Numa passagem famosa disse ele: "Para mim, um antropólogo que fale de raça ariana, de sangue ariano, de cabelos ou olhos arianos, comete um pecado semelhante ao de um linguista que fale de um dicionario dolicocefalo ou de uma gramática braquicefala". Neste meio tempo, o conceito de uma raça ariana superior foi desenvolvido por Gobineau em seu "Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas", e um ponto de vista semelhante foi desenvolvido por Houston Stewart Chamberlain em seus "Fundamentos do século dezenove". É provavel que estes dois livros, mais do que quaisquer outros, tenham influenciado os teóricos raciais do regime nazista na Alemanha.

No que concerne à classificação das raças, mesmo que tenhamos o cuidado de restringir o termo raça às características físicas hereditarias, ainda assim encontraremos grande dificuldade em chegar a um agrupamento aceitavel. No passado, muitos criterios foram usados: cor da pele, forma da cabeça, estatura, cor dos olhos e dos cabelos, forma do cabelo em secção transversal, e muitos outros. Infelizmente, o uso de criterios diferentes leva a classificações diversas e contraditorias. O anatomista alemão Blumenbach, por exemplo, é o responsavel pela classificação usual em cinco raças, de acordo com a cor da pele: a branca ou caucasea, a amarela ou mongólica, a negra ou etiópica, a vermelha ou americana, e a parda ou malaia. De outra parte, o antropólogo

italiano Sergi usa a forma da cabeça, e fala de duas raças principais, os eurasiáticos ou braquicéfalos, encontrados na Ásia e na Europa Central, e os euro-africanos ou dolicocefalos, originários da África, mas encontrados também na Europa meridional e setentrional. Esta classificação coloca na mesma categoria os mais louros escandinavos e os negros mais escuros porque ambos são dolicocefalos, e despreza completamente as diferenças entre eles. Desde que não parece existir um meio de decidir qual o critério mais significativo, se a cor da pele, se a forma da cabeça, e visto que as duas classificações são mutuamente incompatíveis, permanece uma grande dúvida sobre o processo da classificação racial dos seres humanos. A dificuldade não é removida se usarmos numerosos critérios combinados. Isto foi tentado por Deniker, que chegou a 19 raças principais e 29 sub-raças por este método; o processo de sub-divisão poderia ser continuado indefinidamente.

Por causa das dificuldades provenientes das classificações que dependem de tipo físico, foram também feitas tentativas de subdividir as raças de acordo com diferenças fisiológicas e bioquímicas. Neste campo, prestou-se atenção sobretudo ao fenômeno de agrupamento de tipos sanguíneos. Como é bem conhecido, há ao menos quatro tipos principais de sangue nos quais os indivíduos podem ser classificados, e na transfusão de sangue é especialmente importante estar certo de que o sangue do doador e o do receptor são mutuamente compatíveis. Em particular, não deve haver mistura de tipos A e B. O fenômeno do agrupamento do sangue tem também certas consequências médico-legais interessantes, pois o método pode, às vezes, ser usado em casos de paternidade duvidosa. No que diz respeito à raça, sugeriu-se que há duas raças principais, A e B, a primeira originária do norte da Europa e a segunda da região mediterrânea. A aplicação detalhada do método, entretanto, revelou ainda maiores discrepâncias do que no caso do tipo físico. Encontrou-se, por exemplo, que um grupo de poloneses, estudado por um autor, tinha exatamente a mesma distribuição de tipos sanguíneos que um grupo de chineses estudado por outro. Também, muitas vezes ocorrem maiores diferenças entre dois grupos dentro da mesma população que entre dois grupos vivendo em polos opostos da terra. Estas complicações deram em resultado praticamente o abandono deste método como auxiliar da classificação racial. Firma-se, pouco a pouco, a conclusão de que todo o conceito de raça deve ser abandonado. Embora ninguém possa negar as marcadas di-

ferenças existentes entre populações diferentes no que diz respeito à aparência física, não há qualquer acordo sobre quais aspectos desta aparência poderiam ser usados para determinar onde uma raça acaba e onde a outra começa.

É também importante ter em mente que qualquer que seja o critério seguido, há sempre formas de transição entre uma raça e outra. Se compararmos a cor da pele dos suecos e dos negros africanos, nenhuma dúvida pode subsistir; mas, se ao contrário, olharmos para todas as variações de cor de pele humana, a dificuldade se torna clara. O povo da Índia, por exemplo, é usualmente classificado com os brancos ou caucaseos, e o povo da África central e meridional com os negros. Entretanto, há negros de pele pardacenta, na região do Nilo, que têm a cor da pele mais clara do que muitos hindús. As mesmas considerações se aplicam ainda com maior clareza no caso da estatura, da forma da cabeça ou de outras características. O próprio Blumenbach, responsável pela classificação antes referida, assinala que “os varios tipos de homens diferem uns dos outros em grau e não em qualidade, e estão ligados um ao outro por inumeraveis gradações”.

Ao mesmo tempo, as distinções usuais entre os Negros e os Caucasianos e outros grupos, são largamente aceitas. Baseados em tais classificações, fizeram-se numerosas pesquisas e há atualmente uma volumosa literatura sobre a questão das consequências psicológicas e culturais das diferenças físicas raciais.

O problema da Psicologia racial foi abordado de um grande número de direções, com a aplicação de diversos criterios distintos ou principios de avaliação. O estudo das características físicas dos grupos raciais, por exemplo, levou os primeiros investigadores à conclusão de que tais grupos diferiam em seu grau de desenvolvimento evolutivo; alguns seriam mais primitivos, outros mais avançados. Esta afirmação se apoia na observação de certas características físicas como, por exemplo, de que pelo nariz chato e largo, pelos braços longos, etc., o negro se assemelha mais aos antropóides do que os caucaseos e os mongolóides. A inferencia era que, em consequencia disso, o nivel psicológico destes grupos deveria diferir correspondentemente. A hierarquia assim admitida depende, entretanto, da natureza dos criterios usados. Há muitas características pelas quais o negro assemelha-se menos aos antropóides do que as outras raças. Na abundancia de pelos no corpo, por exemplo, o caucaseo é mais próximo do antropóide; os labios finos dos mongóis são muito mais semelhantes aos an-

tropóides do que os lábios grossos e virados para fora do negro africano. Como assinalou o antropólogo americano Kroeber, há aproximadamente o mesmo número de características semelhantes às do simio nos três grandes grupos, e é impossível decidir qual delas é a mais primitiva.

Há um traço físico que requer um tratamento mais minucioso: o tamanho e a forma do cérebro. No que diz respeito ao tamanho, os primeiros estudos demonstraram aparentemente a existência de diferenças raciais, o cérebro do negro sendo um pouco menor do que o cérebro do branco. É preciso ter presente, entretanto, que a transvariação é muito grande, de tal forma que há muitos cérebros de negros maiores do que a média de brancos. Além disso, o fato de que os cérebros de certos grupos de negros como os Kaffirs e os Amaxosa são, na média, maiores do que os de certos grupos de brancos como os escoceses, torna difícil admitir qualquer diferença significativa de raça, desse ponto de vista. O desenvolvimento físico geral também pode ser associado às diferenças no tamanho do cérebro. Um estudo recente e cuidadoso dos cérebros de negros e de brancos, entre indivíduos de estado socio-econômico semelhante, revelou a inexistência de diferenças significativas. No que diz respeito a características qualitativas, as primeiras investigações do anatomista americano Bean concluíram que a área frontal do cérebro era bem menos desenvolvida no negro do que no branco, e que a área posterior o era mais. Bean acreditava que estas diferenças eram paralelas ao "fato conhecido" de que o negro é inferior no que concerne às mais altas funções intelectuais, e superior no que diz respeito ao ritmo e à senso-percepção. Outra diferença importante era a profundidade das circunvoluções da cortex, as dos negros sendo muito mais superficiais e mais infantis do que as dos brancos. Aconteceu que estes estudos foram realizados na Universidade de Johns Hopkins sob a direção do Professor Mall, nesta ocasião chefe do Departamento de Anatomia. Mall, por qualquer razão, era cético quanto aos resultados de Bean, e repetiu todo o estudo na mesma coleção de cérebros; entretanto, tomou a precaução de comparar os cérebros sem saber de antemão se eram de negros ou de brancos. Depois que ele e seus companheiros colocaram num grupo os cérebros de circunvoluções ricas e num outro aqueles em que as circunvoluções eram menos profundas, foi encontrada exatamente a mesma proporção de cérebros de negros e de brancos nos dois grupos. Quando, ulteriormente, mediram

os tamanhos dos lobos frontal e posterior, não encontraram nenhuma diferença em suas dimensões relativas, nas duas raças. Mall chegou à conclusão de que os resultados de Bean não tinham nenhuma base em fatos, e que não tinha sido demonstrado que o cérebro do negro difira essencialmente do dos brancos.

Outra maneira de encarar o problema é representada pela tentativa de deduzir diferenças na psicologia racial partindo das contribuições dos diferentes grupos raciais para a soma total da cultura ou civilização mundial. O exemplo histórico mais notável desta tentativa é representado por Gobineau, ao qual fizemos referência acima. Aparte o fato de que a raça glorificada por Gobineau era a dos Arianos, isto é, nenhuma raça, absolutamente, este modo de encarar o problema é pouco convincente por muitos motivos. De uma parte, não há nenhum critério satisfatório sobre o que constitui uma cultura superior, e a decisão sobre se as contribuições são devidas a uma superioridade inata varia de acordo com os preconceitos e preferências de cada escritor. Em segundo lugar, o mesmo grupo pode variar tanto através de sua história, que o julgamento de suas capacidades dependerá do momento em que o mesmo é feito. Sabemos, por exemplo, que Aristóteles, baseando-se principalmente nos efeitos do clima, encarava os norte-europeus como bárbaros incapazes de desenvolver uma cultura superior. Quando ele escreveu, ninguém poderia razoavelmente defender a superioridade dos nórdicos. Além do mais, o fato de que dois ramos diferentes do mesmo grupo racial podem apresentar culturas muito divergentes, aumenta a dificuldade de relacionar a cultura com a raça. Algumas das mais simples tribos da floresta birmânica são semelhantes fisicamente aos chineses, os quais construíram uma das mais complexas civilizações da terra; e os guerreiros índios Apache, do sudoeste dos Estados Unidos, são do mesmo tipo físico que os muito mais pacíficos Pueblo.

Outra forma de encarar o problema é acreditar que a existência de diferenças físicas torna extremamente provável a existência de diferenças psicológicas paralelas. Mesmo Franz Boas escreveu na primeira edição de "A mentalidade do homem primitivo": "Não parece provável que as mentes de raças que mostram variações em sua estrutura anatômica possam agir sempre da mesma maneira". É significativo que esta passagem não apareça na edição do livro de 1938, e parece altamente provável que Boas tenha mudado de opinião neste ponto. De qualquer modo, a inferência de

diferenças físicas para outras psicológicas é extremamente duvidosa. Em primeiro lugar, não houve ainda nenhuma demonstração aceitável da relação entre o físico e a personalidade, dentro da classe normal das variações individuais. As correlações entre os traços de inteligência ou de temperamento, de uma parte, e características anatômicas de outra (estatura, cor da pele, forma da cabeça, tamanho da cabeça, altura da testa, etc.), deram quasi sempre resultados de valor nulo do ponto de vista de previsões. Por esta razão, a afirmativa de que diferenças de estrutura devam acompanhar-se por diferenças funcionais, permanece sem provas. Em relação com isto, é importante outra consideração. Se as variações anatômicas que constituem a base da classificação racial apareceram em relação com o ambiente geográfico, não há nenhuma razão para admitir que tais variações devam ter significado psicológico. Para tomar um exemplo, foi sugerido que as variações na cor da pele possam ser devidas a certos processos de seleção diferencial relacionados com os efeitos dos raios actínicos do sol. Na Europa setentrional uma pele relativamente pouco pigmentada teria sido uma vantagem para a sobrevivencia, pois que esta pele ajudaria a absorção de raios actínicos relativamente fracos. Inversamente, nos trópicos uma pele escura teria valor para a sobrevivencia, pois que o pigmento agiria como preventivo contra a absorção de uma quantidade muito elevada de tais raios. Com tempo suficiente, deveríamos esperar que aqueles que possuem pele mais clara sobreviveriam no norte, e os de pele mais escura no sul. Nestas condições, não haveria nenhuma razão para admitir que fatores psicológicos tenham tomado qualquer parte significativa no desenvolvimento de tais variações anatômicas. Não haveria, assim, nenhuma razão para se supor qualquer relação entre traços de personalidade e quantidade de melanina ou outro pigmento na pele.

Existe enfim, um último método de investigação neste campo, o qual atraiu muito a atenção nos anos mais recentes: a aplicação de testes mentais. Este método parece ter certas vantagens sobre muitos, senão sobre todos os outros métodos descritos. Um teste tem certa objetividade. Ele dá resultados que podem ser verificados por outro investigador, que pode repetir o estudo usando testes semelhantes num grupo mais ou menos semelhante ao primeiro. Ele fornece um resultado quantitativo, permitindo tratamento estatístico, de tal modo que diferenças entre duas amo-

tras de raças ou nações podem ser julgadas de maneira a satisfazer os criterios estatísticos de significação. Ele dá algumas indicações, não somente sobre os resultados médios, mas também sobre a categoria da variabilidade dos valores individuais compreendidos no grupo. Os testes têm, entretanto, um serio inconveniente: fornecem variações individuais e coletivas que podem seguramente ser atribuidas à hereditariedade *somente* se os grupos e indivíduos tratados têm oportunidades ambientais semelhantes. Na comparação de duas populações racial ou nacionalmente distintas, tal grau de similitude é quasi impossivel de encontrar-se, e as diferenças nos resultados dos testes poderão, portanto, ser sujeitas a grandes diferenças de interpretação.

Há diferenças nos resultados médios de testes applicados a varios grupos étnicos nos Estados Unidos. Em comparação com os resultados obtidos em grupos de controle norte-americanos, as pesquisas mostram que os indivíduos de origem inglesa, escocesa, alemã, judia, chinesa, e japonesa obtêm resultados semelhantes, ou muito próximos aos da norma norte-americana (isto é, um Q. I. de 100). Outros grupos caem, em média, muito abaixo. Em 27 estudos diferentes sobre o negro norte americano, por exemplo, o resultado mediano era um Q. I. de 86; deve-se notar, entretanto, que os números médios fornecidos por estes estudos iam de um Q. I. de 58 (no Tennessee) a outro de 105 (para as crianças negras observadas em Los Angeles). Outros grupos que também se colocam, na média, abaixo da norma norte-americana, são os norte-americanos de origem italiana, entre os quais 16 estudos diversos mostraram um Q. I. mediano de 85, os resultados dos estudos, individualmente, variando de 79 a 96; os portugueses, com 6 estudos, um Q. I. mediano de 84, indo de 83 a 96; os mexicanos, com 9 estudos, um Q. I. mediano de 83,4 indo de 78 a 101, e os índios-norte-americanos, com 11 estudos, um Q. I. mediano de 80, variando de 65 a 100.

A larga variação nas médias obtidas por varios grupos de negros norte-americanos — um Q. I. médio de 58, outro de 105 — dá origem ao problema das variações dentro do mesmo grupo "racial" vivendo sob condições diferentes. Sabe-se há muito tempo, que os negros do Norte obtêm, na média, melhores resultados do que os negros do Sul. Na realidade, em certas comparações feitas, os negros do Norte obtêm resultados superiores aos brancos do Sul. A interpretação mais provavel destes resulta-

dos é que quando os negros americanos vivem sob condições ambientais relativamente boas, seus resultados nos testes são correspondentemente altos, e quando os brancos vivem sob condições relativamente pobres, seus resultados são correspondentemente baixos. Aparentemente, não é a raça, mas o ambiente, que é o fator crucial. Como é bem sabido, há no Sul escolas separadas para negros e brancos, e é verossímil que a natureza destas escolas tenha o papel mais importante. Um olhar para os gastos per capita com crianças negras e brancas no Sul, indica a natureza das desvantagens sofridas pelas crianças negras; os números revelam também que as crianças brancas do Sul são sujeitas a desvantagens semelhantes, embora não tão extremas. Para o ano de 1935-1936, a despesa média *per capita* para todas as crianças de escolas públicas dos Estados Unidos foi de \$74 (dólares). As diferenças entre varios Estados foram grandes. New York, Nevada e a California gastaram mais de \$115, Alabama, Mississippi e Arkansas, menos de \$30. Para as crianças negras, a despesa média em dez Estados sulinos foi de \$17,04; a média para as crianças brancas nestes mesmos Estados foi de \$19,30. No Mississippi e na Georgia, somente \$9,00 aproximadamente foram gastos em um ano com a educação de uma criança negra. A luz das conhecidas relações entre boa escola e resultados em testes de inteligencia, não é surpreendente que os brancos do Sul obtenham resultados mais baixos do que os do Norte, ou que os negros do Sul se mostrem aparentemente tão pouco desenvolvidos.

É possível, entretanto, que a superioridade dos negros do Norte em relação aos do Sul seja devida, não tanto a diferenças em escolaridade, como a uma migração seletiva, isto é, a um movimento dos negros mais inteligentes para fora do Sul. Esta explicação foi oferecida, por exemplo, por Peterson e Lanier para dar conta do fato de que em sua investigação, embora fossem os brancos de Nashville, Tennessee, sensivelmente superiores aos negros de Nashville, os brancos de Chicago eram só levemente superiores aos negros de Chicago, e na cidade de New York não havia nenhuma diferença significativa entre os dois grupos raciais. Eles escrevem: "Aparentemente, está se desenvolvendo em New York uma população negra altamente selecionada, que representa os melhores gens da raça". Entretanto, isto permanece

uma hipótese, para a qual há pouca prova concreta. As pessoas emigram por muitas razões diferentes, e nunca foi demonstrado que são sempre as mais inteligentes que saem, e as menos inteligentes que ficam na sua região de origem. Uma serie de estudos focalizando este problema deixou de descobrir qualquer prova de que a emigração dos negros do Sul fosse seletiva relativamente a inteligencia. Por outro lado, foi possível demonstrar que entre as crianças negras agora morando em New York, mas nascidas no Sul, havia, em média, uma estreita correspondencia entre seus resultados nos testes e a duração de sua estadia no ambiente superior do Norte. Para dizer com outras palavras, as crianças negras que emigram do Sul para o Norte não deram prova de serem superiores nos resultados de testes quando de sua chegada ao Norte; antes, elas se tornaram superiores sob a influencia de melhores escolas e mais amplas oportunidades de aprendizagem que lhes eram fornecidas no novo ambiente.

Nada há de surpreendente acerca desta conclusão. Num capítulo anterior discutimos a prova indicadora da extensão em que os resultados de testes variam com as modificações ambientais. Já que estes efeitos podem ser demonstrados mesmo no caso de crianças brancas de ascendencia branca nativa, parece claro que as comparações interracialis por meio de testes de inteligencia serão sempre suspeitas enquanto existirem discrepancias nas oportunidades ambientais dos varios grupos examinados pelos testes. A situação econômica inferior dos negros, italianos, poloneses, portugueses e outros grupos que deixam, em média, de atingir as normas norte-americanas, não pode ser desprezada em qualquer interpretação dos resultados.

O fato de muitos destes grupos serem bilingues, também tem o efeito de inferiorizá-los em comparações por meio de testes. Para citar um estudo representativo, verificou-se que um grupo de indios da provincia de Ontario, Canadá, todos os quais falavam inglês, mas usualmente com alguma dificuldade, obtiveram Q. I. muito mais baixos nos testes verbais do que nos não verbais. Além disso, as crianças indígenas monoglóticas que falavam somente inglês, eram superiores às crianças bilingues em todos os testes de natureza verbal. Este resultado se tem repetido com muitos outros grupos. As crianças que são bilingues estão em nítida desvantagem na maioria dos casos em que o tipo usual de teste de inteligencia era usado. Em testes não-verbais sua infe-

rioridade é muito menos sensível e muitas vezes desaparece completamente. Deveria ser acrescentado, entretanto, que estes resultados não deveriam ser considerados como um serio argumento contra o bilinguismo nas crianças. Este, usualmente, se mostra uma desvantagem somente nos primeiros anos, desaparecendo a desvantagem por volta da adolescencia. Parece altamente provavel que as vantagens de saber uma segunda lingua compensam longe as desvantagens, quando se considera a questão de um ponto de vista menos imediatista.

Uma maneira interessante de abordar o campo dos testes raciais se encontra em um estudo de Garth sobre as crianças indigenas que foram colocadas em lares adotivos, brancos. A maioria das investigações relativas aos resultados dos testes mentais das crianças indigenas, como se salientou acima, deu resultados nitidamente inferiores aos das crianças brancas. Estes filhos-de-criação, entretanto, obtiveram resultados iguais, em muitos casos mesmo superiores, às normas correntes para os brancos. Garth considera isto como corroborativo de sua conclusão geral de que a aparente inferioridade intelectual do indio norte-americano é somente uma função de seu ambiente e educação diferentes.

Em todo este campo tem havido uma sensível mudança nas interpretações dos resultados dadas por psicólogos e outros cientistas sociais que trabalham com o problema de diferenças raciais. Antigamente, era muito mais comum interpretar os resultados como indicativos de diferenças fundamentais, inatas. Nos anos recentes a explicação ambiental tem se tomado cada vez mais largamente aceita. Como uma indicação desta mudança de atitude, podemos citar a declaração de Odum, professor de Sociologia na Universidade de North Carolina, de que entre "os erros da sociologia" está "o assumir que as raças são intrinsecamente diferentes, antes que produtos grupais de causas diferenciadoras devidas ao poder acumulado do ambiente regional e cultural". Esta afirmação é tanto mais significativa em vista do fato de ter o proprio Odum, em um trabalho anterior sobre os traços sociais e mentais dos negros, expressado a nitida convicção de que os negros são constitucionalmente inferiores aos brancos.

As criticas que se têm levantado contra o uso de testes de inteligencia no campo da Psicologia racial se aplicam ainda mais

fortemente no caso da maioria dos testes de personalidade. Tais testes são tão fortemente afetados pela cultura em que se originaram, que sua aplicação direta a outros grupos e outras culturas dá resultados que podem ser muito enganadores. Quando uma versão chinesa do Inventário Neurótico de Thurstone foi ministrada em várias universidades chinesas, os resultados mostraram muito mais “traços neuróticos” entre estes estudantes do que entre os estudantes norte-americanos com os quais foram comparados. Parece que os investigadores aceitaram este resultado pelo seu valor aparente, pois expressam sua preocupação com a falta de ajustamento entre os estudantes chineses e advogam um programa de higiene mental em suas universidades, como corretivo. Esta conclusão não tem qualquer fundamento, já que as respostas ao Inventário são em muitos casos afetadas, não por neuropatia, mas por pontos de vista específicos resultantes dos preceitos e princípios chineses. A técnica do Rorschach, parece, em muito respeito, ser aplicável a diferentes grupos, mas mesmo neste caso o método não pode ser usado para descobrir diferenças hereditárias, desde que os resultados obtidos serão claramente influenciados pela educação e pela criação do indivíduo. É, portanto, justificada a conclusão de que os testes mentais, quer sejam de personalidade ou de inteligência, não podem ser usados como fundamento de uma Psicologia racial. Isto significa que diferenças raciais inatas em psicologia não foram — talvez não possam ser — demonstradas.

Ao mesmo tempo, não se pode negar que há diferenças psicológicas significativas entre grupos étnicos. O rico e variado material colhido por etnólogos, as histórias da vida de indivíduos de estatuto social minoritário (por exemplo, os negros nos Estados Unidos), as descrições das variações em caráter nacional, tudo aponta nesta direção. Este campo de estudo sofreu no passado de generalizações vagas e conclusões infundadas, mas há poucas dúvidas de que diferenças efetivamente existam. Estas diferenças, entretanto, não constituem uma Psicologia racial. As variações em caráter nacional são quasi certamente o produto de fatores históricos e ambientais, antes que genéticos ou raciais.

Uma palavra final sobre a mistura de raças. Há alguns biólogos que consideram a mistura racial como desejável por causa do fenômeno que foi denominado “vigor do híbrido”. Argumentou-se que, desde que o cruzamento de parentes é mau, o máximo de cruzamento de indivíduos não aparentados é clara-

mente desejável, e isto é mais facilmente obtido em casamentos entre membros de raças diferentes. Há alguma prova, por exemplo, de que uma população de origem mista de índios norte-americanos e canadenses franceses tinha famílias mais numerosas e parecia fisicamente mais robusta do que qualquer dos dois grupos de ascendentes. Contra a teoria do vigor do híbrido, argumenta-se que o casamento de parentes não é necessariamente mau, exceto quando há defeitos nos pais, e que, de todo modo, é possível achar suficientes diferenças de constituição genética entre dois membros da mesma raça sem apelar para a miscegenação. Os que argumentam *contra* a mistura de raças geralmente salientam a possibilidade de desharmonias que surgem na prole. Davenport, por exemplo, salienta o fato de, por terem os negros, em média, braços e pernas mais compridos do que os dos brancos, o híbrido pode herdar a desharmoniosa combinação das pernas compridas do negro e dos braços curtos do branco. Semelhantes desharmonias em outros característicos físicos também foram citadas. O estudo efetivo de híbridos deixou, entretanto, de revelar qualquer excessiva frequência de tais desharmonias. Podemos concluir que nem os argumentos pró, nem os argumentos contra a mistura de raças, são particularmente significativos. A mistura de raças, em si mesma, não é boa nem má; seus resultados dependem da natureza dos indivíduos que entram no cruzamento. Afóra isto, a mistura de raças é um problema sociológico e não biológico. Se houver um preconceito geral contra a mistura de raças, e se, em consequência, os híbridos acharem difícil ajustar-se à vida social e econômica de qualquer um dos dois grupos de ascendentes, o efeito sobre eles, como indivíduos, pode ser muito desfavorável. Se não houver tais objeções e os híbridos forem integrados na vida da comunidade como um todo, o fenômeno não produzirá efeito prejudicial algum. Aqui, como em qualquer parte desta discussão, o fenômeno de raça, *biologicamente* considerado, se torna, afinal, de menor importância.

BIBLIOGRAFIA

- 1 GUNNAR MYRDAL, *An American Dilemma*. 2 vols. 1944
- 2 E. A. HOOTON, *Apes, Men and Morons*. 1937.
- 3 FRANZ BOAS, *General Anthropology*. 1938
- 4 RETZIUS e FURST, *Anthropologia Suecica*. . .
- 5 R. B. DIXON, *The Racial History of Man*. 1/23
- 6 F. M. MULLER, *Biographies of Words and the Home of the Aryas*. 1889

7. J. A. DE GOBINEAU, **The Inequality of Human Races.** (Trad. ingl.) 1915.
8. H. S. CHAMBERLAIN, **The Foundations of the Nineteenth Century.** 2 vols. 1911.
9. J. F. BLUMENBACH, **Anthropological Treatises.** (Trad. ingl.) 1865.
10. G. SERGI, **L'Uomo, secondo le origini, l'antichità, le variazioni e la distribuzione geografica.** 1911.
11. J. DENIKER, **The Races of Man.** (Trad. ingl.) 1900.
12. A. L. KROEBER, **Anthropology.** 1923.
13. R. B. BEAN, "Some Racial Peculiarities of the Negro Brain". **American Journal of Anatomy,** 1906, v. 5, pp. 353-432.
14. F. P. MALL, "On Several Anatomical Characters of the Human Brain". **Ibid.** 1909, v. 9, pp. 1-32.
15. FRANZ BOAS, **The Mind of Primitive Man.** 1911.
16. PETERSON e LANIER, "Studies in the Comparative Abilities of Whites and Negroes". **Mental Measurement Monographs.** 1929, No. 5.
17. T. R. GARTH, "A Study of the Foster Indian Child in the White Home". **Psychological Bulletin,** 1935, v. 32, pp. 708-709.
18. H. W. ODUM, "The Errors of Sociology". **Social Forces,** 1936, v. 15, pp. 327-342.
19. DAVENPORT e STEGGERDA, **Race Crossing in Jamaica.** 1929.

CAPÍTULO X

O Indivíduo na Situação Grupal

Voltamo-nos agora para a discussão da maneira e do grau em que o comportamento de um indivíduo é afetado pela presença de outros. Nos termos de nossa definição de Psicologia social como “o estudo do indivíduo na situação grupal”, isto deve ser encarado com um dos nossos problemas centrais. Representa uma das mais velhas e ao mesmo tempo uma das mais novas maneiras de situar-se neste domínio, envolvendo de uma parte o antigo problema da mentalidade das multidões e da alma coletiva, e de outra parte, uma série de importantes estudos que lançaram os alicerces de uma Psicologia social experimental. De muitas diferentes direções foi encarado o problema do efeito de outros indivíduos ou de um grupo sobre o indivíduo

Imitação - A maneira mais óbvia pela qual pode uma pessoa ser afetada por outra é pela imitação, ou pela reprodução direta e imediata do comportamento que ocorra em seu meio ambiente. Houve grandes discussões relativas à verdadeira natureza deste processo. Alguns autores o encaram como instintivo. McDougall, que explica tantas coisas em termos de instinto, acreditava que ela não pode ser encarada como instintiva, pois que não há formas específicas de comportamento invariavelmente características da imitação, e visto que o modo de expressão varia de acordo com a situação externa. Historicamente, o uso mais importante da imitação no campo da Psicologia social foi o de Gabriel Tarde, que construiu sobre ela a sua teoria da natureza da sociedade. Sendo o próprio Tarde um criminologista, rejeitou ele a teoria corrente, de Lombroso, de que o crime é baseado na natureza biológica do indivíduo, e procurou antes uma explicação social para este fenômeno e outros semelhantes. Para ele a imitação era o fato social fundamental.

É, entretanto, duvidoso que a imitação possa ainda ser usada como um princípio de explicação. Mesmo entre os animais, a imitação em aparência só ocorre sob condições específicas e em resposta a finalidades definidas; isto é, o animal imita quando pode lucrar alguma coisa, quando pode atingir o alimento, etc. Da mesma forma, entre os seres humanos, a imitação ocorre principalmente quando traz consigo alguma espécie de satisfação adicional. Quando uma moça de vida obscura e desinteressante, arruma o seu cabelo de maneira semelhante à de uma famosa estrela de cinema, não é somente um processo de imitação que está em jogo, mas antes um meio de identificação com o tipo de vida da atriz ou das heroínas por ela representadas. O comportamento pode ser imitado, ou porque trouxe êxito aos outros, ou porque nós o aprovamos. Seguimos os costumes das “pessoas de bem”, de nosso herói ou heroína, e as crianças repetem as palavras e as ações dos pais velhos, particularmente de seus próprios pais. Não imitamos qualquer coisa; escolhemos e selecionamos aquilo que nos parece ser digno de imitação. Em uma série recente de experimentos feitos por Miller e Dollard citados em seu livro “Aprendizagem social e imitação”, esta natureza prática da imitação é amplamente ilustrada. Em um experimento, por exemplo, a uma criança é dado escolher entre duas caixas, uma das quais — caixa A — contém bombom. A criança seguinte pode fazer duas coisas. Pode escolher a mesma caixa, porque pensa que o bombom está sempre na caixa A, ou pode escolher a outra, esperando que o bombom esteja em caixas alternantes. Nesta fase de experimento, a tendência a imitar ou a não imitar é mais ou menos igualmente dividida entre as crianças. Entretanto, quando o experimento é repetido, a experiência do primeiro experimento determina se a criança continuará imitando ou não imitando. Pela manipulação das condições do experimento, podiam com igual facilidade levar as crianças a imitar ou a não imitar. Parece justificada a conclusão de que, quando ocorre a imitação, deva ela ser entendida como um meio de atingir determinado fim, frequentemente resultando do fato que um valor é atribuído ao ato que é imitado, ou à pessoa que realizou o ato. Não há nenhuma tendência inata para imitar.

Sugestão — Embora a sugestão tenha sido definida de múltiplas maneiras, sua essência parece depender de uma aceitação

impensada de uma idéia apresentada ao individuo. É costume fazer uma distinção entre a sugestão ideo-motriz, na qual a idéia provem da natureza do material ou do ato previamente realizado, e a sugestão de prestigio, que depende da relação com outro individuo ou grupo de individuos. Como um exemplo de sugestão ideo-motriz, pode ser mencionada a ilusão de Binet de linhas progressivas. Nesta ilusão, duas linhas são apresentadas ao individuo, sendo a segunda claramente mais longa que a primeira; o sujeito, naturalmente, afirma que a segunda linha é mais longa. Este processo é repetido seis vezes, e depois é apresentado um par de linhas que não diferem uma da outra em comprimento. O sujeito geralmente continua a ver a segunda linha como mais longa por causa das primeiras experiencias. No dominio da Psicologia social, a sugestão de prestigio é muito mais importante. Os experimentos deste campo vão desde os simples brinquedos de mágica, em que o experimentador diz a um grupo de crianças que ele vai atirar uma bola para o ar (e verifica que mais ou menos cinquenta por cento delas vêm o ato) até as complicadas relações encontradas na hipnose e nos mecanismos que fundamentam a propaganda. Do ponto de vista estatístico, os psicólogos britânicos Aveling e Hargreaves fizeram a interessante demonstração de que na sugestão de prestigio, embora um número consideravel de pessoas acreditem naquilo que se lhes diz (por exemplo, de que estão caindo para a frente, ou de que suas mãos estão se levantando para o ar), há sempre alguns individuos que respondem de maneira oposta àquilo que foi sugerido pelo experimento. Este fenômeno é denominado sugestão "negativa" ou "contraria". Este fenômeno ocorre tambem no campo da propaganda; mesmo quando a propaganda é coroada de êxito, há sempre alguns individuos que reagem de maneira oposta àquela esperada pelo propagandista.

A multidão e o grupo O campo da Psicologia das multidões é geralmente associado com o nome de Gustave LeBon, que insistiu sobre a natureza especifica da multidão, e sua distinção dos individuos de que é composta. Escreveu ele: "quaisquer que sejam os individuos que a compõem, seja semelhante ou dissemelhante o seu modo de vida, o fato de terem sido transformados numa multidão coloca-os na posse de uma especie de alma coletiva que os faz sentir, pensar e agir de uma maneira muito dife-

rente daquela que cada individuo sentiria, pensaria e agiria quando em estado de isolamento”. A multidão não é mera soma ou a media de seus individuos componentes, mas uma entidade diferente. De acordo com LeBon, há três causas que predispoem para os fenômenos de comportamento das multidões. Primeiro, é o sentimento de poder invencível, que torna a multidão mais primitiva e menos sujeita ao controle pela consciencia ou pelo medo de punição; segundo, o fato do contagio ou imitação; e terceiro, relacionada com a última, uma sugestibilidade muito elevada. Estes fatores fazem da multidão um ser à parte, menos civilizado, menos inteligente e mais perigoso, embora potencialmente tambem mais heróico do que os individuos em isolamento.

No outro extremo, F. H. Allport insistiu em que não há diferença real na natureza dos individuos quando eles estão numa multidão ou quando em isolamento. No máximo, pode haver facilitação, na multidão, de certas atividades, mas não a criação de algo que seja realmente estranho à natureza dos individuos. “O individuo na multidão, comporta-se exatamente como se estivesse sozinho, mas de maneira exagerada”. Allport admite, entretanto, que as reações emocionais na multidão são aumentadas pelo comportamento expressivo dos outros e tambem que existe a sugestão de prestigio, resultante da presença de um grande grupo de pessoas e, como consequencia, uma atitude de complacencia do individuo. Tambem concorda ele em que certos atos podem ser realizados pela multidão porque os individuos que a compoem passam despercebidos, ou ao menos ficam sem punição. Parece que Allport tem razão em afirmar que embora os individuos sejam afetados por outros em sua vizinhança, isto não constitue uma entidade especifica que se deva chamar de “alma da multidão”. Duas multidões compostas de individuos completamente diferentes diferirão por causa da natureza de seus componentes.

O efeito do grupo sobre o individuo foi recentemente estudado por meio de uma serie de engenhosas técnicas experimentais. Moede, por exemplo, demonstrou este efeito em certas situações especificas. Num experimento relativo à capacidade de suportar a dor, os meninos que eram seus pacientes sempre aceitaram uma muito maior quantidade de dor sem se queixar quando estavam na presença de outros. Em outro experimento, seus su-

jeitos apertaram um dinamômetro, que mede a força do aperto da mão, presumivelmente com o máximo de força que podiam. Este "máximo" entretanto, era aumentado em situação grupal, o aumento sendo mais marcado quando a rivalidade era introduzida. Temos aqui, aparentemente, alguma forma de dinamogênese, ou libertação de energia adicional, como resultado das condições alteradas. Este efeito é provavelmente semelhante àquele que ocorre em condições de excitação emocional, em que se dão certas modificações fisiológicas, habilitando o organismo a despendar mais energia do que em circunstâncias ordinárias. Outros experimentos de Moede, indicaram que o trabalho em presença de outras pessoas tende a ser mais rápido, embora menos acurado do que quando é realizado individualmente; o benefício da situação grupal foi maior para os indivíduos mais fracos, cujo trabalho era estimulado por esta forma, enquanto que a eficiência dos melhores trabalhadores diminuía.

E. H. Allport continuou as experimentações neste domínio. Numa serie de tarefas motoras simples foi notado um incremento social, do tipo relatado por Moede, mais marcado no caso de indivíduos mais lentos. No juízo de natureza estética, em conexão com agrado ou desagrado de odores, descobriu-se o importante dado de que os julgamentos mais extremos eram feitos em situação individual, e que a presença de outras pessoas traz os extremos a pontos mais próximos um do outro. Temos, portanto, uma indicação experimental do processo de conformismo resultante da situação grupal. Em outro experimento pedia-se aos indivíduos que escrevessem argumentos pró e contra trechos de Marco Aurélio que eram apresentados para a discussão entre eles, e Allport verificou que, embora um maior número de argumentos fossem apresentados na situação grupal do que na individual, eles não eram, na média, de tão boa qualidade. Em outras palavras, parece haver um incremento social na quantidade, mas um decréscimo social da qualidade do produto no caso de atividades intelectuais complicadas.

Um estudo final que deve ser mencionado neste campo é o de Dashiell, que estava interessado em separar os efeitos do grupo como tal, dos efeitos da competição. Ele chegou a esta separação por uma situação experimental na qual cada indivíduo trabalhava separadamente, mas sabia que estava competindo com outros, e uma outra situação na qual trabalhava com outros, mas

em tarefas um pouco diferentes, de tal forma que o fato de competição não poderia entrar. Havia, além disso, as usuais condições de “grupo” e de “indivíduo” dos primeiros experimentos. Os resultados mostraram que o efeito da competição sozinha era maior do que o efeito social sozinho. Parece que muito da “facilitação social” de Allport é, em realidade, devida ao fator de competição.

Uma abordagem um tanto diferente, mas significativa, deste problema, é representada por um estudo de Lewin e seus colaboradores, que estavam interessados no efeito de certos “climas sociais” sobre o comportamento dos membros de um grupo. Trabalhando com clubes de rapazes, eles introduziram num caso uma estrutura de “autoritarismo”, com o líder do clube agindo como “ditador”; num segundo caso, uma estrutura democrática, com liderança democrática; num terceiro, a condição de “laissez-faire”, sem liderança alguma. Os resultados mostraram, entre outras coisas, uma tendência no “clima” autoritário, para o desenvolvimento de agressão entre os membros do grupo, logo que o ditador os deixava sozinhos, e também para tomarem um dos membros do grupo como “bode expiatorio”. O grupo gostava mais do líder democrático, havendo também mais capacidade para atividade independente dentro da estrutura democrática. Muitos outros interessantes resultados atestam a significação desta tentativa de tratar certos problemas políticos com as técnicas da Psicologia experimental.

BIBLIOGRAFIA

1. GABRIEL TARDE, *Les Lois de l'Imitation*. 1890.
2. MILLER e DOLLARD, *Social Learning and Imitation*. 1941.
3. AVELING e HARGREAVES, "Suggestibility with and without Prestige in Children" *British Journal of Psychology*, 1921, v. 18, pp. 362-388.
4. GUSTAVE LE BON, *La Psychologie des Foules*. 1895.
5. F. H. ALLPORT, *Social Psychology*. 1924.
6. W. MOEDE, *Experimentelle Massenpsychologie*. 1920.
7. J. F. DASHIELL, "An Experimental Analysis of Some Group Effects". *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 1930, v. 25, pp. 190-199.
8. K. A. LEWIN e outros, "Patterns of Aggressive Behavior in Experimentally Created Social Climates", *Journal of Social Psychology*, 1939, v. 10, pp. 271-299.

CAPÍTULO XI

Atitudes e Opinião Pública

Num artigo recente de G. W. Allport se encontra a afirmação de que o conceito de atitude é provavelmente o conceito mais característico e indispensável na Psicologia social contemporânea, especialmente nos Estados Unidos. De fato, vários autores definiram a Psicologia social como o estudo científico das atitudes. Embora muitas definições tenham sido dadas, provavelmente a mais satisfatória será a que considera uma atitude como um estado de prontidão para certas formas de atividade física ou mental. A ênfase no estado de prontidão indica que, embora um indivíduo não esteja mostrando qualquer comportamento explícito em uma ocasião particular em relação com uma atitude ou outra, ele está *preparado* para tal atividade. Uma atitude de hostilidade por parte de um alemão contra um francês, por exemplo, predispõe o alemão a participar em atividades nas quais essa hostilidade se expresse; mesmo quando ele se empenha em alguma atividade perfeitamente inofensiva que não tem relação alguma com o francês, ainda poderíamos falar dele como tendo uma atitude anti-francesa, por causa de sua prontidão a reagir de uma maneira hostil.

Há numerosos fatores que entram na formação de atitudes. As experiências pessoais, principalmente se tiverem sido repetidas muitas vezes, ou se tiverem sido muito dramáticas, certamente desempenharão uma parte nisso. Em muitos casos, entretanto, uma atitude pode ser adotada já feita, por imitação de outros de nosso meio. Sugeriu-se que as experiências infantis no lar possam ter um papel importante na determinação de atitudes que parecem, à primeira vista, completamente independentes. Por exemplo, sugeriu-se que o antagonismo contra o pai predispõe o indivíduo a uma posição de radicalismo na vida econômica e política. Lasswell, por exemplo, usou esse método de interpretação na análise da história da vida de líderes radicais. Parece provável, realmente, que em muitos casos a experiência da

primeira infancia no lar possa desempenhar um papel importante.

Estreitamente ligados às atitudes, e formando uma parte de seu conteúdo, estão os fenômenos conhecidos como estereótipos. Em seu livro sobre opinião pública, o conhecido jornalista norte-americano Walter Lippmann menciona a influencia sobre nosso comportamento destes estereótipos ou “retratos em nossas cabeças”. Somente uma parte de nossa idéia de um objeto é efetivamente baseada sobre informação. O resto é preenchido com idéias comumente aceitas que, entretanto, são frequentemente baseadas em provas insuficientes. Discutimos rapidamente este ponto em uma ocasião anterior, com referencia à semântica. Está claro que para certos grupos ou individuos palavras como “bolshévista”, “capitalista”, “senador”, “cow-boy”, tanto como todos os termos referentes a grupos raciais e nacionais, evocam estereótipos, cuja verdade jamais foi demonstrada.

O criminologista britânico Goring empreendeu um experimento que ilustra o efeito de um estereótipo, embora Goring não tenha usado esse termo. Ele pediu a um artista que desenhasse de memoria os retratos de um grande número de internados em uma instituição penal de Londres. Fez uma fotografia composta destes desenhos e verificou que esta fotografia tinha uma aparência muito “criminososa”. Ele tomou, então, as verdadeiras fotografias desses mesmos criminosos e fez outra fotografia-composta com elas. Esta não mostrou traço algum do “tipo criminoso” familiar e era bem diferente daquela baseada em desenhos. O efeito do estereótipo no artista era claro.

Um cuidadoso estudo experimental de estereótipos foi feito por Stewart Rice, que usou como material nove retratos que apareceram no jornal Boston Herald de 15 de Dezembro de 1924. Esses retratos eram de Edouard Herriot, o lider político francês; James Duncan, nesse tempo vice-presidente da Federação Norte-Americana de Trabalho; Leonid Krassin, o primeiro embaixador soviético em Paris; Joseph W. McIntosh, um funcionario do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos; Martin H. Glynn, um antigo governador do Estado de New York; Max Agel, um “bootlegger”, isto é, contrabandista de bebidas alcoólicas no tempo da lei seca; Charles M. Schwab, um industrial; Howard Heinz, chefe de uma grande organização industrial de produção de materiais alimenticios; e o Senador Pepper. Na primeira parte do experimento os sujeitos foram 141 estudantes aos quais se disse

quais as ocupações representadas entre os homens cujas fotografias lhes haviam sido mostradas. O número total de identificações foi de 1221. Rice calculou que, pelo acaso, somente 168 poderiam ser corretas; na realidade 337 identificações foram corretas, ou cerca de duas vezes o que se poderia esperar por mero acaso. A fotografia do bolshevista Krassin deu um resultado muito inferior ao do acaso, sua aparência distinta e polida tendo-lhe dado um ar aristocrático bem diferente do estereótipo. O experimento como um todo demonstra que os estereótipos deformam os julgamentos em um grau considerável, mas fornecem alguma prova para a afirmação de que eles não são meros produtos do acaso, e frequentemente contêm pelo menos um "grão de verdade".

É possível, no entanto, demonstrar a existência de estereótipos que quasi certamente são destituídos de qualquer base objetiva. Schoenfeld conduziu recentemente um interessante experimento sobre estereótipos relacionados com nomes próprios. Em uma parte de seu estudo ele pediu a um grupo de 120 sujeitos masculinos que combinassem 8 nomes masculinos com 8 característicos pessoais. Os resultados mostram que 63 dos juízos supunham que Richard era bonito, bem parecido; 104 disseram que Cuthbert era um afeminado; 58 consideraram Hermann como estúpido, e 43 como baixo; 59 consideraram Rex como atlético; 31 julgaram Nicholas estúpido, 27 baixo e 20 como moreno; 47 julgaram que Edward era amigável; 71 julgaram Adrian ser um artista; e 48 julgaram ser Vicente um moreno. Num experimento semelhante com moças julgando nomes femininos, 51 em 120 julgaram ser Minnie estúpida; 60 disseram que Linda era "sofisticada"; 69 disseram que Mary era religiosa; 61 disseram que Rita era morena; 58 disseram que Maisie era loquaz; 39 disseram que Joan era bonita, e 34 disseram que era loura; 73 disseram que Agata era de meia-idade; 37 disseram que Madeline era loura, e 36 que ela era bonita. É possível demonstrar resultados correspondentes com nomes brasileiros.

É difícil ter certeza da explicação do estereótipo em cada caso. A literatura e o cinema sem dúvida desempenharam um papel. Há também uma pequenina parte de verdade em conexão com alguns dos estereótipos, desde que Rita, que é encarada como morena, é um nome latino comum, ao passo que Joan, julgada ser loura, é nome mais anglo-saxônico. Por outro lado, não há razão alguma no mundo baseada na realidade dos fatos, em vir-

tude da qual 73 em 120 sujeitos deveriam considerar Ágata como de meia-idade. Presumivelmente Ágata na vida real, mostraria precisamente a mesma distribuição de idades que as moças de qualquer outro nome. Este estudo de Schoenfeld parece-me ser importante precisamente porque ele indica que estereótipos podem se desenvolver absolutamente sem base nos fatos. Isto tem implicações práticas muito importantes. É usualmente assumido que um estereótipo, relativo, por exemplo, a um grupo racial ou nacional, deve ter pelo menos alguma base na realidade, ou nunca se teria desenvolvido. O estudo de Schoenfeld indica que não podemos tomar isto como provado, mas ao contrario, que precisamos estudar cada caso separadamente a-fim-de determinar se o estereótipo tem algum fundamento, ou não.

A parte que as palavras desempenham na formação de estereótipos é ilustrada por um experimento de Stagner sobre as atitudes fascistas. Em um estudo empreendido em 1936, Stagner achou que 73 % de seus sujeitos desaprovavam fortemente a Alemanha fascista e sua política. Ao mesmo tempo os sujeitos tiveram resultados positivos elevados em um questionario que havia sido cuidadosamente preparado para incluir as crenças fascistas. Em outras palavras, quando o rótulo não era usado, a atitude se revelava ser muito diferente. Tais estereótipos-palavras podem talvez ter uma influencia importante sobre o êxito ou insucesso de varios tipos de propaganda.

Há alguns anos, Thorndike afirmava que “tudo o que existe, existe em certa quantidade e pode ser medido”. Esta asserção tambem pode ser aplicada ao caso das atitudes. É verdade que há serias dificuldades neste campo, pois as atitudes são intangiveis e tambem variaveis, mas diversos métodos foram sugeridos para essa realização e deram resultados uteis. Um destes é o simples censo das opiniões. Dois grupos podem ser comparados em termos de percentagens que favorecem uma ou outra de duas alternativas. Uma amostra de uma grande população pode ser inquirida sobre o nome em que votará na proxima eleição presidencial, etc.. Este faz parte do método dos inquéritos de opinião pública, que atraiu grande atenção em muitas partes do mundo. Há nos Estados Unidos algumas organizações que se especializaram nestes inquéritos, e seus resultados mostraram-se uteis para as repartições do governo, para os líderes de partidos políticos, para organizações industriais relacionadas com a venda de produtos industriais, e para o público em geral. Há no Brasil uma organi-

zação semelhante chamada Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

Uma destas organizações é o Instituto de Opinião Pública, dirigido por George Gallup, com sede geral em Princeton. Um recente livro de Gallup e Rae, chamado "O pulso da democracia" dá uma boa visão geral da natureza dos inquéritos de opinião pública, seus resultados e as dificuldades com que se defrontam. De acordo com os autores, a opinião pública deve ser medida. Os inquéritos de opinião pública fornecem um método rápido e eficiente pelo qual legisladores, educadores, técnicos e editores, da mesma forma que qualquer cidadão através de toda a extensão do país, podem ter uma medida mais válida do pulso da democracia. Esta medida não é fornecida pelo resultado das eleições, porque os resultados não distinguem entre a escolha dos candidatos, de uma parte, e as respostas a questões fundamentais, de outra. Além disso, as eleições só se realizam com intervalos determinados, e outros métodos são necessários para medir a opinião pública durante os períodos intermediários. O único método eficiente, dizem os autores, é o inquérito de opinião pública.

Em conexão com o que foi descrito acima, a coisa mais importante a ser retida é que a amostra da população estudada deve ser representativa da população como um todo. É a população em miniatura, ou então os resultados carecerão de sentido. Nos Estados Unidos, o mais notável exemplo de inquérito defeituoso, como resultado de seu caráter não representativo, é o do "Literary Digest" em 1936, no tempo da eleição presidencial em que Roosevelt e Landon eram os principais candidatos. Obtendo os nomes da lista de seus assinantes e pelo telefone, o "Literary Digest" obteve resposta de 2.376.523 pessoas. Os resultados da apuração mostraram que Landon ganharia em 32 dos 48 Estados, obtendo 370 dos 531 votos eleitorais, e 57 % do voto popular. Realmente, Roosevelt obteve 62,5 % do voto popular e 523 dos 531 votos eleitorais. Este erro colossal causou tal impressão que pouco tempo depois o Literary Digest saiu da circulação. Ele realizou, entretanto, uma função muito útil; atraiu a atenção para o fato de que a mera adição de números não garante o caráter representativo de uma amostra, e ajudou futuros inquéritos na eliminação de certos erros sérios. O que aconteceu foi que na amostra do Literary Digest havia um grande peso feito por pessoas de renda elevada e de pessoas mais idosas, e que ambos estes grupos eram muito mais "republicanos" em suas simpatias do

que a massa dos votantes. O êxito em inquéritos anteriores era devido a que, no passado, Republicanos e Democratas não se distinguíam marcadamente em termos de renda ou idade. Foi sobretudo a primeira administração de Roosevelt que criou esta distinção. Conhecendo os métodos que o *Literary Digest* estava usando, Gallup profetizou seus resultados, e obteve números que diferiam apenas de 1 % dos do *Digest*.

A grande importancia na obtenção de um acurado corte da população deu como resultado a criação de um grupo de especialistas que lidam quasi somente com o problema das amostras. Por exemplo, a amostra usada por Gallup para prever os resultados das eleições presidenciais, deve ser representativa em relação aos distritos geográficos, à proporção urbana-rural, ao estado econômico, à idade, ao sexo, e à previa filiação a um partido. Em outros tipos de eleição será necessário juntar os fatores da raça, religião, nacionalidade, etc.. A técnica das amostras requer um judicioso equilibrio da lógica e da estatística a-fim-de determinar como a amostra deve ser construída. Uma escolha ao acaso, na qual as pessoas entrevistadas são escolhidas de maneira puramente casual, pode ser altamente acurada no caso de uma população homogênea, mas não pode ser usada com êxito quando se trata de populações heterogêneas. Uma nação não é feita de um unico público, mas de varios, que se entrecruzam. A amostra precisa ser estratificada ou controlada de tal forma que todas estas populações sejam tomadas em consideração. No que diz respeito às dimensões das amostras, o Instituto de Opinião Pública usa de 3.000 a 60.000 entrevistas, dependendo da natureza do trabalho. Numa eleição nacional, são feitas repetidas entrevistas com amostras de 25.000 a 40.000 pessoas. Precisa-se notar, entretanto, que aumentando o cuidado da realização das entrevistas e da construção da amostra, um menor número de casos pode ser suficiente. O inquérito de *Fortune*, sob a direção de Elmo Roper, usa mais ou menos 5.000 casos, e tem bons resultados do ponto de vista da exatidão. É importante lembrar que predições baseadas em inquéritos não são completamente certas, pois que dependem de um grande número de fatores que não podem ser completamente controlados. O proprio Gallup diz que um erro de 3% deve ser tomado em consideração ao julgar a exatidão de suas predições. A importancia das eleições políticas, no que diz respeito aos inquéritos, está no fato de que elas fornecem uma especie de laboratorio no qual os inquéritos são experimentados. No caso das

eleições, **pode-se descobrir a importancia do erro nas predicões feitas e tambem podem determinar-se algumas das razões do erro.** Embora os **inquéritos relativos às eleições tenham atraído mais atenção,** eles não têm realmente nenhum valor em si mesmos, desde que são as eleições que **determinarão a escolha dos candidatos, e não os inquéritos.** Sua importancia está no fato de que os métodos desenvolvidos nestes inquéritos de **pré-eleição podem aplicar-se a outros objetivos, a propósito dos quais as eleições muitas vezes nada nos dizem.**

Embora o problema das amostras seja talvez o mais importante de todos, há outros fatores que devem ser lembrados em conexão com os inquéritos. O modo de fazer a pergunta, por exemplo, pode muitas vezes determinar a resposta recebida. Para tomar um caso extremo, a pergunta seguinte: "É você favoravel à odiosa exploração da maioria para beneficio de uma minoria avida?" não daria nenhuma diferença sensata de opinião. As perguntas não devem conter palavras emocionantes ou coloridas; elas devem dar uma clara possibilidade de alternativas, etc.. É essencial que as perguntas sejam antes experimentadas afim de ter certeza de que seu sentido é compreendido. Outro método usado comumente é aplicar duas perguntas diferentes, tendo presumivelmente o mesmo sentido mas com palavras diferentes, para se verificar se as respostas são realmente dirigidas pelo sentido. Como diz Gallup, a construção das frases de um escrutinio de opinião pública é um "pesadelo semântico". Deve haver cuidado com o trabalho dos entrevistadores, e é necessário submeter o seu trabalho a uma prova antes de aceitar completamente os resultados por eles obtidos.

Houve varias criticas sobre os inquéritos de opinião pública. Uma é que podem ser deshonestos e, portanto, não-válidos. Gallup responde que eles não podem ser deshonestos, pois os resultados podem ser controlados por outras organizações de opinião pública; há uma tal competição entre os realizadores de inquéritos que o deshonesto deve morrer precocemente. Uma prova adicional contra a deshonestidade é que os financiadores dos inquéritos representam diversos matizes de opinião. Por exemplo, o instituto de Gallup, em 1940, era sustentado por mais de 100 jornais, dos quais 26 republicanos, 32 democráticos, e 48 independentes. Outra objecção contra os inquéritos é baseada no fenómeno chamado de "band-wagon" ou Maria-vai-com-as-outras;

isto é, afirma-se que certas pessoas votarão em determinado candidato porque o inquérito anterior mostrou que ele era o mais indicado. Eles têm de acompanhar o maior número. Deste ponto de vista, os inquéritos poderiam, realmente, influir sobre as eleições e portanto interferir com o processo democrático. A este proposito Gallup lembra que a indicação do Literary Digest de uma grande vitoria de Landon não deu em resultado o atrair votos para ele. Outros resultados baseados na apuração de varios e sucessivos inquéritos numa determinada eleição tambem indicam a ausencia deste processo de "band-wagon". Outra prova foi feita comparando os resultados de uma apuração daqueles que conheciam os resultados de um inquérito precedente com o daqueles que não conheciam este resultado; nenhuma diferença foi notada entre os dois grupos. Gallup conclue pela inexistencia deste efeito de "band-wagon". Há, entretanto, a possibilidade de que ele seja efetivo em certas ocasiões e não em outras.

Outra crítica evidente é que as pessoas podem estar ou não falando a verdade. Aqui, naturalmente, os resultados das eleições constituem a melhor contra-prova. Alem disso, Gallup assinala que a cooperação do público é assegurada pelo anonimato, e pelo interesse existente em torno de problemas específicos. Ele mesmo e outros trabalhadores indicam uma dificuldade muito pequena em levar o público a responder suas perguntas. É possível, entretanto, que diferenças de carater nacional tenham aqui um papel. Fui informado, por exemplo de que o Instituto Britânico de Opinião Pública tem dificuldade maior, neste ponto, que o seu congênere norte-americano. O lar do inglês é o seu castelo, aparentemente, e ele não está muito disposto a deixar que sua casa seja invadida pelo entrevistador.

Há outro método de medida das atitudes, que visa antes a força de uma atitude num individuo do que as diferenças de opinião entre dois grupos. Tal método é conhecido como a escala lógica ou a-priori, dependendo do julgamento do investigador os passos ou intervalos que devem ser incluídos. Um dos mais conhecidos exemplos deste tipo é a Escala de Distancia Social de Bogardus, para medir as atitudes raciais. Aos sujeitos se pedia que indicassem numa escala a "distancia" a que eles gostariam de ter os membros de varios grupos raciais ou nacionais. Os sujeitos indicavam em que colocação gostariam de admitir os membros de tais grupos: 1 — a parentesco próximo de casamento, 2 — ao meu clube, como amigos pessoais, 3 — à minha rua como

vizinhos, 1 — para empregados em minha ocupação, 5 — à cidadania de meu país, 6 — somente como visitantes de meu país, 7 — serem excluídos de meu país. Ainda outra técnica usada na construção de uma escala de atitudes é baseada nos experimentos do campo da psico-física. Neste domínio, por exemplo, era admitido que se 75 % dos sujeitos percebiam uma diferença entre as luzes *a* e *b*, e a mesma porcentagem percebia uma diferença entre *x* e *y*, poder-se-ia concluir que as duas diferenças eram idênticas. Na mesma base uma lista de proposições é feita, relacionada por exemplo, com a guerra, a religião, a raça, o radicalismo econômico, a cooperação internacional e muitos outros assuntos, e a escala é finalmente constituída por meio de complicadas técnicas estatísticas que não perderemos tempo em descrever neste ponto. É, talvez, suficiente dizer que há atualmente grande número de diferentes escalas de atitudes construídas por este método ou outros semelhantes. Estas escalas nem sempre são satisfatórias e numerosas críticas legítimas foram dirigidas contra muitas das pesquisas realizadas com elas. O consenso entre os psicólogos sociais atualmente é que as complicadas escalas de atitudes não tem geralmente o mesmo valor que questionários relativamente simples acompanhados por entrevista. É somente por meio da entrevista que podemos estar seguros de que o sentido das perguntas foi compreendido, e que as respostas dadas adequadamente representam opiniões dos entrevistados. No uso dos estudos de opinião pública pelas agências do governo norte-americano durante a guerra, viu-se que a combinação de uniformidade nas perguntas, com entrevistas pessoais de cada sujeito, produziu os resultados mais seguros.

BIBLIOGRAFIA

- 1 G. W. ALLPORT, "Attitudes", *Handbook of Social Psychology* (C. Murchison, ed.) 1935
- 2 H. D. LASSWELL, *Psychopathology and Politics*, 1930.
- 3 W. LIPPMANN, *Public Opinion*, 1922.
- 4 C. GORING *The English Convict*, 1913.
5. S. A. RICE, *Quantitative Methods in Politics*, 1928.
6. H. N. SCHOENFELD "An Experimental Study of Some Problems Relating to Stereotypes". *Archives of Psychology*, No. 270, 1942
7. R. STAGNER "Fascist Attitudes: an Exploratory Study" *Journal of Social Psychology*, 1936, v. 7, pp. 308-319
- 8 GALLUP e RAE *The Pulse of Democracy*, 1940.
- 9 E. S. BOGARDUS "A Social Distance Scale" *Sociology and Sociological Research*, 1933, v. 17, pp. 261

CAPÍTULO XII

Propaganda

Em conexão com o estudo de atitudes, a propaganda, que é essencialmente a técnica de influenciar atitudes, tem ocupado um lugar cada vez mais importante. Parece haver poucas dúvidas de que no processo de dominar as massas do povo alemão o partido nazista fez significativo emprego da propaganda para persuadir o povo a apoiar seus princípios e seu programa. Durante a guerra, os governos de todas as principais potências fizeram uso de “palavras como armas”, isto é, eles devotaram parte de sua atenção à tarefa de desencorajar seus inimigos e encorajar seus amigos por meio da guerra de propaganda. Para tomar somente um exemplo, o Departamento de Informações de Guerra dos Estados Unidos tentou por todos os meios ao alcance do governo norte-americano — irradiações em ondas curtas em todas as línguas importantes do mundo, discos musicais, filmes, revistas, etc. — produzir uma atitude amistosa, favorável aos E. U. por parte dos aliados reais ou potenciais, e ao mesmo tempo persuadir o inimigo de que não havia possibilidade de uma vitória do Eixo. Durante os tempos normais, nos Estados Unidos, a propaganda tem sido muito mais largamente usada no campo de anúncios do que no de influência política, mas os princípios psicológicos implicados são em larga medida os mesmos.

Tem havido muitas definições de propaganda. Etimologicamente, relaciona-se com o verbo latino “propagare”, que chegou a ter o sentido de “gerar, reproduzir e geralmente estender ou aumentar”. Kimball Young define-a como “a propagação de idéias, opiniões e atitudes, cujo verdadeiro objetivo não é tornado claro para o ouvinte ou leitor”. Doob descreve propaganda como “a tentativa sistemática, por um indivíduo ou indivíduos interessados de influenciar as atitudes de grupos de indivíduos mediante o uso de sugestão e, conseqüentemente, de influenciar

suas ações". Um autor, muito mais simples e sugestivamente, define **propaganda** como "a arte de decidir a decisão de outro homem". (The art of making up another man's mind.).

Apesar de sua respeitável origem etimológica, o termo **propaganda** tem má reputação. Ele sugere manipulação de opiniões para fins ulteriores. Por outro lado, na Alemanha nazista a **propaganda** era considerada como um empreendimento legítimo e um dos mais importantes membros do governo era intitulado **Ministro da Propaganda e do Esclarecimento**. Nos Estados Unidos é costume distingui-la de educação, partindo-se da idéia de que a educação se ocupa com a verdade, ao passo que a **propaganda** é indiferente à verdade. Doob afirma que a essência da educação é sua objetividade à luz das verdades científicas dominantes na época, enquanto a **propaganda**, intencionalmente ou não, é uma tentativa de influenciar as atitudes do povo. Neste sentido a **propaganda** deveria ser estigmatizada somente quando seus efeitos sociais fossem perniciosos, ou quando ela desprezasse ou deformasse a verdade com o fim de produzir o efeito desejado pelo **propagandista**. Ser a **propaganda** boa ou má, não depende do fato de que é **propaganda**, mas dos usos que se fazem dela.

Na prática, a distinção entre **propaganda** e educação é difícil de se manter em todas as ocasiões. Freeman, em uma interessante discussão de "imparcialidade", mostra como em um texto tão inofensivo na aparência e tão distante do terreno social como um livro de aritmética ainda poderá haver uma não-deliberada manipulação de atitudes. Ele toma como exemplo o Segundo Livro de Aritmética de Thorndike, que apareceu em 1917. Em menos de 200 páginas, diz Freeman, há 643 problemas que não somente tratam de, mas aceitam e acentuam os conceitos do capitalismo e de nossas práticas comerciais familiares, especialmente o motivo de lucro. Há venda, compra e re-venda, aluguel, trabalho por salário, emprego de outros por salário, e juros sobre empréstimos. Como uma indicação do que ele quer dizer com problemas que não acentuem o motivo de lucro e que, portanto, não contribuam para a perpetuação de atitudes que favoreçam o sistema econômico presente, Freeman sugere os seguintes: Se uma família precisa de 15 dólares por semana para comida, mas recebe somente 5 dólares, qual é a percentagem de sub-nutrição? Se numa guerra moderna houvesse 10.000.000 de combatentes e 2.000.000 de baixas anualmente, quais seriam as probabi-

lidades de ficar ileso durante quatro anos de participação? Freeman escreve: "Livros contendo tais problemas, ainda que ensinem as relações abstratas entre os números tão bem quanto os outros, seriam recusados como propagandísticos e como não merecedores da dignidade da aritmética pura". É claro que Freeman não está acusando Thorndike de propaganda deliberada mas apenas de tomar como pacificamente admitidas as práticas econômicas existentes e de, inconscientemente, ajudar a mantê-las em vigor pelos exemplos que usa. Não é surpreendente saber que há alguns anos atrás educadores russos ficaram preocupados com a frequência com que o motivo de lucro persistia em seus livros de aritmética, e deram os passos necessários para eliminá-lo. No outro extremo, Erika Mann, em "Escola para Bárbaros", mostrou como os educadores nazistas — muito deliberadamente em seu caso — usaram a aritmética para propagar suas idéias sobre guerra e nacionalismo. Um dos exemplos era mais ou menos como este: Se um bombardeiro carrega uma carga de bombas suficientes para destruir 2.000 pessoas, quantos aviões seriam necessários para destruir uma cidade de 150.000 habitantes?

Isto levanta a questão de saber se o termo propaganda deveria ser aplicado àqueles casos em que não há intenção de influenciar as opiniões ou atitudes de outros. Em outras palavras, haverá algum significado para "propaganda inintencional?" Há uma justificada diferença de opinião sobre este ponto, alguns autores pretendendo que a propaganda se define por seus efeitos e, outros, por sua motivação. No interesse de uma terminologia satisfatória pareceria aconselhável usar o termo somente naqueles casos em que há uma tentativa deliberada de influenciar opiniões e atitudes.

Em um esforço para educar o povo quanto ao sentido de propaganda e para protegê-lo contra sua influencia, numerosos cientistas sociais fundaram há alguns anos atrás um Instituto para Análise de Propaganda, que tinha sua sede em Teachers College, Universidade de Columbia. Este Instituto interrompeu suas atividades em consequencia da guerra mas espera-se que reinicie seu trabalho se houver necessidade. Publicou em varias ocasiões análises de campanhas de propaganda tais como a do Padre Coughlin, de Detroit, e suas publicações tiveram larga distribuição. Em uma destas o Instituto enumerou os sete estratégias comuns de propaganda. Estes são: (1) *chamar*

nomes; conforme as circunstâncias, os nomes *fascistas*, *comunistas*, *anti-americano*, etc., podem ser usados com êxito para desacreditar o oponente; (2) *faiscantes generalidades*; um político pode tentar ligar seu programa particular ao que o povo norte-americano presumivelmente deseja; (3) *transferencia*; um anunciante inclui um "slogan" patriótico em seu anúncio de whiskey na esperança de que a atitude favorável criada pelo "slogan" se transfira para o seu produto; (4) *depoimentos*; pessoas notáveis endossam uma plataforma política, ou um produto comercial, embora em muitos casos sua própria competência possa residir em um campo inteiramente diferente; (5) *gente simples*; o candidato para o cargo público é visto trabalhando em seu jardim, em mangas de camisa, ou pescando, ou palestrando com o vendeiro da esquina; (6) "*fazer maço*"; o propagandista cuidadosamente exclui todo material que possa prejudicar sua própria causa, dando a seu auditorio uma descrição completamente unilateral; (7) *Maria-vai-com-as-outras*; desde que toda a gente está fazendo, por que você não faz também? É bastante fácil dar muitos exemplos de cada um destes truques ou estratégias, mas a menos que se esteja prevenido contra eles, seu uso pode passar despercebido. Este talvez seja o caso especialmente no sexto estratégia, isto é, "card-stacking", ou "fazer maço no jogo de cartas". Há, por exemplo, pouca dúvida de que um grande número de alemães, sensatos em outras condições, tenham sido persuadidos de que a Inglaterra e a França começaram a guerra; já que as notícias do mundo exterior eram completamente eliminadas, os alemães eram uma presa relativamente fácil para a completamente influenciada propaganda do governo nazista.

Outra tentativa de descrever e analisar os princípios psicológicos subjacentes à propaganda é feita por Doob; somente alguns de seus princípios serão discutidos aqui. Ele fala, por exemplo, de um princípio de Percepção. O propagandista precisa fazer sua mensagem salientar-se de seu fundo, quer dizer, ele precisa estar certo de que sua mensagem é percebida. Isto é feito provocando o que Doob chama "atitudes auxiliares", como quando um anunciante de suco de tomate mostra-o sendo bebido por uma bonita moça; ou o estímulo pode ser repetido muitas vezes para aumentar a possibilidade de que seja percebido, como quando um anunciante de rádio repete frequentemente o nome de seu produto durante um programa. Doob salienta que em

toda propaganda há uma grande “esfera de imprezibilidade” ou incerteza quanto ao efeito que a propaganda terá. Ele indica que a incerteza pode ser diminuída pela sugestão do prestígio, mediante o uso de slogans ou objetos de valor social positivo, como por exemplo a bandeira nacional; também por meio da precedência, isto é, alcançando as crianças em tenra idade antes que a competição de outras idéias ou atitudes possa desempenhar qualquer papel. Doob fala também da importância da contra-propaganda; o propagandista precisa ser não somente “pró” mas também “contra” alguma coisa. Numa certa época os líderes das reuniões nazistas eram instruídos a não deixar passar nenhuma ocasião sem atacar algum outro grupo, sua idéia sendo, aparentemente, de que o “in-group” seria fortalecido por uma denuncia clara e definida de um inimigo. Este principio é usado de uma maneira um tanto diferente em anúncios; os fabricantes de cigarros, por exemplo, empregam a contra-propaganda contra a noção de que o fumo faz mal para os atletas, etc.. A maioria dos restantes principios de Doob são reformulações em termos diferentes das técnicas acima descritas.

Tem havido muitas investigações experimentais sobre a possibilidade de modificar atitudes. Em um estudo Chen apresentou propaganda pró-chineses e pró-japoneses a grupos de estudantes e mediu as atitudes antes e depois da apresentação. Este experimento teve lugar na ocasião da invasão da Mandchuria pelos japoneses. Os resultados mostraram uma modificação de atitude, nítida embora não muita grande, na direção da propaganda em cada caso. Rosenthal obteve uma mudança na direção pró-comunista depois da apresentação de filmes ilustrativos de “slums” (bairros pobres) e de tumultos nos Estados Unidos, e maravilhosas facilidades para recreação e para uma vida saudavel na Russia. Um dos mais notaveis experimentos neste campo foi conduzido por Thurstone e seus associados. Cinco filmes, incluindo um favoravel e um desfavoravel aos chineses, um pró-alemães, um contra jogos de azar e um ilustrando os males do contrabando de bebidas, foram exibidos a um grande grupo de crianças de ginasio das vizinhanças de Chicago. Os sujeitos responderam certos questionarios de atitudes antes e depois de ver os filmes. No caso de cada filme, alguma modificação foi observada, sendo mais marcados os resultados do filme pró-chineses. Dois filmes do mesmo tipo de propaganda foram mais eficientes que um, três mais do que dois. Thurstone relata que a maioria

dos grupos mantiveram uma grande percentagem da modificação após intervalos de tempo variando de 2 meses e meio até 19 meses.

É importante ter em mente que os resultados acima relatados, bem como relatados em muitos estudos semelhantes, dão somente uma visão parcial da possível influencia da propaganda. O material usado é geralmente apresentado apenas num curto espaço de tempo, e por um único investigador. Em outros termos, a situação de laboratório é uma fraca imitação do que ocorre quando as agências de propaganda estão todas sob a direção do corpo governativo central, ou mantidas por todos os recursos disponíveis para uma grande campanha de anúncio. Se, portanto, quaisquer resultados positivos são obtidos — não importa quão leves — pelas técnicas experimentais usadas, eles testemunham em favor de um muito maior poder da propaganda, quando empregada em condições favoráveis.

BIBLIOGRAFIA

1. KIMBALL YOUNG, *Social Psychology*. 1930.
2. L. W. DOOB, *Propaganda*. 1935.
3. E. FREEMAN, *Social Psychology*. 1936.
4. W. K. C. CHEN, "The Influence of Oral Propaganda Material upon Students' Attitudes", *Archives of Psychology*. 1933, No. 150.
5. S. P. ROSENTHAL, "Changes of Socio-economic Attitudes under Radical Motion Picture Propaganda", *Archives of Psychology*, 1934, No. 166.
6. L. L. THURSTHONE, "Influence of Motion Pictures on Children's Attitudes", *Journal of Social Psychology*, 1931, v. 2, pp. 291-305; "The Effect of a Motion Picture Film upon Children's Attitude toward the Germans", *Journal of Educacional Psychology*, 1932, v. 23, pp. 241-246.

CAPÍTULO XIII

Preconceito Racial

Em um sentido é incorreto falar de “preconceito racial”. O tipo de conflito de grupos que este termo implica não ocorre necessariamente entre grupos constituídos de raças distintas. Nos Estados Unidos, por exemplo, tanto como em outras partes do mundo, os preconceitos de um grupo religioso contra outro, ou dos naturais do lugar contra os imigrantes podem, frequentemente, mostrar os mesmos fenômenos, como nos casos em que os grupos diferem em seu tipo físico hereditário, isto é, em sua raça. As diferenças raciais parecem ser importantes principalmente porque tornam mais fácil diferenciar um grupo de outro e servem, portanto, como um meio conveniente de indentificar aqueles contra os quais o preconceito vai ser aplicado.

O preconceito tem sido explicado de muitos modos diferentes. Uma teoria é que sua origem é relacionada com uma “consciência da espécie”, um sentimento de solidariedade com aqueles parecidos com a gente, e, concomitantemente, um “desagrado ao diferente”. Na realidade esta noção não nos ajuda muito, porque ela não define o que se quer significar com “nossa espécie”. Outras pessoas podem ser semelhantes a nós em sua aparência física, sua religião, sua cultura, seu sexo, sua classe econômica, sua nacionalidade, etc.. As vezes um característico físico é usado para distinguir um grupo de outro. Quando não há característico físico, um deve ser fabricado. O caso do preconceito alemão contra os judeus torna isso claro. Apesar do fato de que uma certa proporção dos judeus podem ser reconhecidos como tais, é certo que num grande número de casos eles não podem ser distinguidos dos não-judeus entre os quais vivem. A perseguição nazista em muitos casos envolvia extensas investigações em árvores genealógicas a-fim-de determinar que pessoas deveriam ser consideradas como judeus. Os judeus eram também obrigados a usar um emblema de identidade e sua origem

era indicada em passaportes e em todos os documentos dessa natureza. Isto não teria sido necessário se fossem uma "especie" fisicamente diferente do resto da população.

Mesmo entre os grupos de características raciais diferentes não se pode presumir sempre que exista uma consciencia da especie. Pearl Buck conta uma historia interessante acerca disso: sua filhinha, uma vez, lhe disse que uma senhora a queria ver. "É uma chinesa ou uma norte-americana?" perguntou a escritora. "Não sei, mamãe", foi a resposta. "eu não perguntei a ela". Há também uma historia de uma criança de uma escola de New York que voltou para casa um dia cheia de entusiasmo por um novo amigo. A mãe, sabendo que havia muitas crianças negras nessa escola, perguntou se era uma criança de cor. "Sabe, Mamãe", respondeu o menino, "eu esqueci de olhar. Na próxima vez eu vejo". Estas experiencias podem ser duplicadas no caso de muitas crianças: de fato, o preconceito racial parece ser inteiramente ausente durante os primeiros anos de vida. Um psicólogo norte-americano notou que em uma pequena comunidade de Tennessee, não somente as crianças brancas e pretas brincavam juntas até que as primeiras fossem proibidas de fazê-lo, mas elas tentavam mesmo continuar suas amizades depois de serem punidas por seus pais por desobediencia. Um incidente semelhante ocorre no livro de Viana Moog, "Um Rio Imita o Reno", no qual um menino de origem alemã é continuamente castigado por sua familia nazista por causa de brincar com os mestiços da vizinhança. Todas as provas disponiveis depõem contra a teoria de que nós temos um sentimento inato de hostilidade contra os que diferem de nós em aparencia fisica.

Outra maneira de abordar o problema é que o preconceito racial é o resultado de experiencias individuais; se tivermos tido experiencias favoraveis com membros de um grupo particular, nós generalizaremos para todo o grupo. Semelhantemente com experiencias desagradaveis. Parece altamente provavel que no caso de muitos individuos as atitudes possam ser determinadas desse modo; muito mais frequentemente, entretanto, o preconceito não pode ser explicado dessa maneira. Há alguns anos atraz, Bogardus relatou um interessante resultado obtido mediante a aplicação de sua prova de "Distancia Social", à qual foi feita referencia num capitulo anterior. Os resultados mostram que os estudantes tinham o maior preconceito contra os turcos,

embora realmente a maioria deles jamais tivesse visto um turco e não tivesse tido quaisquer experiências diretas que pudessem explicar sua atitude. A investigação foi feita em uma ocasião em que as histórias dos massacres dos armênios estavam tendo muita publicidade nos jornais e em que as noções de brutalidade dos turcos predominavam. Sem nenhum conhecimento próprio direto, os estudantes que foram os sujeitos nestes experimentos tinham, simplesmente, adotado os estereótipos correntes. Um estudo por Hartley também indica a pouca importância de experiências pessoais em muitos casos. Usando uma prova semelhante à de Bogardus, ele mediu o grau de preconceito sentido por um grupo de estudantes contra um grande número de diferentes grupos nacionais e raciais. Incluiu, porém, na lista o nome de três grupos inteiramente imaginários, os pierianos, os daneirianos e os valonianos. Seus resultados mostraram um grau considerável de preconceito para com estes grupos imaginários! Em seu caso, certamente nenhuma experiência pessoal poderia ter sido responsável. O que parece ter acontecido é que uma atitude geralmente inamistosa para com as pessoas que parecem “estrangeiras” foi estendida a grupos dos quais os sujeitos não tinham o mínimo conhecimento.

A causa mais provável de preconceito se encontra no fato de que alguma coisa é ganha com ele. Numa sociedade em que há muita competição econômica, por exemplo, aqueles em posição de autoridade obtêm uma vantagem na luta por empregos se puderem manter pelo menos alguns de seus competidores em uma posição de inferioridade. Semelhantemente, como no caso dos judeus na Alemanha, a hostilidade contra eles tornou possível para muitos não-judeus tomar as posições ocupadas por judeus, ou ficar de posse de sua propriedade. Devido ao relativamente pequeno número de judeus no país, os nazistas foram forçados a estender o conceito de judeu para incluir cristãos com uma pequena proporção de ascendência judaica, a-fim-de aumentar as possíveis recompensas econômicas para seus adeptos. O ganho resultante de preconceito não é sempre econômico. Pode haver também uma espécie de ganho “psicológico” consistente de um sentimento de superioridade que vem da convicção de que membros de outros grupos são inferiores; isto faz o mais pobre e menos educado branco sentir-se superior ao mais brilhante professor negro. Um outro tipo de ganho psicológico vem do fato de que o preconceito torna possível culpar os membros de um outro

grupo, de nossos infortunios, em vez de tomar para nós a responsabilidade deles. Isto pode também tomar a forma de comportamento agressivo contra um outro grupo para compensar nosso próprio sentimento de frustração e insegurança. Um psicólogo norte-americano salientou que quando as condições econômicas são más no Sul, há um aumento de atos de hostilidade contra os negros do Sul. Alguem deve ser incriminado pelas más condições, e os negros são vítimas convenientes. É difícil dizer se este tipo de ação é conciente ou inconciente, mas os resultados são os mesmos.

Embora o preconceito surja porque alguma coisa é ganha com ele, isto não é de modo algum usualmente admitido pelos membros do grupo dominante. Ao contrario, eles geralmente justificarão seus sentimentos de hostilidade sobre bases muito diferentes. Este é, naturalmente, o familiar mecanismo de racionalização, que tem sido definido como "dar boas razões em lugar das verdadeiras, porque as razões verdadeiras nunca são boas, e as boas razões nunca são verdadeiras". No campo das relações raciais, isto significa, na prática, que a exploração do grupo mais fraco por um forte é sempre justificada pelo último, seja em termo dos característicos do povo mais fraco, seja na suposição de que este será beneficiado por ela. O explorador precisa convencer-se, como diz Hooton, de que "o ato de arrebatrar alguma coisa de outrem é de certo modo nobre e belo". Quando os espanhóis primeiro chegaram à América, por exemplo, varios de seus apologistas, particularmente Quevedo e Sepulveda, forneceram-lhes as desculpas adequadas por tomarem a terra dos indios e por tratarem-nos com uma completa falta de consideração. Eles desenvolveram a teoria de que os indios tinham uma origem inteiramente diferente da dos espanhóis, de que eles não eram humanos no mesmo sentido e de que não havia, portanto, necessidade alguma de lhes dar o mesmo tratamento como aos seres humanos nossos semelhantes. O estribilho familiar da "carga do homem branco", que é principalmente de fabricação inglesa, fez do imperialismo uma atividade nobre, cuja intenção é levar a civilização aos atrasados membros de outras raças. O que os ingleses vinham a ganhar em resultado não era jamais mencionado. Não há dúvida de que muitos ingleses, assim como muitos membros de outras nações colonizadoras, eram sinceros nestas crenças idealísticas. É importante

compreender que sinceridade por si mesma não é sempre uma justificação satisfatória de comportamento.

Um exemplo frisante de um mecanismo semelhante é encontrado no caso dos chineses na Califórnia. No começo, os chineses eram descritos nos jornais da época como “os mais dignos de nossos cidadãos recentemente adotados”; “nossos mais ordeiros e laboriosos cidadãos”; os melhores imigrantes da Califórnia”; eles eram chamados de econômicos, sobrios, inofensivos, obedientes à lei. Eles mostravam uma “serventia para tudo” e uma “adaptabilidade acima de qualquer elogio”. Isto era no tempo em que os chineses eram necessários na Califórnia. A maior parte dos imigrantes brancos de outras partes dos Estados Unidos estavam ansiosos de fazer dinheiro rapidamente; eles não tinham paciência para o trabalho doméstico ou para trabalhar nas fábricas de charutos ou para fazer botas e sapatos. Os chineses foram bem-vindos nestas ocupações, particularmente durante o período da corrida para o ouro. Então veio a competição nos campos que os chineses estavam ocupando; os brancos queriam os empregos. De 1.867 em diante, os jornais começaram a usar as seguintes frases para descrever os mesmos chineses: Eles eram “um povo diferente”, “inassimiláveis”, “apegavam-se aos seus próprios costumes e leis”; “sua presença baixou o nível de vida”; eles “impediam a entrada de trabalhadores brancos”. Falava-se deles como “sectários, perigosos por causa de suas sociedades secretas”, “criminosos” “degradados e servís”, “falsos e viciosos”, “imundos e repugnantes em seus hábitos”. Aqui está um exemplo de uma mudança diametral nas características *alegadas* de um grupo sem qualquer modificação real na natureza da população. Como já observamos, os estereótipos podem se desenvolver sem qualquer base em fatos; este material mostra a possibilidade de um mecanismo semelhante no caso de preconceitos raciais, dependendo de condições econômicas e sociais. Muitos exemplos mais poderiam ser dados da maneira pela qual racionalizações vêm tomar o lugar de justificações da hostilidade contra um grupo minoritário.

Ao mesmo tempo não devemos ir até supor que todo preconceito é baseado em considerações econômicas. Parece haver importantes influências históricas e culturais que também dão sua contribuição ao retrato final. Entre a França e a Inglaterra, por exemplo, a atitude para com os negros difere de modo marcante. Em uma investigação feita pelo sociólogo La Piere foi verificado

que em 31 hotéis franceses, 21 admitiam negros, enquanto que somente 4 em 20 hotéis ingleses admitiam negros. Ao mesmo tempo, é verdade que a atitude geral para com os negros na Inglaterra é relativamente mais amistosa do que em uma secção transversal semelhante nos Estados Unidos. Aqui no Brasil, como muitos autores observaram, o preconceito contra o negro, embora não inteiramente ausente, é certamente muito menos marcado do que em outros países. Como foi salientado por Gilberto Freyre em "Casa Grande e Senzala", varios fatores históricos, incluindo-se a experiencia anterior dos Portugueses com povos de pele escura, Arabes e Mouros, e o fato de terem chegado ao Brasil sem mulheres, os predispuzeram a relações sexuais e a casamento com mulheres indigenas. Mais tarde esta atitude amistosa se estendeu aos negros tambem. Uma observação semelhante é feita em conexão com a atitude relativa aos orientais no Havai, contrastada com a California. O sociólogo Romanzo Adams sugere que o casamento de muitos dos conselheiros brancos do Rei, com senhoras havaianas de sua corte, estabeleceu um padrão de relações amistosas inter-raciais que mais tarde se estendeu tambem a outros grupos raciais.

Os preconceitos podem ser compreendidos somente por uma maneira combinada de abordagem, que leve em consideração fatores económicos, a influencia da historia e da cultura, e as influencias educacionais às quais cada individuo de uma comunidade é submetido.

BIBLIOGRAFIA

1. E. S. BOGARDUS, *Immigration and Race Attitudes*, 1938.
2. E. L. HARTLEY — Ver: Otto Klineberg, *Characteristics of the American Negro*, Parte IV, 1944
3. E. A. HOOTON, *Apes, Men and Morans*, 1937
4. R. T. LA PIERE, "Race Prejudice: France and England" *Social Forces*, v. 7, pp. 102-111.
5. GILBERTO FREYRE, *Casa Grande e Senzala*, 1936.

CAPÍTULO XIV

Fundamentos Biológicos da Personalidade

Há consideráveis diferenças de opinião no que diz respeito à extensão em que os problemas da personalidade caem dentro do campo do psicólogo social. As teorias se escalonam em larga serie, desde aquela de Kretschmer, que encara a personalidade como determinada pela constituição corporal herdada, até a de F. H. Allport para quem os traços da personalidade são inteiramente sociais e para quem um eremita não tem personalidade. Como é comum em controversias dessa natureza, a verdade se encontra em algum ponto entre estes dois extremos. Concedendo que aquilo que chamamos personalidade aparece principalmente em uma situação social e em termos de reações entre indivíduos, permanece o fato que dois eremitas não são exatamente iguais, e que eles têm alguma individualidade, apesar de seu isolamento. Fatores biológicos indubitavelmente têm um papel na formação do individuo, e requerem a atenção mesmo daqueles psicólogos cujo interesse está sobretudo nos aspectos sociais da personalidade.

Houve muitas diferentes definições da personalidade. Quando dizemos, vulgarmente: "ele tem personalidade", queremos usualmente indicar que a pessoa em questão tem alguma qualidade positiva que faz sua presença sentida pelos outros, ou que a torna atraente para os outros. Para o psicólogo, entretanto, a personalidade não é a qualidade possuída por certos indivíduos e não por outros. Antes, a personalidade é aquilo que faz um individuo psicologicamente diferente de qualquer outro individuo. Ao mesmo tempo, é importante ter em mente que a personalidade não é simplesmente uma soma ou adição de características; um pouco de agressividade, de persistencia, de inteligencia, etc.. A personalidade é uma integração, uma organização, um todo.

O ponto de vista que vê na personalidade o reflexo da natureza biológica do individuo tem sua expressão mais direta e histo-

ricamente a mais antiga, no estudo da fisionomia. Mesmo antes de Aristóteles, havia sugestões de que características físicas fossem a expressão da mentalidade, e era usual fazer uma analogia com a aparência de animais, um homem com a cabeça leonina devendo ter a força e a coragem de um leão, etc.. O proprio Aristóteles era cético sobre este ponto, e acreditava que paralelos entre animais e homens deveriam ser cuidadosamente observados antes de ser usados como meio de diagnóstico. Entretanto, ele mesmo aceitou o ponto de vista fisiognomônico, acreditando que um nariz chato e pequeno indica amor do prazer; narizes largos e chatos frivolidade; olhos parados, estupidez, etc.. Este ponto de vista geral permaneceu. Lavater publicou em 1.804 quatro volumes de retratos com seus proprios comentarios interpretativos, dando importancia psicológica até mesmo à presença de espinhas e manchas cutâneas, da mesma forma que a fronte altas, e bochechas proeminentes, etc.; aceitou também a noção de que a semelhança com animais indica a presença das correspondentes qualidades psicológicas. Mais recentemente Havelock Ellis sugeriu que os cabelos louros fossem associados a um temperamento ambicioso e ativo, e os cabelos escuros com atividades científicas e contemplativas; Woods acreditava que um nariz largo era sinal de uma alta inteligencia, etc.. Houve muitas tentativas experimentais de verificar estas varias hipóteses fisiognomônicas, mas os resultados foram invariavelmente negativos. Recentemente Healy realizou uma serie de estudos por meio de fotografias-compostas de individuos bem conhecidos dele e de seus associados. Escreveu o seguinte: "Verifiquei que ninguem podia distinguir um jovem sádico de um rapaz bondoso, e muitas vezes nem mesmo um misantropo de um moço jovial. Verifiquei que adolescentes debeis mentais não poderiam ser diferenciados de outros. Kretschmer certa vez falou da face como do cartão de visita da personalidade individual; ele deveria ter-se lembrado de que é perfeitamente possível achar muitas representações erradas inscritas mesmo num cartão de visita".

Num sentido, entretanto, a fisionomia pode ser importante. Podemos seguramente afastar características como a forma da cabeça, a cor da pele e dos olhos, as dimensões do nariz, ou a presença de espinhas ou quaisquer outras manchas. É ainda possível que a face possa refletir a personalidade na extensão em que a expressão facial é influenciada pela previa experiencia e por reações emocionais habituais. Os músculos da face são usados

diferentemente para exprimir a alegria e a tristeza, e a frequência do seu uso numa direção ou noutra, deixará sua marca na face, mesmo em condições de repouso. Este tipo de diagnóstico fisionômico aplica-se, entretanto, somente às partes moles da face, que podem ser afetadas pela experiencia. A face serve então como um meio de expressão, mais do que como indicação de uma relação biológica original.

A Frenologia pode ser encarada como outro movimento na mesma direção. Gall pelos fins do século dezoito e seu discípulo Spurzheim, tentaram desenvolver um sistema de diagnóstico da personalidade baseado nas localizações cerebrais, cujos detalhes podiam ser apreciados pelo exame das protuberancias do cranio. A “ciencia” por eles criada teve um enorme sucesso, e sociedades para o estudo da Frenologia formaram-se em muitas partes do mundo. Durante certo tempo, a teoria parecia convincente. Fizeram-se experimentos, e num dos mais famosos, uma corrente elétrica era aplicada na bossa da “Religiosidade” de uma mulher, a qual imediatamente tomava a posição de adoração. Este resultado nada tem de misterioso, visto que a mulher sabia qual a bossa que estava sendo estimulada. O ponto de vista frenológico tem atualmente um interesse somente histórico. Ela não pode ter nenhuma validade científica, primeiro porque não há localizações cerebrais do tipo minucioso que a teoria presume, e em segundo lugar porque, mesmo que as houvesse, há uma tal diferença entre os contornos do cérebro e os contornos externos do cranio que o método seria inutilizavel.

O encarar a personalidade em termos de funções das glândulas endócrimas ou de secreção interna, é de categoria diversa, e deve ser considerado muito mais seriamente. Quando se descreveram pela primeira vez as funções da tireóide, das suprarrenais, da pituitaria, etc., nasceu a esperança de que elas pudessem explicar as variações, tanto normais como anormais, da psicologia humana. Atualmente uma parte, mas não toda esta esperança, foi abandonada. No que diz respeito a personalidades normais, o argumento em favor da importancia primaria das glândulas endócrinas depende de uma transferencia das mudanças conhecidas que ocorrem em condições mórbidas. O fato de que cretinos, que são hipotiroidianos, mostrem uma lentidão no comportamento e uma mentalidade inferior levou à crença de que mesmo as variações normais destas qualidades poderiam tambem ser explicadas como condicionadas pela tireóide. Entretanto, as

investigações quantitativas atuais, da relação entre a atividade de tireóide medida pela taxa do metabolismo basal, de uma parte, e as diferenças na velocidade das reações, de outra, não conduziram a nenhum resultado conclusivo. O caso da tireóide é particularmente importante porque ela é a única glândula cujo grau de atividade pode ser adequadamente medido por métodos experimentais aplicáveis a indivíduos normais.

No caso de outras glândulas, alguns fatos, embora indiretos, são sugestivos. Sabemos, pelos trabalhos de Cannon, anteriormente citados, que a medula-suprarrenal, e o sistema nervoso simpático a ela associado, é responsável por muitos dos sintomas fisiológicos da excitação emocional. Há uma certa probabilidade, portanto, de que a diferença no funcionamento desta glândula possa ter alguma relação com a maior ou menor excitabilidade dos indivíduos. O fato de que o timo mantenha suas dimensões até a adolescência, e que degenera ou involua no período da aquisição da maturidade, sugeriu sua possível influencia na determinação de diferenças no desenvolvimento físico e mental. Muitos outros exemplos semelhantes podem ser lembrados. Em tudo isto é importante ter em mente duas cousas: primeiro que cada glândula, individualmente, não funciona isolada. Quando a tireóide é afetada, por exemplo, varias outras glândulas endócrinas sofrem também. Isto torna difícil descrever a personalidade em termos de atividade aumentada ou diminuída de uma só glândula. Em segundo lugar, o funcionamento endócrinico não é totalmente hereditário; fatores sociais e ambientais também têm uma parte. Por exemplo, a pituitaria diz-se que determina a estatura, mas é bem sabido que condições socio-econômicas mais favoráveis podem causar aumento na estatura, o que quer dizer que a pituitaria é também afetada pelo ambiente.

Mais recentemente, dirigiu-se o interesse neste domínio para a tentativa de explicar a personalidade em termos de constituição corporea geral. A observação é clinica em sua origem e nasceu da verificação de que indivíduos diferentes não são igualmente susceptíveis às varias molestias. Hipócrates foi provavelmente o primeiro que sugeriu uma tipologia com esta base ao falar em "habitus phthisicus" predisponente para a tuberculose pulmonar, e em "habitus apoplecticus" que predisporia para as doenças do coração e do sistema circulatório. Em nossa época houve muitas tentativas na mesma direção, algumas das quais particularmente as teorias de Viola e Pende de uma parte, e de Kretschmer

de outra — atraíram grande atenção neste país. Kretschmer estava inicialmente interessado na relação entre o tipo constitucional e a incidência de várias psicoses; neste esquema, a esquizofrenia deveria ocorrer principalmente nos tipos leptosômico (altos, magros), atlético (musculoso) e displástico (constitucionalmente anormais), e a psicose maniaco-depressiva no tipo pícnico (baixo, atarracado). Kretschmer e seus associados coligiram grande quantidade de material sobre este assunto, e muitos psiquiatras se convenceram da verdade da relação que ele tinha sugerido. Entretanto, também houve críticas, baseadas na relativa frequência das exceções, que são difíceis de se adaptar à teoria, e também na importância do fator idade. Em relação com o último ponto, foi assinalado que quando as pessoas envelhecem tendem a se tornar mais pícnicas; é também verdade que a psicose maniaco-depressiva ocorre relativamente tarde na vida. Haveria, portanto, mais leptosômicos e mais esquizofrênicos entre os jovens, e mais maniaco-depressivos e pícnicos entre as pessoas idosas, o que estaria de acordo ao menos com uma parte das relações que Kretschmer obteve. No que diz respeito aos indivíduos normais, um cuidadoso estudo de pícnicos e leptosômicos entre estudantes de Nova-York não descobriu nenhuma diferença psicológica entre eles, apesar de terem sido usadas muitas técnicas psicológicas diferentes.

O mais recente desenvolvimento neste domínio é representado pelo trabalho de Sheldon, que descreve três componentes constitucionais — endomorfia, mesomorfia e ectomorfia; estes correspondem grosseiramente aos tipos pícnicos, atléticos e leptosômicos de Kretschmer, respectivamente. A contribuição específica de Sheldon consiste em que cada indivíduo é colocado numa categoria de 1 a 7 para cada um dos três componentes, e seu “tipo” constitucional é, portanto, indicado por três números dígitos. Assim, o diagnóstico de 711 significa que o indivíduo tem o mais alto grau de endomorfia, e o mais baixo grau dos outros dois componentes; 444 significa que está exatamente no ponto médio dos três componentes, e assim por diante. Este método tem a vantagem de dar um quadro mais completo de cada indivíduo, em vez de força-lo a entrar em um dos quatro tipos principais. Do ponto de vista psicológico, fala Sheldon de 3 tipos de temperamento — viscerotônico (amigável, sociável, amando o conforto e o luxo), somatotônico (dominador, agressivo, cheio de força) e cerebrotônico (introverso, retirado do mundo). Consi-

deram-se estes temperamentos como relacionados a cada um dos três componentes constitucionais acima descritos. Esta teoria está atualmente sendo discutida e posta à prova, e é muito cedo para dizer se terá maior êxito do que as outras que ela procura substituir. Devemos ajuntar que todo este domínio está necessitando pesquisas mais cuidadosas e objetivas afim de que possamos ter material empirico no qual basear uma avaliação final.

Uma última palavra sobre o campo da psico-somática. O desenvolvimento da medicina e da psiquiatria nos últimos anos vem dando uma crescente atenção às vias pelas quais as respostas emocionais ou outras de tipo psicológico podem influenciar mudanças corporais. Um dos melhores exemplos neste campo é a ocorrência de úlceras gástricas como resultado de aborrecimento, ansiedade, etc.. Inversamente, doenças físicas como a tuberculose parecem ter consequencias psicológicas, e foi sugerido que um grau fraco desta molestia é usualmente acompanhada de um sentimento de euforia ou bem-estar. Por mais importante que seja todo esse domínio, parece servir pouco no que diz respeito às características da personalidade normal. A massa do material aproveitavel pertence à patologia. É possível, entretanto, que futuras investigações venham a produzir material de valor dentro da categoria normal.

Todo este domínio requer ultieiores pesquisas. Por enquanto, parece provavel que fatores bioquimicos relacionados com a atividade endócrina tenham um importante papel na explicação da personalidade, mas menos provavel que aspectos físicos externos tenham uma parte tão importante.

BIBLIOGRAFIA

- 1 F KRETSCHMER, *Physique and Character*, trad. ingl., 1925
- 2 F H. ALLPORT, *Social Psychology*, 1924
- 3 J K LAVATER, *Physiognomische Fragmente zur Beförderung der Menschenkenntnis und Menschenliebe*, 3 vols., 1783-1787.
- 4 H ELLIS, *A Study of British Genius*, ed. rev., 1927
- 5 F H WOODS, "What is there in Physiognomy? I The size of the Nose" *Journal of Heredity*, 1921, vol. 12, pp. 301-318.
- 6 W. HEALY, *Personality in Formation and Action*, 1938
- 7 F J GALL, *On the Functions of the Brain*, trad. ingl., 6 vols., 1825
- 8 G SPURKHEIM, *The Physiognomical System of Gall and Spurzheim*, trad. ingl., 1815.
- 9 W B CANNON, *Bodily Changes in Pain, Hunger, Fear and Rage*, 1929.
- 10 G VIOLA, *La Costituzione Individuale*, 1933.
- 11 N PENDE, *Constitutional Inadequacies*, trad. ingl., 1926
- 12 SHELDON, STEVENS e TUCKER, *The Varieties of Human Physique*, 1940

CAPÍTULO XV

Fatores Sociais na Personalidade

No capítulo anterior discutimos a abordagem da personalidade em termos de fatores biológicos. O material disponível neste campo indica que esses fatores — anatómicos, fisiológicos, bioquímicos — realmente desempenham um papel, embora possa ser difícil determinar exatamente qual possa ser esse papel. Há outra consideração que parece ser importante neste campo, isto é, a idade extremamente tenra na qual aparecem diferenças de personalidade nas criancinhas. Em conexão com o comportamento social, por exemplo, Charlotte Buehler observou marcantes diferenças durante o primeiro ano de vida. Quando as criancinhas eram colocadas juntas em pequenos grupos sociais, algumas delas ficavam muito acanhadas e inativas; outras ficavam francamente encantadas; algumas agarravam os brinquedos e não prestavam a mínima atenção a outras crianças; algumas exploravam o ambiente geral; outras tomavam todos os brinquedos de seus companheiros, enquanto que outras tentavam trocar seus próprios brinquedos pelos de outras crianças; algumas ficavam furiosas na nova situação e mostravam atitudes nitidamente negativistas, e assim por diante. Estas diferenças eram marcantes, repito, durante o primeiro ano de vida. É, sem dúvida, teoricamente possível que as primeiras experiências ligadas a condições da saúde corporal, à condição de nutrição, à relação com a mãe e com outros adultos no ambiente, tudo desempenhe um papel na determinação destas primeiras variações na personalidade. É difícil, entretanto, evitar a conclusão de que fatores hereditários desempenham um papel aqui. As variações frequentemente observadas em crianças da mesma família, criadas em condições bastante semelhantes, argumentam em favor de uma base hereditária pelo menos para algumas destas variações, mas é difícil ser dogmático neste ponto.

Com segurança sabemos, porém, que há marcantes diferenças entre indivíduos que são submetidos a condições sociais e culturais

diferentes. Neste campo, como em tantos outros que temos estado considerando, o material que nos é fornecido pela antropologia e de especial interesse. Há, entretanto, alguns estudos mais próximos da vida civilizada, por assim dizer, e que também apontam na mesma direção. Um destes estudos é dirigido por Robert e Helen Lynd e relatado em MIDDLETOWN e MIDDLETOWN IN TRANSITION. Salientam que um dos aspectos peculiares à vida norte-americana, contrastada com muitas outras culturas, é a dominante preocupação com o ganhar a vida. Isto afeta o individuo desde a infância e através da vida; é muitas vezes causa de pessimismo e preocupação quanto ao futuro. Isto faz com que o individuo tenha medo de envelhecer e de não ser capaz de manter o seu proprio lugar no esquema econômico. É um fator importante na determinação da natureza da lei, bem como da educação e adexramento dados aos jovens. Outras atividades não deixam de ter sua importancia, mas na opinião dos autores os motivos econômicos predominam numa comunidade norte-americana típica, — e possivelmente, podemos acrescentar, em muitas outras comunidades ocidentais também.

Em nossa sociedade, envelhecer é frequentemente considerado uma calamidade, em grande parte, embora não inteiramente, por causa da insegurança econômica que isso implica. Numa sociedade como a dos nativos australianos, a velhice é, ao contrario, um privilegio. O governo de uma tribo australiana é realmente uma gerontocracia, com os velhos investidos de autoridade. O estatuto social e o prestígio são assegurados aos individuos à medida que envelhecem. É obvio que a atitude total do individuo a respeito do seu futuro seria modificada em consequencia, e que os característicos de "personalidade" associados com a velhice seriam indubitavelmente bastante diferentes nas duas comunidades.

Uma outra indicação da tremenda influencia dos fatores econômicos sobre a personalidade em nossa cultura é dada por uma serie de investigações sobre os efeitos do desemprego. O mais conhecido desses estudos foi levado a efeito em Marienthal, um suburbio de Viena, por Lazarsfeld. Estes estudos mostraram como a personalidade toda pode desintegrar-se quando o desemprego continua durante um longo periodo. Há uma perda de respeito proprio, de sociabilidade, de atenção à propria aparência, e até de interesse no proprio futuro e no que cerca o individuo.

Em seu segundo volume os Lynd dão um interessante relato das idéias, valores e ambições do norte-americano medio de Middletown. Há um orgulho do crescimento da sua comunidade, de sua organização, um desejo de prestígio e de uma boa opinião dos vizinhos, uma crença na “escada de oportunidade” e na possibilidade de elevar-se acima de sua situação presente, um desejo de progresso, mas ao mesmo tempo, um tanto paradoxalmente, uma hostilidade contra todas as idéias e movimentos considerados como radicais, etc.. Ainda que haja grandes diferenças individuais com respeito a estas outras atitudes, há suficiente homogeneidade para nos permitir falar da influencia da cultura de Middletown sobre a grande maioria de seus cidadãos.

Parte do material antropológico disponível se relaciona com o efeito da cultura sobre o desenvolvimento da personalidade nas crianças pequenas. Margaret Mead, por exemplo, indicou alguns fatores que entram na vida da criança da tribo de Manus da Nova Guiné. Aí a acentuação é sobre a proficiência física. A primeira educação da criança acostuma-a desde os primeiros anos à auto-confiança bem como à destreza em grande número de atividades manuais e motoras. A criança se torna um adulto, inteiramente admirável do ponto de vista físico, habil, vigilante, destemido, fértil em recursos em face de emergência, digno de confiança em situações difíceis.

Em Samoa, também estudada por Margaret Mead, foi observado que as dificuldades geralmente associadas com a adolescência não apareceram necessariamente quando as condições de educação diferiram em certos aspectos das condições de nossa própria sociedade. Conosco a adolescência pode ser um período difícil, em grande parte devido à incerteza da criança quanto ao seu estatuto social. Em nossa sociedade não há uma idade fixa em que certos privilégios são automaticamente obtidos, e durante vários anos um adolescente precisa lutar por sua independência. Para dar um exemplo, um recente estudo feito por Butterfield mostrou que em uma comunidade em uma grande cidade norte-americana os pais diferiam grandemente quanto à idade em que permitiam às suas filhas saírem com rapazes desacompanhadas. A amplitude era de catorze anos até vinte. Uma tal amplitude poderia constituir uma fonte de conflito e desapontamentos em todas as crianças acima da idade de catorze anos às quais não fosse permitido este privilégio. Em Samoa, por outro lado, a adolescente não precisa ter preocupações acerca da sua po-

sição na comunidade. Esta é determinada para ela por regras e regulamentos que concedem a membros de certos grupos de idade nitidos privilégios e direitos. É claro que, para adolescentes, os problemas relativos ao sexo podem tornar-se extremamente importantes. Em Samoa a sociedade permite à moça, pouco depois da adolescência, ter uma série de relações amorosas com rapazes da comunidade, cada caso durando apenas um curto tempo e sendo seguido quasi imediatamente por outro. Isto é permitido até a época do casamento. Em tais condições não há conflito nem revolta; nem tempestades nem violências; nada de distúrbios neuróticos ou psicóticos. É, naturalmente, impossível usar as mesmas técnicas em todas as sociedades para reduzir as dificuldades da adolescência, mas parece claro que a adolescência é um período muito mais difícil em nossa sociedade do que em muitas outras.

Outro problema diretamente pertinente à relação entre cultura e personalidade é a tentativa de descrever culturas globalmente em termos de sistemas ou configurações. Isto é realmente uma aplicação a culturas, de categorias que se têm mostrado uteis no estudo de personalidades individuais. Ruth Benedict por exemplo, em seu livro "Patterns of Culture" (Padrões de Cultura), aplicou à cultura a tipologia de Nietzsche, que falou de dois diferentes modos de vida, apolíneo e dionisiaco. O apolíneo representa comportamento controlado, regulado, que permanece no meio termo, estranho a tudo que seja selvagem e indomado. O dionisiaco representa os instintos livres, a natureza irreprimida, a embriaguês no mais elevado sentido. Benedict creu que os índios Pueblo de Arizona e Novo México poderiam ser descritos como apolíneos, e as tribos vizinhas como dionisiacas em seu modo geral de vida. De maneira semelhante, Sapir acreditou que as culturas poderiam ser divididas em introvertidas e extravertidas. Como exemplos das últimas, ele mencionou os Estados Unidos, os Esquimós e os chineses; como exemplo das primeiras, o povo da Índia. É possível argumentar a favor destas descrições generalizadas, mas se deveria ter sempre em mente também que são na melhor das hipóteses uma aproximação. Do mesmo modo que cada indivíduo é único, e não pode ser colocado facilmente dentro de um tipo, assim também cada cultura tem sua própria individualidade. Ao mesmo tempo a possibilidade de aplicar essa tipologia, mesmo de um modo geral, indica a estreita ligação entre cultura e personalidade.

Outra maneira de abordar este problema é representada pelo trabalho de Kardiner, que fala de estrutura básica de personalidade, que é uma tentativa de aplicar às culturas a abordagem psicanalítica, modificada pela compreensão do papel importante desempenhado pelos fatores sociais na determinação dos fenômenos psicológicos. Esta estrutura básica de personalidade é constituída de características que são determinados pela amplitude total de instituições no interior de uma dada cultura. Por exemplo, a tendência nas ilhas Marquesas para diversos homens serem casados com uma mulher não poderia existir lado a lado com o ciúme entre os homens; em consequência, o ciúme é rigidamente reprimido, mas frequentemente aparece de modos indiretos. A tese de Kardiner é demasiado complexa para ser apresentada num sumário breve, mas a idéia geral que a fundamenta, isto é, explicar a personalidade de indivíduos de uma cultura por um cuidadoso exame das instituições que os rodeiam, parece ser uma valiosa maneira de abordar o problema.

Ainda outro importante método é representado pela coleção de biografias de membros de diferentes comunidades. Entre estas, uma que atraiu considerável atenção é a auto-biografia de Trovão-Estrondoso, um índio Winnebago. Esta auto-biografia é importante porque mostra que um indivíduo, ao ser influenciado por uma cultura, também exerce uma seleção, aceitando certos aspectos da cultura, rejeitando outros. Os Winnebago, como muitos outros índios, acentuam a importância de receber uma "visão" mais ou menos no tempo da adolescência, que muitas vezes servia como uma espécie de guia para o resto da vida do indivíduo, sua vocação futura, etc.. Trovão-Estrondoso recebeu uma educação semelhante à dos outros jovens de sua tribo; na maioria dos aspectos era muito semelhante a eles. Também lhe foi ensinado que jejuar e rezar e processos rituais lhe trariam a visão e a bênção que a acompanha. Outros rapazes receberam a visão. Ele tentou duas vezes e falhou, convertendo-se a uma outra religião, associada com tomar a droga peyote, mediante a qual se conseguiam as visões. Aqui temos o caso de um indivíduo que, por alguma razão ligada a suas primeiras experiências ou possivelmente a sua hereditariedade, era resistente à sugestão que lhe era dada por sua cultura. Isso significa que em qualquer tentativa de compreender as relações entre cultura e personalidade precisamos prestar atenção à amplitude de variações indi-

viduais no interior da cultura, assim como às semelhanças entre indivíduos.

Recentemente Linton tentou introduzir alguma ordem neste campo mediante o conceito de "personalidade estatutária". Além dos fatores comuns que operam no interior de uma cultura, há fatores específicos ligados ao estatuto social — como os determinados, por exemplo, pela idade, pelo sexo, pela riqueza, pela posição hereditária, etc.. A posição na comunidade, resultante do estatuto social, determina as reações e experiências habituais do indivíduo e tem efeito direto sobre sua personalidade. Deste ponto de vista poderíamos ter homens de elevada posição com personalidade diferente de homens de baixa posição; homens mais idosos, diferentes de jovens; moças, diferentes de rapazes; e homens, de mulheres, etc..

Esta análise é excelente até este ponto, já que não há dúvida de que o estatuto é importante na determinação da personalidade. Ao mesmo tempo permanece verdadeiro que dois homens da mesma posição econômica, mesma posição hereditária, portanto o mesmo estatuto, ainda assim não serão exatamente iguais. Precisamos obter, em várias culturas, não somente os característicos comuns que afetam a personalidade, mas também os modos pelos quais um indivíduo difere de cada um dos outros.

BIBLIOGRAFIA

- 1 CH. BUHLER, "The Social Behavior of Children", *Handbook of Child Psychology*, (C. Murchison, ed.), 1933
- 2 LYND e LYND, *Middletown, 1929 Middletown in Transition, 1937*.
- 3 P. F. LAZARFELD, "An Unemployed Village", *Character and Personality*, 1932, v 1, pp. 147-151.
- 3 M. MEAD, *Growing Up in New Guinea, 1930; Coming of Age in Samoa, 1928*
- 4 O. MCK. BUTTERFIELD, *Love Problems of Adolescence, 1939*
- 5 R. F. BENEDICT *Patterns of Culture, 1934*.
- 6 A. FARNER *The Individual and His Society, 1939*.
7. P. RADIN, *Crashing Thunder, 1926*
- 8 R. LINTON *The Study of Man, 1936*

CAPÍTULO XVI

Psicopatologia Social

Embora haja muitas maneiras diferentes pelas quais a sociedade pode mostrar características patológicas, pretendo apresentar apenas duas delas: primeiro, a maneira e a extensão em que as doenças mentais se relacionam com os fatores sociais, e segundo, a relação da sociedade com o crime e a delinquência. Mesmo que restrinjamos nossa discussão a estes dois aspectos, o problema continua a ser vasto e complicado, e não posso senão indicar aquilo que parece ser mais importante.

Apesar de que nossa atenção se concentra nos aspectos sociais da anormalidade, isto não significa absolutamente que fatores biológicos e fisiológicos sejam sem importancia, ou que possam ser desprezados. Não há a mínima dúvida de que um grande número de alterações mentais sejam determinadas por causas não diretamente sociais. Há por exemplo, consequências psicológicas de lesões cerebrais, do alcoolismo, da ingestão de drogas, da sífilis, e de outras alterações físicas. Ao mesmo tempo, é preciso não esquecer que em muitos casos mesmo estes fatores têm um aspecto social. O alcoolismo e as toximánias não são somente as causas, mas também os efeitos de dificuldades da personalidade; representam em muitos casos uma fuga diante de um mundo de outra maneira insuportável.

De qualquer forma, nosso interesse está nos fatores mais diretamente sociais. Em primeiro lugar, devemos ter em mente que o próprio conceito de normalidade e anormalidade pode em larga medida ser determinado socialmente. É obvio que se um cidadão de S. Paulo ou de Nova-York tivesse de agir como membro de uma tribo Esquimó, seria encarado como definitivamente anormal. Mesmo em atividades psicológicas mais sutis, a mesma relatividade pode ser observada. Está assinalado no livro de Ruth Benedict, já anteriormente citado, que os índios Kwakiutl da

Colombia Britânica agem de uma forma que se pode caracterizar como paranóide, — mostram megalomania ou delírio de grandeza em sua auto-glorificação durante os discursos feitos no "pottatch", e também delírios de auto-referencia em suas interpretações de acidentes como "insultos" deliberados dirigidos contra eles pelo universo. Outros exemplos desta relatividade do normal são encontrados na ocorrência comum de transe e êxtase entre os religiosos de muitos chamados povos primitivos da África, da Sibéria e entre os índios americanos, da mesma forma que nas práticas homossexuais que eram aparentemente comuns na Atenas antiga e também entre várias tribos siberianas. Material deste tipo mostra a interessante possibilidade de que um indivíduo cuja personalidade o determina a comportar-se de uma forma específica, pode ter o seu comportamento aceito em uma sociedade e rejeitado como anormal em outra. Uma tendência a sonhar acordado, por exemplo, pode ser encarada como repreensível numa classe de alunos norte-americanos, e como sinal de santidade na Índia. Exemplos como este poderiam ser multiplicados.

As sociedades diferem também no que diz respeito aos problemas que apresentam aos indivíduos, e que podem ser os fatores precipitantes da anormalidade. Entre os Bantús africanos, por exemplo, conta-se que quasi todo homem ou mulher é um fluente discursador em praça pública, e Gordon Brown, um psiquiatra inglês que despendeu algum tempo com eles, observa que "o distúrbio mental prevalente encontra-se entre os jovens que se imaginam incapazes de se tornarem habéis discursadores". Karen Horney assinalou que em nossa própria cultura há muitos conflitos socialmente determinados que podem ser a causa de desajustamentos. Estes conflitos ou contradições são inerentes ao fato de que nossa cultura apresenta duas idéias contraditórias ao mesmo tempo. Por exemplo, diz-se ao indivíduo que a competição é natural e há a glorificação do êxito, mas ao mesmo tempo é ele impellido a amar o seu vizinho e a nada fazer que possa prejudicá-lo. Se um indivíduo leva a sério ambos estes preceitos é quasi inevitável um conflito. Horney chama a atenção para a importancia destas dificuldades culturalmente determinadas como causas de anormalidades.

Há também diferenças na frequência de anormalidades em várias sociedades. Por exemplo, parece haver muito mais casos de distúrbios psicológicos no ambiente urbano do que no rural.

Este fato é difícil de interpretar, entretanto, desde que pode ser devido a uma diferença na facilidade de diagnóstico e de hospitalização na cidade, mais do que a um aumento direto resultante das condições da vida urbana. Difícilmente se pode negar, entretanto, que o ambiente social seja importante. Healy relata certo número de mudanças quasi miraculosas em crianças problema, como resultado de sua transferencia para lares adotivos. Faris e Dunham fizeram um estudo cuidadosissimo da distribuição geográfica das anomalias mentais na cidade de Chicago; encontram eles não somente maior taxa de anormalidade em certas areas do que em outras, mas tambem que diferentes doenças parecem relacionadas com diferentes condições de vida. Frankwood Williams, um bem conhecido psiquiatra norte-americano morto há poucos anos, ficou impressionado pela marcada redução dos coeficientes de perturbações mentais na Russia, por ele atribuida à ausencia de embaraços econômicos. Era difícil a obtenção de estatísticas cuidadosas, mas Williams assinala o fato de que na Russia havia um grande número de leitos hospitalares para doentes psicóticos, desocupados, e de que era muito difícil descobrir casos de certos tipos de perturbação mental.

Finalmente, as sociedades podem diferir tambem na maneira pela qual a anormalidade se exprime. Podemos chegar ao ponto de falar em modas de anormalidade. Como exemplos, podemos mencionar a "histeria ártica" das tribos siberianas, caracterizada pela sugestibilidade elevada e por um irresistível impulso a imitar as palavras e os atos de outras pessoas da vizinhança. Exemplo semelhante é aquele do amok, encontrado entre os povos malaios e caracterizado por atos de violencia aparentemente determinados pelo medo de um ataque. Entre os indios Ojibway, assinala-se que a mais comum manifestação psicótica é a psicose do "windigo", na qual o paciente se crê transformado num "windigo", um monstro mitológico de tendencias canibais, e em sua psicose mostra um desejo de ingerir carne humana. Aqui tambem, muitos outros exemplos poderiam ser citados.

No que diz respeito ao crime, podemos distinguir dois pontos de vista opostos, salientando, um, a importancia dos fatores biológicos, e, outro, dos fatores sociais. O ponto de vista que salienta a importancia dos fatores biológicos é geralmente associado ao nome de Cesare Lombroso, que no último quartel do século dezenove desenvolveu sua doutrina da relação entre a criminalidade e certas características anatômicas. Sua teoria dava a

máxima importância à natureza atávica do criminoso, e entre as características indicativas deste atavismo, Lombroso colocou o prognatismo, o cabelo lanoso, a barba rala, os olhos oblíquos, as maçãs do rosto proeminentes, a fronte fugidia, as características do outro sexo, assimetrias, etc.. Estes traços eram ditos "estigmas de degeneração". Anteriormente já me referi ao grande rival de Lombroso, Sir Charles Goring, durante toda a vida opositor das teorias de Lombroso, o qual realizou uma investigação que demonstrou que os estigmas de degeneração eram tão frequentes em Oxford e Cambridge quanto nas instituições penais de Londres.

Atualmente, o consenso entre os cientistas sociais americanos é contrário ao ponto de vista de Lombroso e de seus seguidores. Entretanto, suas teorias foram revividas recentemente em vista de uma extensa investigação feita por E. A. Hooton, de Harvard, que examinou perto de 18.000 criminosos e 2.000 não criminosos. Seus resultados mostraram certo número de diferenças entre os dois grupos, e ele mesmo concluiu que "a causa primária do crime é a inferioridade biológica". Há, entretanto, uma séria crítica a fazer a seu trabalho. Sabemos que condições socioeconômicas desfavoráveis podem ser a causa de marcadas inferioridades na estatura, no peso e em outras características anatômicas. É, pois, absolutamente necessário que os dois grupos comparados sejam provenientes de ambientes econômicos semelhantes. Não era este o caso no estudo de Hooton, desde que o grupo não criminoso incluía muitos indivíduos de níveis físico e educacional superiores. Por isso, os cientistas sociais norte-americanos criticaram muito o estudo de Hooton e suas consequências. Será muito bom repetir seu estudo, tomando cuidado que os dois grupos sejam mais diretamente comparáveis. Talvez a melhor maneira de fazer isso seria comparar os criminosos com os não criminosos de suas próprias famílias.

Do ponto de vista social, foi há muito tempo observado que há estreita relação entre o número de crimes e as características do ambiente em que viveram os criminosos. Em Londres, Burt obteve a correlação de $+0.77$ entre delinquência e densidade de população, e de $+0.67$ entre delinquência e pobreza. Num importante estudo realizado em Chicago, Shaw e Mackay mostraram que, quando a cidade era dividida em áreas concêntricas irradiando do centro da cidade, havia um decréscimo evidente na proporção da delinquência quando se ia dos distritos centrais

para os mais distantes. Pode-se, pois, falar de areas de delinquencia. Os investigadores chamam sobretudo a atenção para o fato de que a area central da cidade mostrou uma alta proporção de delinquencia durante um período de muitos anos, apesar do fato de a população desta area ter mudado seu carater. Por exemplo, a area tinha sido sucessivamente habitada por populações de origem irlandesa, italiana, russa e negra, sem uma marcada influencia seja sobre a delinquencia, seja sobre o nivel relativo das rendas.

Isto não quer dizer que fatores relacionados com a psicologia individual sejam sem importancia. Mesmo nas areas de maior concentração de crime e delinquencia, sempre há alguns individuos que continuam a obedecer às leis. Mesmo nas areas economicamente superiores, há alguns individuos que entram em atrito com a lei. Aqui como em tudo no campo da Psicologia social, é necessario tanto um conhecimento dos fatores sociais, culturais e econômicos, quanto das influencias especificas que ajudam a determinar a originalidade de cada individuo.

BIBLIOGRAFIA

1. R. F. BENEDICT, *Patterns of Culture*, 1934.
2. K. HORNEY, *The Neurotic Personality of Our Time*, 1937.
3. W. HEALY, *Personality in Formation and Action*, 1938.
4. FARIS e DUNHAM, *Mental Disorders in Urban Areas*, 1939.
5. F. E. WILLIAMS, *Russia. Youth and the Present-Day World*, 1934.
6. C. LOMBROSO, *Crime, Its Causes and Remedies*, trad. ingl., 1911.
7. C. GORING, *The English Convict*, 1913.
8. E. A. HOOTON, *Crime and the Man*, 1939.
9. C. BURT, *The Young Delinquent*, 1925.
10. C. R. SHAW e outros, *Delinquency Areas*, 1929.

